



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS

DIRECÇÃO NACIONAL DE ABASTECIMENTO  
DE ÁGUA E SANEAMENTO

DIRECÇÃO NACIONAL DE GESTÃO DE  
RECURSOS HÍDRICOS

**Relatório Anual de Avaliação do  
Desempenho do Sector de Águas  
2015  
(Versão Draft 1)**

Maputo, Maio de 2016



# ÍNDICE

ÍNDICE.....	i
INDICE DE TABELAS .....	ii
INDICE DE FIGURAS .....	iii
INDICE DE QUADROS.....	iii
SUMÁRIO .....	1
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. SECTOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO.....	7
2.1 Avaliação dos Indicadores.....	7
2.1.1 Matriz de avaliação do Programa Quinquenal do Governo.....	7
2.1.2 Indicadores dourados do sector de abastecimento de água e saneamento.....	9
2.2 Actividades do SINAS .....	31
2.3 Assuntos Chave e Recomendações.....	32
2.3.1 Assuntos chave.....	32
2.3.2 Recomendações .....	33
3. SECTOR DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS .....	34
3.1 Avaliação dos Indicadores.....	34
3.1.1 Matriz de avaliação do Programa Quinquenal do Governo.....	34
3.1.2 Indicadores dourados do sector de gestão de recursos hídricos .....	37
3.2 Assuntos Chave e Recomendações.....	43
3.2.1 Assuntos chave.....	43
3.2.2 Recomendações .....	44
4. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS.....	45
5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SECTOR EM 2015 .....	51
5.1 Gestão das Finanças Públicas.....	51
5.2 Execução Orçamental .....	51
5.3 Execução Orçamental do Sector de Abastecimento de Água e Saneamento .....	52
5.3.1 Orçamento de funcionamento.....	53
5.3.2 Orçamento de investimento .....	55
5.3.3 Dívida do sector .....	60
5.4 Execução Orçamental do Sector de Gestão de Recursos Hídricos .....	60
5.4.1 Orçamento de funcionamento.....	61

5.4.2	Orçamento de investimento .....	62
5.4.3	Dívida do sector .....	64
6.	REVISÃO SECTORIAL CONJUNTA.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
7.	ANEXOS.....	68
8.	REFERÊNCIAS .....	73

## INDICE DE TABELAS

Tabela 1: Metas do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2015-2019).....	7
<b>Tabela 2: Matriz do PQG 2015-2019 - Abastecimento de Água e Saneamento</b> .....	<b>8</b>
Tabela 3: Análise comparativa entre as estimativas do PQG e os resultados do IOF 2014/2015 .....	9
Tabela 4: Progressos na decalaração de comunidades LIFECA.....	20
Tabela 5: Ocorrência de doenças diarreicas em 2015 .....	23
Tabela 6: Casos de malária registados em 2015 .....	24
Tabela 8: Realizações no Âmbito da Construção de Latrinas nas Zonas Urbanas por Província.....	27
Tabela 9: Amostras e Conformidade dos Parâmetros de Qualidade de Água Controladas por Sistema .....	31
Tabela 10: Metas Estratégicas do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2015-2019).....	34
Tabela 11: Matriz Estratégica PQG 2015-2019 - Gestão de Recursos Hídricos .....	36
Tabela 12: Capacidade e Nivel Médio de Armazenamento das Principais Bacias - 2015.....	38
Tabela 13: Resumo dos Mecanismos de Financiamento do Sector de Águas.....	52
Tabela 14: Execução do Orçamental do Sector de Abastecimento de Água e Saneamento - 10 <sup>3</sup> MZN.....	52
Tabela 15: Despesas do sector de abastecimento de água e saneamento com discriminação dos fundos externos - 10 <sup>3</sup> MZN .....	53
Tabela 16: Despesas totais de funcionamento do abastecimento de água e saneamento - 10 <sup>3</sup> MZN .....	53
Tabela 17: Distribuição do orçamento de funcionamento descentralizado por província .....	54
Tabela 18: Detalhes de discriminação do orçamento de investimento por origem dos fundos - 10 <sup>3</sup> MZN....	55
Tabela 19: Despesas da Componente Interna do Investimento - 10 <sup>3</sup> MZN.....	56
Tabela 20: Despesas do Investimento Interno a Nivel das DPOPHs - 10 <sup>3</sup> MZN.....	57
Tabela 21: Despesas do Investimento Externo - 10 <sup>3</sup> MZN.....	57
Tabela 22: Despesas do Orçamento de Investimento Externo a Nivel das DPOPHs e Distritos - 10 <sup>3</sup> MZN .....	58
Tabela 23: Despesas do Orçamento de Investimento Externo "ON CUT" - 10 <sup>3</sup> MZN.....	59
Tabela 24: Despesas do Orçamento de Investimento Externo "OFF CUT" - 10 <sup>3</sup> MZN.....	59
Tabela 25: Detalhe da dívida do sector de abastecimento de água e saneamento .....	60
Tabela 26: Execução do orçamental do sector de gestão de recursos hídricos - 10 <sup>3</sup> MZN .....	60
Tabela 27: Despesas do sector de gestão dos recursos hídricos com discriminação dos fundos externos - 10 <sup>3</sup> MZN.....	61
Tabela 28: Despesas totais de funcionamento do sector de gestão de recursos hidricos - 10 <sup>3</sup> MZN.....	62
Tabela 29: Detalhes de discriminação do orçamento de investimento por origem dos fundos - 10 <sup>3</sup> MZN....	62
Tabela 30: Despesas da Componente Interna do Investimento - 10 <sup>3</sup> MZN.....	63
Tabela 31: Despesas do Investimento Externo - 10 <sup>3</sup> MZN.....	64
Tabela 32: Relacção das dívidas do sector de gestão de recursos hídricos - x10 <sup>3</sup> MZN .....	64

## INDICE DE FIGURAS

Figura 1: proporção da população que gasta menos de 30 minutos para aceder a serviços melhorados de água.....	10
Figura 2: Tendências de Crescimento da Capacidade de Construção de Fontes Dispersas de Água .....	15
Figura 3: Evolução das taxas de reabilitações das fontes dispersas .....	16
Figura 4: Taxas médias de reabilitação de fontes dispersas por província - 2000-2015 .....	17
Figura 5: Evolução da construção de SAA rurais: 2010-2015 .....	18
Figura 6: Proporção das latrinas melhoradas e tradicionais contruídas anualmente .....	19
Figura 7: Número de comunidades declaradas LIFECA anualmente .....	19
Figura 8: Tendência do Uso de Fontes de Água e Serviços de Saneamento Urbano (2004 - 2015).....	25
Figura 9: Tendências de estabelecimento de ligações domésticas nas áreas urbanas .....	28
Figura 10: Horas de fornecimento de água por dia, por sistema urbano - 2014.....	30
Figura 11: Tendências de Construção de Estações Hidrométicas.....	41
Figura 12: Quadro Institucional Actual do Sector de Água de Moçambique .....	45

## INDICE DE QUADROS

Quadro 1: Análise da Cobertura da Água Rural .....	11
Quadro 2: Análise Comparativa do Padrão das Latrinas Construídas .....	13
Quadro 3: Lista da Estações Cosntruídas .....	40
Quadro 4: Lista da Piezómetros Cosntruídos.....	41
Quadro 5: Características das Barragesn em Construção e Reabilitadas .....	71
Quadro 6: Características das Represas e Reservatórios Escavados Construídos .....	72



## SUMÁRIO

### Metas do Sector de Abastecimento de Água e Saneamento 2015

O programa quinquenal do governo tem quatro indicadores para o abastecimento de água e saneamento: abastecimento de água - “% da população que usa fontes seguras de água potável nas zonas rurais e nas zonas urbanas”; e saneamento - “% de pessoas que usa infra-estruturas de saneamento adequadas nas zonas rurais e nas zonas urbanas”. Os resultados preliminares do IOF 2014/2015 apresentam as seguintes coberturas: (i) abastecimento de água rural - 36,1% contra os 55% projectados para 2015 (ii) saneamento rural - 13,2% contra os 22% projectados para 2015; (iii) abastecimento de água urbano - 82,5% contra os 86% projectados para 2015; e (iv) saneamento urbano - 57,8% contra os 56% projectados para 2015. Estes resultados, permitem que o sector classifique o seu desempenho de 2015, nos seguintes termos: abastecimento de água: o indicador do abastecimento de água rural teve um **desempenho insuficiente** e o indicador do abastecimento de água urbano teve um **desempenho insuficiente** mas com progresso; enquanto isso no saneamento: o indicador de saneamento rural teve um **desempenho insuficiente** e o indicador de saneamento urbano teve um **desempenho bom**.

### Avaliação Geral do Desempenho do Governo no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento

**Abastecimento de água rural** - Em 2015, foram construídas e reabilitadas **2.366** fontes dispersas contra as **1.933** planificadas (execução de 1, 2 vezes mais que o planificado) considerando-se, assim, de um desempenho excelente deste indicador. Ainda assim, a realização de 2015 é inferior ao resultado do ano anterior onde foram construídas e reabilitadas 2.511 fontes. Portanto, a meta do PES 2015 **foi atingida**, mas a planificação foi conservadora.

**Abastecimento de água urbano** - Em 2015, foram estabelecidas **34.395** ligações domiciliárias contra as **45.000** planificadas (76% do plano) e foram construídos 85 fontanários contra os 94 planificados (90% do plano). Estas realizações além de serem inferiores ao planificado, também foram inferiores as realizações de 2014 quando foram estabelecidas 47.799 novas ligações e foram construídos e reabilitados 194 fontanários. A principal razão para este fraco desempenho é o alcance do limite da capacidade dos sistemas principais que já não podem comportar mais um número substancial de ligações sem que haja investimentos adicionais nas infra-estruturas de captação e tratamento da água. Portanto, o alvo do PES 2015 deste indicador **não foi atingido**.

**Saneamento rural** - Em 2015, como resultado das 2.412 campanhas de promoção do saneamento e higiene realizadas, foram construídas pelas famílias 182.504 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas (com potencial para beneficiar 912.520 pessoas). Esta realização corresponde a 1,6 vezes a realização de 2014. **Portanto, o alvo deste indicador foi alcançado**, porém é importante realçar que as famílias continuam a produzir um número muito elevado de latrinas com padrão inferior ao mínimo. Em 2015 apenas 31% das latrinas construídas pelas famílias satisfazia os

requisitos para serem classificadas como infra-estruturas de saneamento melhorado, o que sugere que a par das campanhas que têm sido realizadas, há uma necessidade de considerar a introdução de incentivos às famílias nas componente de assistência técnica, insumos e investimento para melhorar a qualidade das infra-estruturas construídas.

**Saneamento urbano** - O desempenho na construção de infra-estruturas de saneamento urbano observado em 2014 foi o seguinte: construção de **7.144** latrinas melhoradas nas zonas periurbanas, construção de **10.470** fossas sépticas e estabelecimento de **124** ligações aos sistemas de esgotos, totalizando **17.738** infra-estruturas de saneamento urbano e periurbano. Esta realização é equivalente a 31% do realizado em 2014. Não existia uma meta de produtos no PES 2015 (apenas as campanhas que deviam ser realizadas, uma vez que a construção é maioritariamente da responsabilidade das famílias; ainda assim, a cobertura dos serviços de saneamento urbano de acordo com os resultados do IOF 2014/2015 encontra-se dentro do projectado como o mínimo para o alcance da meta do PQG 2014-2019. Portanto, o alvo deste indicador **foi atingido**.

**Actividades do SINAS** - Apesar de não existirem metas específicas para as actividades do SINAS no PES 2015, foram realizadas várias actividades com vista a consolidação da monitoria das actividades de abastecimento de água e saneamento que incluíram a digitalização de 4.184 fontes em várias províncias, a codificação de 604 fontes, a formação de 132 técnicos das DPOPHRH e SDPs na operação da base de dados do SINAS, formação de 152 chefes das localidades, postos administrativos, e SDPIs nos modelos de recolha de dados de monitoria do abastecimento de água e saneamento e fornecimento às províncias de 54 computadores, 39 sondas, 21 condutivímetros e 42 motorizadas.

Apesar destas realizações as actividades do SINAS em 2015 centraram-se todas na consolidação da capacidade e monitoria das actividades de abastecimento de água e saneamento rural. A componente de abastecimento de água e saneamento urbano que envolve principalmente o FIPAG, a AIAS e os Conselhos Municipais não observou qualquer desenvolvimento e tem estado atrasada neste aspecto de alinhamento com o SINAS, devendo merecer a devida atenção nos próximos anos.

**Execução Financeira** - O **orçamento total** do sector de abastecimento de água e saneamento em 2015 teve uma dotação total actualizada de **6.798.871,91 mil Meticais**, dos quais 1% para o funcionamento e 99% para o investimento. Os parceiros externos contribuíram significativamente em 2015 para o orçamento do sector com 63% de todo o orçamento. A grande fatia do investimento externo foi realizado através de programas geridos “*Off CUT*” que representaram cerca de 78% de toda a contribuição externa. O grau de execução do orçamento global do sector em 2015 foi de 71%, com as execuções parciais de 96% para o orçamento interno e 63% do orçamento externo (que foi penalizado pela execução muito baixa dos fundos “*On CUT*” que foi de apenas 29% contra os 73% dos fundos “*Off CUT*”. A distribuição por subsectores foi: 54% para água urbana, 31% para água rural, 13% para o saneamento urbano, menos de 1% para o saneamento rural e 1% para a capacitação institucional. A dívida do sector foi reportada em **274.868,81 mil Meticais**, 70% da qual proveniente de um único projecto (projecto de drenagem do bairro Macurrungo, na cidade da Beira) e quase na totalidade contraída em 2015 o que mostra que o sector fez um grande esforço para regularizar a dívida que vinha sendo reportada nos anos anteriores.

**Avaliação global do desempenho do sector** - A avaliação global do desempenho do sector é positivo porque todas as metas do PES 2015 foram atingidas, com excepção do saneamento urbano.

### **Desafios Encontrados**

**Abastecimento de água rural** - Há uma estagnação com tendência a degradação no nível de uso de serviços melhorados de abastecimento de água nas zonas rurais, apesar dos esforços de construção e reabilitação de fontes realizados anualmente. Entre 2010 - 2015 foram operacionalizadas (construídas/reabilitadas) 14.546 fontes o que resultou na existência de 26.174 fontes operacionais em Dezembro de 2015, mas dados dos inquéritos aos agregados familiares do INE permitem concluir que a cobertura dos serviços encontra-se estagnada em torno dos 36% neste mesmo período.

**Saneamento rural** - No saneamento rural constata-se que parte significativa das latrinas que são classificadas como melhoradas ou tradicionais melhoradas pelo sistema de monitoria do sector de abastecimento de água e saneamento não são capturados pelos inquéritos do INE. Entre 2010 - 2015 foi reportada a construção de entre 700 - 800 mil latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas, que deveriam servir potencialmente entre 3,5 – 4,0 milhões de pessoas, o equivalente a cerca de 20 - 23% da população rural do país. Apesar deste volume de construção, o acesso aos serviços melhorados de saneamento na zona rural continua muito baixo, aos 13.2% (IOF 2014/2015).

**Abastecimento de água urbano** - Na água urbana observa-se uma estagnação na evolução da cobertura dos serviços decorrentes da redução do número de ligações estabelecidas e fontanários construídos ano após ano pelo facto de a capacidade de produção dos sistemas principais estar a alcançar o seu limite.

### **Propostas de Soluções para Melhorar do Desempenho**

Melhorar o processo de planificação das novas fontes relativamente a sua distribuição geográfica de modo a: (i) alcançar mais as comunidades ainda não cobertas; (ii) aperfeiçoar ainda mais o critério de cálculo do número de pessoas cobertas por fonte e ir subindo na escada de serviços rurais.

Melhorar o sistema de monitoria do sector de abastecimento de água e saneamento para que a classificação das infra-estruturas de saneamento esteja alinhada com a do INE, melhorar a supervisão das actividades de promoção do saneamento rural para conferir maior credibilidade aos dados fornecidos pelas empresas de área social e considerar a possibilidade de complementar a promoção do saneamento nas zonas rurais com algum investimento público na construção para cobrir o défice de qualidade das infra-estruturas.

Mobilizar com urgência novos investimentos para a expansão da capacidade de produção dos sistemas para cobrir a demanda crescente que os sistemas já não podem comportar com as mesmas infra-estruturas. Os sistemas mais críticos são os de Inhambane, Nampula, Nacala, Angoche e Lichinga. Cuamba já está na fase conclusiva da reabilitação e expansão do sistema.

## Metas do Sector de Gestão de Recursos Hídricos 2015

No quadro da Prioridade IV do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 “ **Desenvolvimento de Infraestruturas Económicas e Sociais**” o Governo prioriza a expansão sustentável e a melhoria das infraestruturas sócio-económicas essenciais e vitais para a promoção da actividade produtiva do sector privado e associativo e para o incremento da capacidade do sector público de prover os serviços sociais básicos a população. Assim estão elencados os seguintes objectivos estratégicos: (i) Construir e expandir a capacidade das infra-estruturas de armazenamento de água e irrigação; (ii) Garantir a gestão integrada de recursos hídricos; (iii) Garantir a gestão integrada de bacias hidrográficas internacionais

Em termos de metas estão previstas as seguintes: (i) o aumento da capacidade de armazenamento de 58 para 60 Mm<sup>3</sup> (meta revista) até 2019; (ii) percentagem das principais bacias hidrográficas com planos de gestão de recursos hídricos dos actuais 32% (7 bacias) para 59% (13 bacias) em 2019; e (iii) o volume de água disponível nas bacias hidrográficas partilhadas com a meta de 3.510 Mm<sup>3</sup> partindo dos actuais 531 Mm<sup>3</sup>.

Os progressos observados em 2015 foram: início dos estudos para a elaboração do projecto de conclusão da reabilitação da barragem de Corumana e início da construção da barragem de Moamba-Major; elaboração e discussão da versão preliminar do acordo de partilha da bacia do Pungwe; e início da elaboração dos planos das bacias do Inhanombe e Guvuro. Com estes desenvolvimentos projecta-se que as metas do sector para o quinquénio serão alcançadas. Portanto, a avaliação do progresso é positiva.

### Avaliação Geral do Desempenho do Governo no Sector de Gestão de Recursos Hídricos

**Estações hidro-climatológicas** - No PES de 2015 foi planificada a construção de 30 estações hidro-climatológicas manuais e a construção de 4 estações telemétricas. Foram construídas 43 estações manuais (143%) e 5 telemétricas (125%). Embora parte das realizações tenha sido feita fora do PES, o alvo deste indicador **foi atingido**.

**Furos piezómetros** - No PES 2015 foi também planificada a construção de 7 furos piezómetros. Foram entretanto construídos exactamente 6 furos piezómetros (86%), e cinco estações telemétricas (125%). O alvo deste indicador **não foi atingido**, mas com progresso.

**Construção de infra-estruturas de retenção** - As realizações neste âmbito comparativamente ao PES 2015 foram as seguintes: obras de construção da barragem de Gorongosa (75%), obras de construção da barragem de Metuchira (10%), obras de reabilitação da barragem de Macarratane – (90%) e de Massingir (10%). Foi construída a represa de Marrara e foi iniciada e realizada em 10% a represa em Nicanda, Cabo-Delgado. Nenhum reservatório escavado foi construído devido a

exiguidade dos valores internos realmente alocados e ao atraso nos desembolsos externos. Entretanto, no global o alvo deste indicador **não foi atingido**.

**Execução Financeira** - O **orçamento total** do sector de gestão de recursos hídricos em 2015 teve uma dotação total actualizada de **2.437.261,07 mil Meticais**, dos quais 2% para o funcionamento e 98% para o investimento. Os parceiros externos contribuíram significativamente em 2015 para o orçamento do sector com 77% de todo o orçamento e a totalidade (100%) do investimento externo foi através de programas geridos “*Off CUT*”. O grau de execução do orçamento global do sector em 2015 foi de 64%, com as execuções parciais de 97% para o orçamento interno e 54% do orçamento externo. A dívida do sector é reportada a **94.459,81 mil Meticais**, 80% da qual proveniente dos projectos de construção da barragem de Gorongosa e represa de Nantes na Zambézia. Ambas dívidas já resultaram na paralisação das obras. Ainda assim, o sector fez um grande esforço para regularizar a dívida antiga.

### **Desafios Encontrados**

Ainda há deficiências na recolha de alguns dados, como por exemplo os relativos a gestão de infra-estruturas de armazenamento de água, o que dificulta a avaliação do nível de preparação do país para eventos extremos, como a seca.

As infra-estruturas de armazenamento de água planificadas pelo sector para o presente quinquénio não cobrem todas as necessidades primárias urgentes como são os casos das necessidades de fontes para o abastecimento de água a Nampula, Nacala, Pemba e Lichinga.

O orçamento do sector ainda é muito baixo. Em 2015 o valor global do orçamento revisto (interno e externo) foi equivalente a cerca de 52,4 milhões de Dólares Americanos e o valor executado foi de cerca de **33,0 milhões** de Dólares Americanos.

### **Propostas de Soluções para Melhorar do Desempenho**

Recomenda-se o estabelecimento de um sistema de monitoria das actividades de gestão de recursos hídricos incluindo a monitoria dos níveis de armazenamentos nas principais albufeiras de barragens a partir das Administrações Regionais de Água.

Recomenda-se também que o subsector priorize para os próximos anos a planificação e busca de financiamentos para as barragens com finalidades primárias para as cidades que já se encontram em situação crítica, com particular destaque para Nampula, Nacala, Pemba e Lichinga.

Recomenda-se que o subsector de gestão de recursos hídricos desenvolva esforços adicionais para mobilizar mais financiamentos.

## 1. INTRODUÇÃO

O Relatório Anual de Avaliação do Desempenho do Sector de Águas de Moçambique de 2015 (RADS 2015) é o sexto desta série. O primeiro foi elaborado em 2010 e desde então, este tem sido o instrumento principal de avaliação do desempenho do sector tanto pelo Governo como pelos seus Parceiros de Apoio Programático. Porém, o RADS 2015 é o primeiro a ser elaborado depois do governo ter criado duas Direcções Nacionais para implementar as políticas e estratégias do governo neste sector, nomeadamente a Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS) e a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH).

Assim, a partir de 2015 o RADS é preparado na base dos relatórios anuais de Balanço do Plano Económico e Social (PES) da DNAAS e da DNGRH, que contêm informação consolidada das Províncias, do Fundo e Património do Abastecimento de Água (FIPAG), da Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento (AIAS), relatórios do Regulador (CRA), das Administrações Regionais de Águas (ARA's), inquéritos do Instituto Nacional de Estatística (INE) (ex: MICS, IDS e IOF) e estudos nacionais e internacionais sobre o Sector de Águas. O Relatório Anual de Desempenho do Sector de Águas (RADS) distingue-se dos outros relatórios na natureza da análise. Enquanto os relatórios anuais dos sectores de abastecimento de água e saneamento e de recursos hídricos centram-se na relação entre os planos e a respectiva execução, o RADS faz análise em relação as metas anuais, explorando as razões de desempenhos particulares e recomendando medidas para sua melhoria.

A avaliação de desempenho de 2015 teve como principais fontes de dados: o balanço do PES, o relatório de balanço das actividades realizadas em 2015, o relatório do Regulador CRA ao Governo, os estudos específicos existentes à data (IDS, 2011e o IOF 2014/2015) e outros estudos internacionais para efeitos comparativos. Os relatórios anuais foram consultados de uma forma mais retroactiva sempre que houve necessidade de fazer-se uma avaliação comparativa da tendência do desempenho do sector.

O relatório está dividido em duas partes principais: a primeira parte é dedicada a componente de abastecimento de água e saneamento e a segunda parte faz balanço da componente de gestão dos recursos hídricos. Dentro de cada uma das principais partes, o relatório começa com a avaliação dos indicadores da matriz do PQG 2015-2019, depois analisa os progressos alcançados nos indicadores dourados, e termina com as recomendações pertinentes neste contexto. As seguintes secções são apresentadas de uma forma unificada em 2015: o quadro institucional actualizado do sector, análise da execução financeira e a avaliação conjunta feita em 2015. Para mais detalhes o relatório apresenta em anexo as tabelas dos indicadores dourados avaliados nas partes iniciais do mesmo.

O RADS 2015 avalia o primeiro ano do ciclo de planificação definido pelo Programa Quinquenal do Governo (2015-2019) é o sexto da série e marca também o início de um novo ciclo planificação, nomeadamente o Programa Quinquenal do Governo (2015-2019). Assim, parte da avaliação é feita tendo em conta a perspectiva de alcance das metas do governo em 2019.

## 2. SECTOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

### 2.1 Avaliação dos Indicadores

#### 2.1.1 Matriz de avaliação do Programa Quinquenal do Governo

O programa quinquenal do governo 2015-2019 para o sector de abastecimento de água e saneamento, foi desenhado para materializar os objectivos da Política de Águas e define os compromissos do Governo relativamente a necessidade de caminhar para o alcance dos objectivos de desenvolvimento sustentável (SDG), estabelecendo as seguintes metas:

- Aumentar a provisão e acesso aos serviços de água potável para alcançar uma cobertura de 75% nas zonas rurais (14,3 milhões) e de 90% nas zonas urbanas (8,1 milhões);
- Aumentar a provisão e acesso aos serviços de saneamento para o alcance de uma cobertura de 50% nas zonas rurais (9,6 milhões) e 80% nas zonas urbanas (7,2 milhões).

A Tabela 1 apresenta a avaliação sumária do progresso dos quatro indicadores do PQG 2015-2019 para o Sector de Águas.

Tabela 1: Metas do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2015-2019)

Serviço	Metas		Progresso
	Taxa de Cobertura	Pessoas Servidas	
Água Rural	75%	14,3 Milhões	●
Água Urbana	90%	8,1 Milhões	●
Saneamento Rural	50%	9.6 Milhões	●
Saneamento Urbano	80%	7,2 Milhões	●
<b>Legenda:</b>			
●	-	Com progresso insuficiente	
●	-	Com progresso suficiente	

O PQG é um instrumento orientador dos objectivos do Programa de Redução da Pobreza (PARP), que já está incorporado nele. Desde 2004 que a sua avaliação pelos PAPs é feita usando indicadores comuns definidos através de um quadro de avaliação de desempenho (QADs). Esses indicadores servem de guião para a elaboração e avaliação dos planos económicos e sociais (PES). Da Tabela 1 constata-se que apenas a meta do saneamento urbano teve um progresso suficiente (cumpriu com o incremento anual mínimo para o alcance das meta do PQG de 6% ao ano que permite partir de 50% em 2014 para), as restantes metas (abastecimento de água rural, abastecimento de água urbano e saneamento rural), em parte porque as metas do PQG foram definidas com base nas estimativas do desempenho do sector feitas em 2014 que depois ficaram ultrapassadas com a publicação dos resultados do inquérito do INE, IOF 2014/2015 (ainda que provisórios), que apresentam os níveis de uso destes três serviços, abaixo das estimativas iniciais feitas pelo sector aquando da preparação do PQG 2015-2019.

**Tabela 2: Matriz do PQG 2015-2019 - Abastecimento de Água e Saneamento**

Sector	Objectivo do PQG 2010-2014	Programa do CFMP	Indicador de Resultado (Fonte de verificação)	Meta 2019 <sup>1</sup>	Progresso 2015 <sup>2</sup>	Indicador de Produto (Fonte de verificação)	Meta 2015	Real 2015	Meta 2016
Água e saneamento	Aumentar a provisão e acesso aos serviços de abastecimento de água, de saneamento,	Abastecimento de água e saneamento	% da população que usa fontes seguras de água potável nas zonas rurais e urbanas	Urbano - 90%	82,5	No total de ligações domiciliárias activas (FIPAG+AIAS)	-	513.098	
				Rural - 75%	36,1%	No total de fontes dispersas operacionais	-	26.174	
			% de pessoas que usa infra-estruturas de saneamento adequadas nas zonas rurais e urbanas	Urbano - 80%	57,8	No de novas ligações a sistemas convencionais de esgotos, fossas sépticas e latrinas melhoradas construídas em zonas urbanas e peri-urbanas	-	17.738	
				Rural - 50%	13,2	No de latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas construídas em zonas rurais	-	182.504	

<sup>1</sup> De acordo com o PQG 2015-2019

<sup>2</sup> De acordo com os resultados preliminares do IOF 2014/2015

Da Tabela 2 - Matriz do PQG, constata-se que apenas o indicador do saneamento urbano teve um desempenho anual positivo em 2015, com a taxa de cobertura de uso dos serviços de 57,8% (IOF 2014/2015), que garante um incremento mínimo de 6% necessário para elevar a cobertura destes serviços de 50% para 80% durante o quinquénio. Os progressos dos outros três indicadores foram efectuados pelas estimativas feitas relativamente a cobertura dos serviços à partida do processo de planificação (PQG 2015-2019). Com a publicação dos resultados preliminares do IOF 2014/2015 (feita após a elaboração do PQG) constata-se que os níveis de cobertura dos serviços eram mais baixos que as estimativas feitas pelo sector, como ilustra a tabela 3, seguinte.

**Tabela 3: Análise comparativa entre as estimativas do PQG e os resultados do IOF 2014/2015**

Serviço	Estimativas do PQG 2015-2019		Dados Preliminares do IOF2014/2015
	Cobertura em 2014	Meta 2019	
Água Rural	50%	75%	36.1%
Água Urbana	85%	90%	82.5%
Saneamento Rural	15%	50%	13.2%
Saneamento Urbano	50%	80%	57.8%

Assim, assumindo um crescimento mínimo uniforme anual necessário para alcançar as metas do PQG partindo das estimativas do sector, as coberturas dos serviços em 2015 deviam situar-se nos seguintes níveis: Abastecimento de água rural - **55%** (incremento anual mínimo necessário de 5%); abastecimento de água urbano - **86%** (incremento anual mínimo necessário de 1%); e saneamento rural - **22%** (incremento anual mínimo necessário de 7%). Portanto, os alvos destes três indicadores do PQG **não foram atingidos**.

### 2.1.2 Indicadores dourados do sector de abastecimento de água e saneamento

A matriz do PQG avalia apenas quatro (4) indicadores de resultados para o abastecimento de água e saneamento. Para tornar a avaliação mais abrangente, este relatório faz a análise de 15 indicadores com 38 definições adoptados pelo sistema nacional de informação do sector de água (SINAS) para o abastecimento de água e saneamento. Estes indicadores subdividem-se em 9 indicadores com 20 definições para o abastecimento de água e saneamento rural e 6 indicadores com 18 definições para o abastecimento de água e saneamento urbano.

#### 2.1.2.1 Indicadores dourados do sub-sector de água e saneamento rural

Este grupo de 9 indicadores com 20 definições apresenta diferentes níveis de preenchimentos. Neste momento, o sector consegue reportar anualmente os seguintes indicadores: acesso, uso, operacionalidade, infra-estruturas construídas e reabilitadas e sustentabilidade. Os indicadores relativos ao tempo gasto para buscar água, o género e a equidade, necessitam de levantamentos específicos não podendo ser reportados anualmente, sendo a extrapolação de dados a alternativa que tem sido usada. Os dados do indicador de investimentos ainda necessitam que o sector aloque recursos para que estes possam ser monitorados e reportados com regularidade.

### a) Tempo para buscar água

Definição: % de agregados familiares que gasta menos de 30 minutos a ir buscar água para beber

O tempo para ir buscar água é definido como a soma dos tempos de ida, espera e regresso no processo de busca de água. Até a data, já foram realizados cinco estudos específicos neste contexto (sendo 4 pelo INE e 1 pelo sector de águas) e o último deles foi o IOF 2014/2015. Os resultados destes estudos não permitem o estabelecimento de uma tendência consistente como se pode ver na figura 1. Ainda assim, pode-se constatar ainda na figura 1 que os últimos resultados mostram uma tendência de estagnação da proporção de pessoas que gastam menos de 30 minutos para acederem a serviços melhorados de abastecimento de água nas zonas rurais entre 2011 e 2015, acompanhando a correspondente estagnação na evolução da cobertura dos serviços de abastecimento de água rural verificada no período em referência. Esta proporção estima-se segundo os resultados dos dois últimos estudos nos 32%, que é uma cifra muito inferior a meta previamente definida de 90%. Portanto, o alvo deste indicador **não foi atingido**.

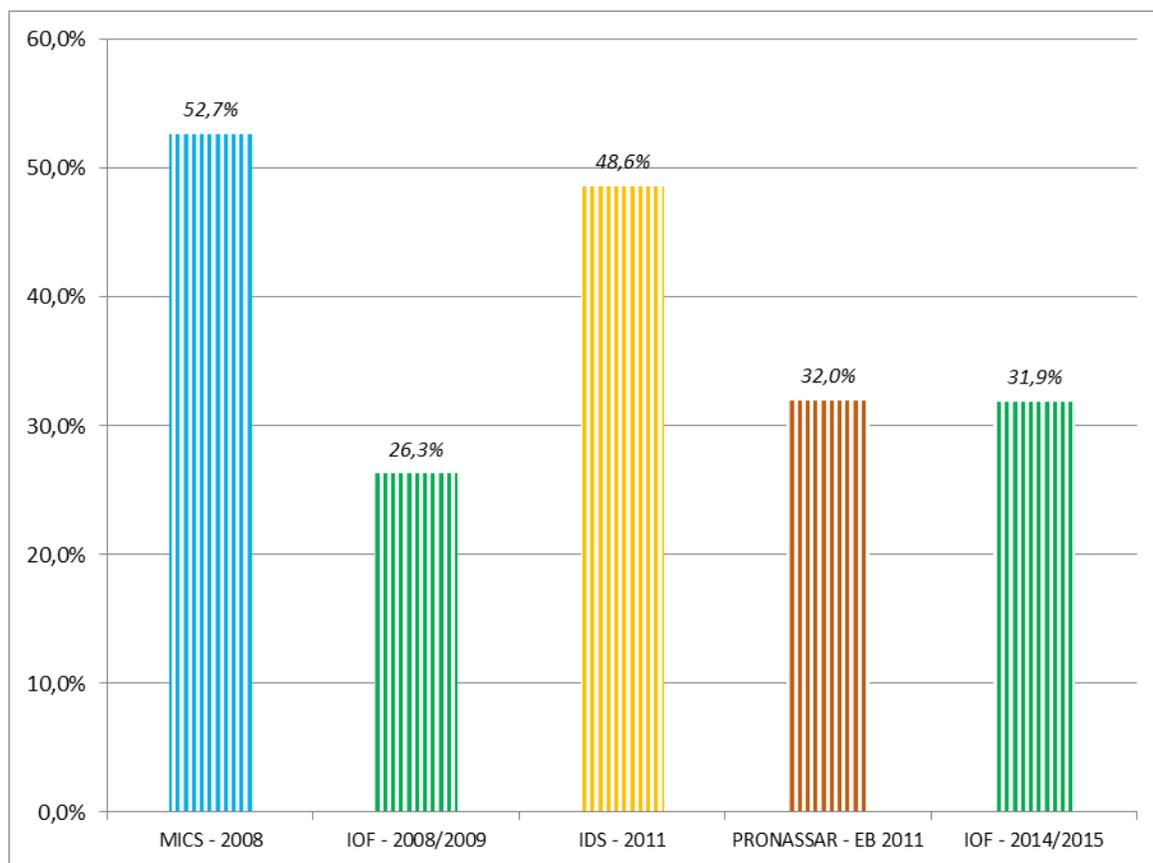


Figura 1: proporção da população que gasta menos de 30 minutos para aceder a serviços melhorados de água

## b) Acesso<sup>3</sup> a água rural

Definição:	Percentagem da população rural com acesso a uma fonte melhorada de água dentro de um raio de 500 m
------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------

Para o abastecimento de água rural, o acesso é definido como sendo a percentagem de pessoas que têm a sua disponibilidade uma fonte de água segura. Até 2012, este indicador era calculado assumindo que uma fonte abastecia 500 pessoas, de acordo com a Política de Águas (2007). Em Setembro de 2012 o Governo aprovou um novo critério de planificação que faz uma revisão em baixa do número de pessoas que podem ser servidas por uma fonte rural para 300 pessoas.

Importa salientar que o acesso pode ser diferente do serviço básico. Os valores mais aproximados (os de uso) são os obtidos por inquérito directo aos agregados familiares. Entretanto, do ponto de vista de provedor de serviços, parece ser imprescindível que o sector de abastecimento de água e saneamento continue a mostrar a relação entre a planificação e a execução, utilizando o critérios de planificação, quer em termos percentuais quer em termos de pessoas alvo, para dar mais sentido aos seus planos e relatórios anuais.

Com base neste critério, as **26.174** fontes que estavam operacionais em 2015, estavam disponíveis para cerca de 7,85 milhões de pessoas<sup>4</sup>, o equivalente a 44.8% de toda a população rural em 2015. Um adicional de 1,34 milhões de pessoas é servido por sistemas de abastecimento de água (SAA) rurais, o correspondente a 7.6% de toda a população rural. Assim, estima-se que um total de 9,20 milhões de pessoas residentes nas zonas rurais têm potencialmente acesso aos serviços melhorados de água potável quer por meio de fontes dispersas, quer por meio de SAA rurais, o que corresponde a uma taxa de acesso 52.4%. A meta do PQG para 2015-2019 é de alcançar uma cobertura de 75% em 2019 partindo dos 50% estimados para 2014 o que corresponde a uma necessidade de crescimento mínimo anual de 5%. O crescimento anual observado em 2015 foi de apenas 2.4%, portanto o alvo deste indicador **não foi atingido**.

### Quadro 1: Análise da Cobertura da Água Rural

Os resultados preliminares do IOF 2014/2015 estimam a cobertura média do abastecimento de água rural em 36,1%, com a seguinte composição: água canalizada (3.5%), fontanários (8.6%), fontes dispersas (23.9%) e cisterna (0.2%). A cobertura por fontes dispersas equivale a 4.193.598 pessoas das 17.546.436 projectadas como residentes nas zonas rurais em 2015. Por outro lado, o sector de abastecimento de água e saneamento contabiliza cerca de 26.174 fontes operacionais em Dezembro de 2015. Neste contexto, pode-se concluir que de acordo com o padrão de distribuição das fontes dispersas em 2015, cada fonte abastecia aproximadamente 160 pessoas ao invés das 300 pessoas usadas como critério de planificação pelo sector desde 2011. Portanto, o sector deverá nos próximos anos melhorar a sua planificação em termos de melhorar a distribuição espacial da fontes ou em simultâneo, rever o critério de planificação.

<sup>3</sup> O acesso deve ser interpretado como uso

<sup>4</sup> Uma fonte serve a 300 pessoas

### c) Uso de fontes e de instalações sanitárias melhoradas

Definição:	% da população rural que usa fontes melhoradas de abastecimento de água; % da população que usa instalações sanitárias melhoradas
------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Este indicador mede o grau de uso das instalações melhoradas de água e saneamento rural existentes. É medido pela percentagem das pessoas que dispoñdo destas infra-estruturas, faz o seu uso efectivo. De acordo com a Política de Águas, uma fonte de água rural segura pode ser um poço com manilhas, um furo ou poço com bomba manual, e uma ligação doméstica ou fontanários alimentados a partir de um sistema de água canalizada; enquanto a infra-estrutura de saneamento segura comporta sistemas de eliminação de excreta com água corrente, latrina com despejo de água manual, a latrina VIP, a latrina melhorada com laje de cimento, a latrina tradicional melhorada e a latrina ecológica. A medição deste indicador é normalmente feita por inquéritos ou estudos específicos. O último inquérito do INE neste sentido foi o IOF 2014/2015 e ainda tem resultados preliminares que apontam para a seguinte tendência:

O IOF 2014/2015 encontrou uma taxa de uso das fontes de água seguras, nas zonas rurais de 36.1% em 2015 contra a meta do PQG para 2015 que era de 55% (para garantir o crescimento uniforme ao longo do quinquénio, tendo em conta a necessidade do alcance da meta de 75% para a água rural). Portanto, o alvo deste indicador **não foi atingido**. A meta anual do PQG para o uso de instalações de saneamento seguras nas zonas rurais em 2015 é de 22.0% (projectada tendo em conta a necessidade de garantir um crescimento mínimo anual de 7% necessário para o alcance dos 50% em 2019, partindo da taxa estimada para 2014 de 15%). O IOF 2014/2015 encontrou uma taxa de uso das instalações sanitárias melhoradas de 13.2% em 2015. Portanto, o alvo deste indicador **não foi atingido**.

Os resultados do IOF 2014/2015 (ainda preliminares) mostram uma tendência de estagnação e deterioração tanto dos serviços de abastecimento de água como de saneamento nas zonas rurais. Para inverter esta tendência no abastecimento de água é necessária uma abordagem múltipla: (i) aumentar os investimentos na construção - o número de fontes dispersas construídas e reabilitadas em 2015 foi insuficiente para o aumento desejado na cobertura dos serviços. As 2,366 fontes são potenciais de incrementar a cobertura em apenas 4%; (ii) incrementar o investimento nas acções de sustentabilidade - das 2,366 fontes construídas e reabilitadas em 2015, pouco mais de 35% serviram para compensar avarias ocorridas no mesmo ano, restando apenas 1,529 fontes para o incremento da cobertura (com potencial de incrementar a cobertura em apenas 3%); e (iii) melhorar a distribuição das fontes pelas comunidades - a baixa percentagem de uso das fontes de água comparativamente as fontes existentes sugerem uma concentração de fontes em certos locais em detrimento de outros locais sem acesso aos serviços.

No caso do saneamento rural, continua a se observar a grande tendência de construção de latrinas com padrão não suficiente para garantir um serviço melhorado. Das cerca de 580,000 latrinas construídas em 2015, cerca de 67% (segundo o sistema de monitoria do sector) ou uma cifra mais elevada (segundo os resultados do IOF 2014/2015 - vide o quadro 2 abaixo) tinham

padrão abaixo do mínimo aceitável (não contribuindo para a cobertura). Para reverter esta situação no saneamento rural, recomenda-se melhorias nos programas de promoção de modo a que resultem na melhoria da qualidade das latrinas construídas e na sua aceitação por parte das comunidades. Para complementar a componente de promoção é necessário também desenvolver mais esforços na componente de desenvolvimento de capacidade local de construção de latrinas de padrão aceitável e potencialmente de subsídios financeiros públicos à construção.

#### Quadro 2: Análise Comparativa do Padrão das Latrinas Construídas

Os resultados preliminares do IOF 2014/2015 estimam a cobertura média do saneamento rural em 13.2%, com a seguinte composição: retrete ligada a fossa séptica (0.7%) e latrinas (12.5%). A cobertura por fontes latrina equivale a 2.193.305 pessoas das 17.546.436 projectadas como residentes nas zonas rurais em 2015. Assumindo que cada latrina serve em média 5 pessoas que constituem a média do agregado familiar pode-se estimar que existem segundo os resultados preliminares do IOF 2014/2015 cerca de 438.661 latrinas melhoradas. Porém, apesar de não existirem dados de monitoria do sector 2006 a 2009, o sector registou a construção de 743.730 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas entre 2010 e 2015, que somadas as 438.661 famílias que já usavam latrinas em 2006 resulta num total de 792.841. Estes dados conduzem as seguintes reflexões: (i) menos de 55% das latrinas consideradas pelo sistema de monitoria do sector se abastecimento de água e saneamento foram classificadas como tal pelo INE no último IOF, o que sugere que o sistema de monitoria do sector relativamente a qualidade das infra-estruturas construídas pelas famílias deve ser melhorado; (ii) a proporção das latrinas com padrão mínimo qualidade desejado é muito mais baixa que as estimativas que tem sido feitas pelo sector, daí a necessidade das medidas institucionais e de investimento para reverter este padrão.

#### d) Operacionalidade das fontes dispersas

Definição: % das fontes de água dispersas existentes em funcionamento

Fontes operacionais são definidas como aquelas que efectivamente estão a servir as populações. A meta para este indicador é o alcance da taxa de 95% em 2015. A operacionalidade das fontes só pode ser determinada com rigor a partir de um estudo específico. O último inquérito do INE, o IOF 2014/2015 não fez o levantamento desta componente do abastecimento de água rural, mantendo assim o estudo de base do PRONASAR como o último realizado neste contexto, e que encontrou uma taxa de operacionalidade de 83% em 2011. Assim, os valores reportados para 2015 são resultados de projecções que tomaram como base os dados de 2011 e as realizações até a data. Os resultados das projecções apontam para uma taxa de 91.0% (as taxas mais baixas de operacionalidade observam-se m Niassa com 76% e Maputo-Província com 78% e a melhor na Zambézia, com 97%). A cifra média desceu meio ponto percentual de 2014 para 2015, e a meta de 95% não foi alcançada. Neste contexto, o alvo deste indicador **não foi atingido**.

Porém, para melhorar as taxas de operacionalidade de fontes dispersas acima dos 90% necessita-se de um esforço conjugado quer do ponto de vista de sensibilização das comunidades para a conservação das infra-estruturas, quer em termos de desenvolvimentos de mecanismos para garantir a disponibilização de peças de substituição e desenvolvimento da capacidade local de realização de manutenções em todas as comunidades.

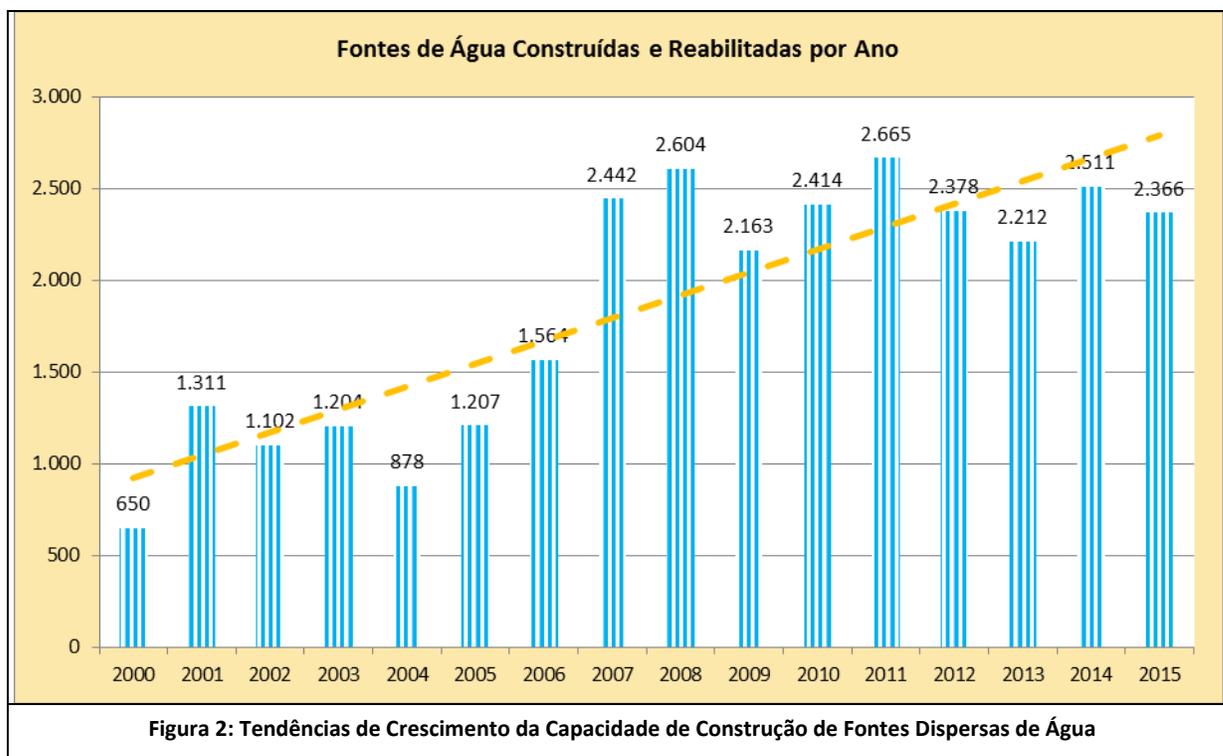
e) **Infra-estruturas de água e saneamento rural construídas e reabilitadas**

<b>Definição:</b>	Número de fontes novas e reabilitadas por ano; Número de PSAA rurais novos e reabilitados por ano; Número de escolas com novas fontes de água e instalações sanitárias por ano; Número de latrinas melhoradas construídas por ano; Número de latrinas tradicionais construídas por ano; Número de latrinas tradicionais melhoradas construídas por ano; Número de aldeias livres de feccalismo a céu aberto certificadas por ano
-------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Este indicador avalia as realizações feitas no âmbito da implementação do PES de cada ano, por isso, é feito ao fecho do ano, a 31 de Dezembro de cada ano e contabiliza as infra-estruturas de água e saneamento rural construídas e reabilitadas em cada ano, comparando-as com as metas físicas estabelecidas. Faz a avaliação do progresso das construções e reabilitações de fontes dispersas - poços/furos, sistemas de abastecimento de água rurais - SAA, latrinas melhoradas - LM, latrinas tradicionais melhoradas - LTM e latrinas tradicionais - LT.

No PES 2015 tinham sido planificadas 1.933 fontes de água dispersas (1.210 novas construções e 723 reabilitações) e foram realizadas um total de 2.366 fontes (1,364 novas e 1,002 reabilitações). Com esta realização a meta do PES 2015 foi alcançada e superada (122% do planificado). Portanto, o alvo deste indicador relativamente ao PES 2015 **foi atingido**.

Porém, este resultado positivo de 2015 advém de vários factores, nomeadamente: (i) taxas de realização muito altas em algumas províncias - Manica (336%), Inhambane (142%) e Zambézia (137%) compensaram as baixas realizações observadas em Niassa (70%), Cabo-Delgado (94%) e Sofala (98%); (ii) aparente planificação deficiente - Manica planificou para 2015 apenas 45 fontes, sendo a única província planificando abaixo de 100 fontes e que não incluiu na sua planificação, as reabilitações e realizou 75 reabilitações, Zambézia está a registar realizações muito acima do planificado pelo terceiro ano consecutivo e Inhambane pelo segundo ano consecutivo.

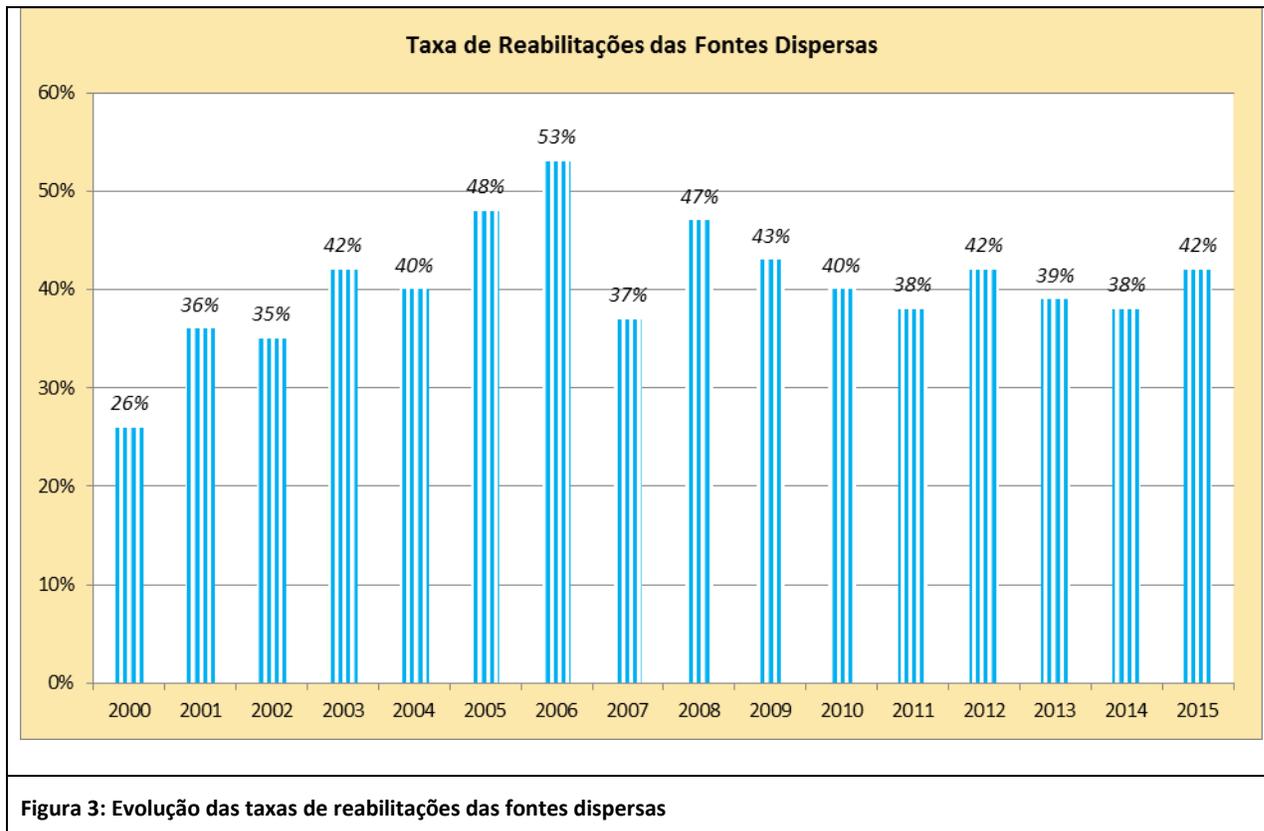


O ano 2015 marca também o fim dos períodos de referência para dois instrumentos de planificação do sub-sector de abastecimento de água e saneamento rural: o plano estratégico de abastecimento de água e saneamento rural (PESA-ASR 2006-2015) e o programa nacional de água e saneamento rural (PRONASAR).

O PESA-ASR 2006-2015 preconizava o alcance de uma cobertura média nacional de 71% com as fontes dispersas a contribuírem com 60.3% desta cifra, devendo ser materializada pela construção/reabilitação de 18.190 fontes. No período 2006 - 2015 o sector construiu 23.319 fontes dispersas, o equivalente 128% da meta do plano estratégico. Portanto, a **meta de produto** do plano estratégico **foi atingida**, mas a meta de resultados **não foi atingida** porque esta planificação foi feita com base no pressuposto de 500 pessoas servidas por uma fonte dispersa que depois foi revista em baixa em 2011 para 300 pessoas. Assim, sendo com a cobertura actual de 36.1% (IOF 2014/2015), o alvo de **resultado** do PESA-ASR 2006-2015 **não foi atingido**.

Por seu turno, o PRONASAR (que actualizou a planificação do PESA-ASR) propunha a operacionalização (construção/reabilitação) de 17.000 fontes dispersas até 2015. Até Dezembro de 2015 tinham sido operacionalizadas 14.156 fontes de água (potencial para servir a 4,2 milhões de pessoas), equivalente a 83% do planificado. Utilizando a taxa média de reabilitações de 37% observada no período de 2010 – 2015, pode-se estimar que 8.918 dessas fontes foram novas e 5.238 reabilitações. Portanto, tanto o alvo do **produto** como do **resultado** do PRONASAR **não foram atingidos**.

Para o alcance das metas do instrumento de planificação mais actualizado (o PQG 2015-2019) relativamente ao acesso aos serviços melhorados de abastecimento de água nas zonas rurais é necessário: (i) um esforço de construção estimado em 3.180 fontes por ano que conjugado com a construção de sistemas de abastecimento de água representa o potencial para elevar a cobertura (acesso) para os 75% estabelecidos (claramente superior as 2.366 construídas/reabilitadas em 2015); (ii) planificar a reabilitação das fontes em paralelo, porque esta não contribui para o aumento da cobertura, mas para a reposição da cobertura perdida com as avarias.



O gráfico da figura 3 mostra que a proporção das reabilitações ainda é muito elevada com uma média de 37% de 2010 a 2015 e este facto tem seguintes implicações: (i) pode-se estimar que em média tem estado a avariar cerca de 686 fontes por ano em todo o país, que corresponde a um potencial para servir 205,000 pessoas, o equivalente a 1.2% de cobertura potencial perdida anualmente de acordo com o critério de 300 pessoas por fonte; e (ii) apesar de as reabilitações não serem muito caras (cerca de 19% do custo de uma fonte nova segundo as estimativas do WASHCost), elas consomem o tempo dos recursos humanos e equipamentos (que podia ser aproveitado noutras actividades) a nível provincial e distrital em actividades de planificação, “procurement”, monitoria e avaliação das reabilitações. Portanto, elas têm impacto na cobertura dos serviços e nos custos indirectos com recursos humanos e equipamentos.

As províncias que tiveram as taxas mais elevadas de reabilitações em 2015 foram: Manica (38%), Niassa (45%), Maputo (45%) e Inhambane (45%). As quatro (4) províncias acima mencionadas

apresentam também as médias de reabilitações do período 2010 a 2015 mais elevadas e acima da média nacional que situa-se nos 37%, como ilustrado na figura 4, seguinte.

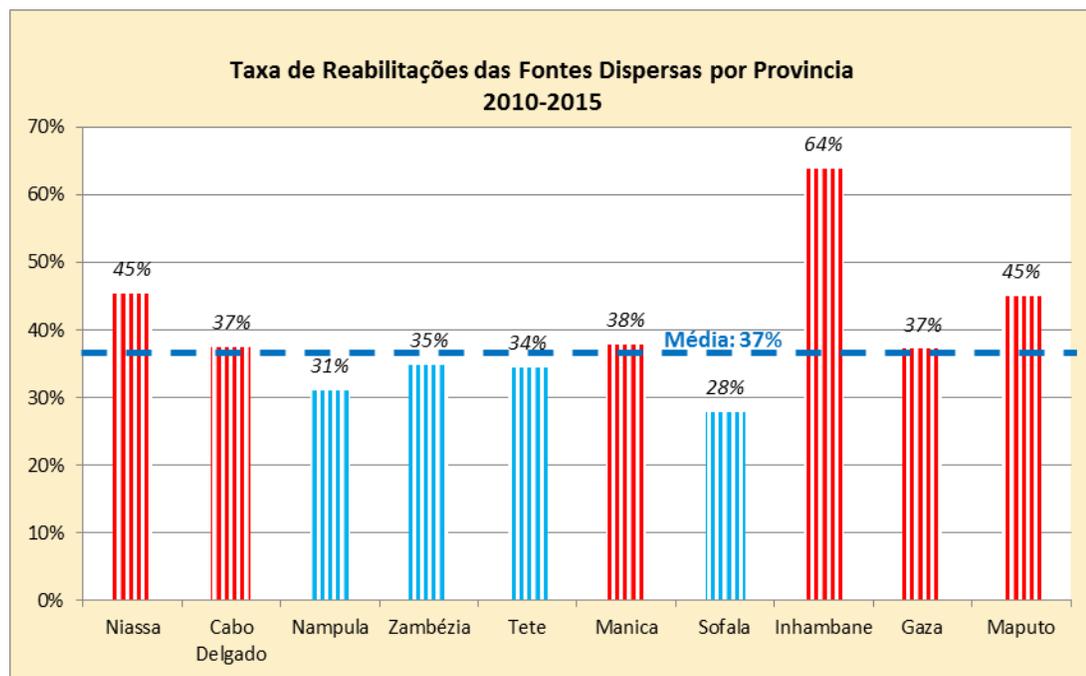


Figura 4: Taxas médias de reabilitação de fontes dispersas por província - 2000-2015

Quando os **sistemas de abastecimento de água nas zonas rurais (SAA)** foi planificado para 2015 o início das obras de construção/reabilitação de 12 SAA em igual número de distritos. Até aos finais de 2015 foram concluídos 9 sistemas; porém apenas quatro (4) deles são os planificados do PES - 2015 e os restantes cinco (5) foram realizados fora do âmbito do PES. Assim, estão e curso obra em cinco (5) sistemas e não iniciaram obras em 3 sistemas. O desempenho observado em 2015 é inferior ao do ano anterior, que foi de 30 sistemas e mantêm a tendência decrescente que tem-se observado desde o pico de 2010 (figura 5). Portanto, o alvo deste indicador **não foi atingido**.

A meta de construção de sistemas de abastecimento de água do PESA-ASR 2006-2015 era de construção/reabilitação de 140 SAA com um alvo de cobertura de 563.196 pessoas. O registo sistemático das realizações no âmbito dos sistemas de abastecimento de água rurais iniciou apenas em 2010 e até a data foram construídas/reabilitados 200 sistemas servindo 472.082 pessoas. Portanto, tendo em conta que 4 anos do período de implementação do PESA-ASR não foram contabilizados, com os dados disponíveis, pode-se considerar que os **alvos de número de sistemas** e de população adicional servida **foram atingidos**.

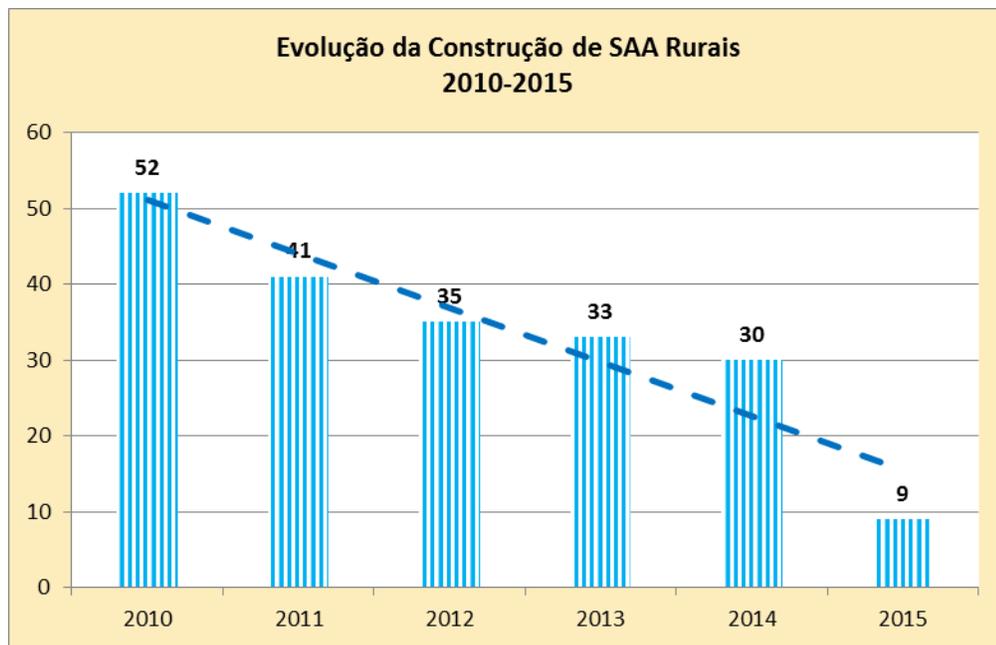


Figura 5: Evolução da construção de SAA rurais: 2010-2015

A análise comparativa entre o desempenho de 2015 e dos anos anteriores pode-se tirar as seguintes conclusões: (i) apenas 33% dos sistemas planificados no PES 2015 foram executados contra a média de 48% observada no quinquénio passado; (ii) em média, cada sistema construído/reabilitado em 2015 serve 1.786 pessoas contra a média de 2.387 pessoas por sistema construído/reabilitado no quinquénio passado. Portanto, o sector construiu menos sistemas que as médias anteriores e cada sistema construído serve menos que as médias anteriores. Esta tendência torna-se mais preocupante quando o sector está a considerar que uma das estratégias para acelerar a cobertura dos serviços de água rural e também subir na escada de serviços é gradualmente incrementar a proporção da população servida por água canalizada nas zonas rurais.

Na componente de **saneamento rural** estava programada no PES-2015 a realização de 500 campanhas de promoção de latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas, e durante o ano de 2015 foram realizadas 2.412 campanhas e como resultado destas, foram construídas 182.504 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas (beneficiando 912.520 pessoas. Do ponto de vista de campanhas planificadas, estas foram cumpridas e superadas em 4.8 vezes. Portanto, o alvo deste indicador **foi atingido**.

A capacidade de mobilização das empresas da área social está a tornar-se mais produtiva em termos de comunidades alcançadas a cada ano, mas a qualidade das latrinas construídas continua maioritariamente de baixo padrão. As 18.504 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas construídas em 2015 constituem apenas a 31% de toda a produção do ano, como ilustrado no gráfico comparativo das tendências da figura 6. Portanto, para complementar os resultados positivos referentes a mobilização de mais comunidades, é necessário desenvolver mais a capacidade local de execução de construções com padrão superior e também considerar algum subsídio para as famílias para cobrir parte dos custos de construção necessários para elevar a qualidade das latrinas.

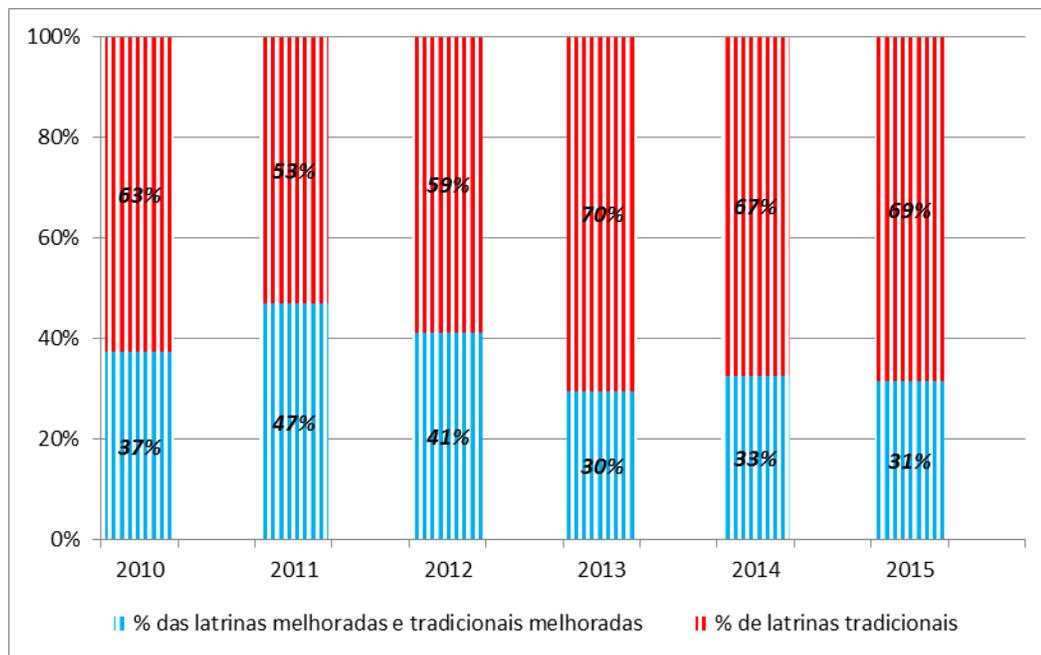


Figura 6: Proporção das latrinas melhoradas e tradicionais construídas anualmente

Quanto ao desempenho por Províncias, os respectivos planos de realização de campanhas de mobilização foram cumpridos e ultrapassados, excepto para a província de Maputo que tinha planificado 45 campanhas e não realizou nenhuma. Ainda em 2015 foram declaradas como livres de fecalismo a céu aberto (LIFECA) mais 915 comunidades (figura 7), o que equivale a 109% da realização do ano anterior e mantém a tendência crescente que têm-se observado nos últimos anos, como se pode observar na Figura 7. Portanto, apesar de não ter sido estabelecida uma meta para 2015, pelo facto de ter-se superado a realização de 2014, pode-se assumir que o alvo deste indicador **foi atingido**.

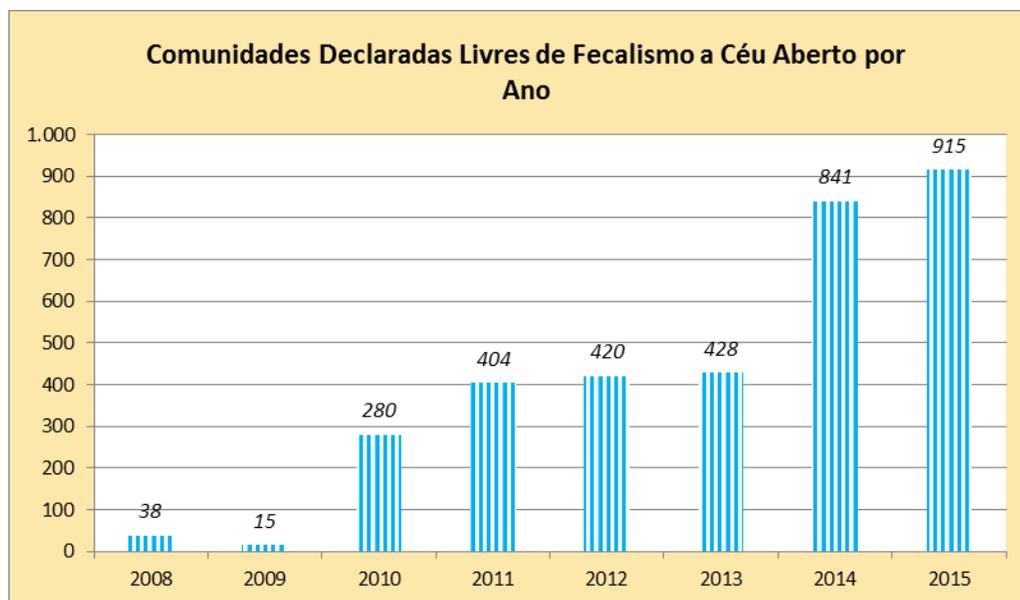


Figura 7: Número de comunidades declaradas LIFECA anualmente

Entretanto, o desempenho por Províncias tem estado a apresentar desequilíbrios, com algumas províncias mais produtivas que outras. Maputo não declarou qualquer comunidade LIFECA em

2015 e Gaza apenas 9. Duas províncias declararam mais de 100 comunidades LIFECA, nomeadamente Tete (183) e Inhambane (254), como ilustrado na tabela 4 que apresenta dados comparativos entre as realizações do ano de 2015 e os progressos alcançados por Província no quinquénio passado.

**Tabela 4: Progressos na declaração de comunidades LIFECA**

Província	Progresso 2010-2014	Realizações de 2015	Província	Progresso 2010-2014	Realizações de 2015
Niassa	63	17	Manica	337	75
Cabo-Delgado	73	48	Sofala	47	57
Nampula	318	201	Inhambane	310	254
Zambézia	370	71	Gaza	255	9
Tete	317	183	Maputo	9	0

Este indicador apresenta dois desafios importantes: (i) sendo contabilizado por aldeias que não coincidem com as unidades administrativas oficiais, não permite fazer uma análise adicional em termos de progressos por exemplo de erradicação do feccalismo ao céu aberto por Distrito ou por Província; e (ii) não é possível entender se o fraco desempenho de algumas províncias deve-se a ausência do feccalismo a céu aberto nestas províncias ou ao insucesso da promoção e implementação dos programas de abastecimento de água, saneamento e higiene. Assim, recomenda-se o seguinte:

- A declaração de LIFECA seja feita por Localidade ou por Posto Administrativo; e
- Seja avaliada regularmente a situação por limite geográfico das divisões administrativas oficiais, por exemplo, a cobertura LIFECA por Localidade, Posto Administrativo, Distrito ou por Província.

#### **f) Sustentabilidade**

<b>Definição:</b>	Número de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda e com assistência as comunidades por ano
-------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Este indicador não tinha metas específicas para 2015, entretanto foram estabelecidos 8 postos de vendas de peças sobressalentes em 6 distritos das Províncias de Manica (3), Gaza (1) e Maputo (4). Os 6 distritos abrangidos em 2015 constituem apenas 22% do número de distritos abrangidos em 2014 (27), sendo um valor muito baixo se comparado com a média observada no quinquénio passado (2010-2014) que foi de 30.

As outras realizações do âmbito da sustentabilidade em 2015 foram: (i) criação e capacitação de 818 comités de água e saneamento - Niassa (54), Cabo-Delgado (31), Nampula (234), Tete (126), Manica (73), Sofala (118), Inhambane (100), Gaza (25) e Maputo (57); (ii) revitalização de 1.473 comités de água e saneamento - Cabo-Delgado (102), Nampula (17), Zambézia (219), Tete (121), Manica (164), Sofala (326), Inhambane (371), Gaza (139) e Maputo (14); (iii) formação de 85 mecânicos - Cabo-Delgado (22), Nampula (30), Manica (22), Sofala (1),

Maputo (10); (iv) celebrados 102 contractos de manutenção entre comités de água e mecânicos locais na província de Inhambane; (v) capacitação de 10 técnicos dos SDPs em gestão de sistemas públicos de abastecimento de água; e (vi) manutenção preventiva de 158 fontes na província e Manica e reparação de 41 fontes na província de Inhambane.

O indicador de sustentabilidade em si deverá ser reformulado, uma vez que a sustentabilidade de uma fonte não depende apenas da disponibilidade de peças de substituições e para manutenções, devendo ser considerada a avaliação do resultado destas acções. Por exemplo, número de fontes avariadas, com avarias potenciais de serem resolvidas a nível local e não recuperadas pelas comunidades num determinado período de tempo.

#### g) **Investimento**

Definição:	Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODM com estruturas de apoio a funcionarem;
	Rácio da redução das actividades AASR fora do plano/fora do orçamento no PES;
	Percentagem do fluxo da ajuda ao sub-sector de AASR reportados no relatório de execução orçamental;
	Percentagem de ajuda ao subsector de AASR que usa o sistema de procurement público

Em 2015 o sector de abastecimento de água e saneamento realizou um investimento de cerca de **99.822.100 Dólares Americanos** dos quais a maior proporção foi para a água urbana com mais de metade dos recursos (54%), seguida do abastecimento de água rural com 30% e depois o saneamento urbano com 14%. O saneamento urbano e a capacitação institucional tiveram valores equivalentes a 0,5% e 0,8%, respectivamente. O valor executado teve um peso muito significativo da componente externa (70%). O valor executado investido no abastecimento de água e saneamento rural é de cerca de **31.232.140 Dólares Americanos**, superior a média anual estimada pelo PESA-ASR que situava-se nos **25.267.000 Dólares Americanos**; mas apenas 45% das necessidades actualizadas pelo PRONASAR que estima-se em **69,4 milhões** de Dólares Americanos num período de 5 anos, totalizado **347 milhões**<sup>5</sup>. Portanto, para 2015 o alvo deste indicador **não foi atingido**.

As principais actividades de AASR consideradas na avaliação do rácio das actividades fora do plano são: construção de fontes dispersas, construção de sistemas de abastecimento de água e realização de campanhas de sensibilização para a construção e adopção de infra-estruturas melhoradas de saneamento. Neste contexto, em 2015 cerca de 79% destas actividades foram realizadas dentro do PES (o equivalente a 100% das construções de fontes dispersas, 62.5% das construções de SAA e 100% as campanhas de saneamento), contra os 70% referentes ao ano anterior (100% das construções de fontes dispersas, 90% das construções de SAA e 100% das campanhas de saneamento). Portanto, de 2014 para 2015 registou-se uma redução de 30% das actividades realizadas fora do PES, que é um progresso positivo.

<sup>5</sup> Nota: não é possível fazer-se uma análise comparativa dos valores investidos exclusivamente no abastecimento de água e saneamento rural porque no passado eram reportados globalmente com outros sub-sectores.

A percentagem da ajuda ao subsector de AASR que usa o sistema de procurement público é aquela cujo orçamento é gerido “ON CUT” que em 2015 situou-se nos 15% o que mostra que a maior parte dos investimentos continua a ser implementado através de projectos em detrimento do fundo comum.

## h) Género e equidade

Definição:	% de comités de água com mulheres na posição de chefia % de agregados familiares e áreas pobres com acesso a água e ao saneamento % de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e Os regulamentos para a gestão pro-pobre
------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Este indicador também não tinha metas específicas para 2015 e não há dados disponíveis para a sua avaliação, uma vez que pela sua natureza só podem ser obtidos por estudos específicos que não ocorreram em 2015.

Houve apenas uma tentativa de identificar nas acções de água e saneamento rural, a discriminação dos impactos por género. Em 2015, as fontes dispersas construídas e reabilitadas beneficiaram 369.096 mulheres e 340.704 homens, os sistemas de abastecimento de água rurais beneficiaram 8.395 mulheres e 7.750 homens, enquanto as latrinas construídas nas zonas rurais beneficiaram 474.510 mulheres e 438.010 homens. Portanto, as infra-estruturas beneficiaram mais as mulheres numa taxa igual aproximada a 52%<sup>6</sup> de toda a população beneficiária. Porém, o número de benefícios indirectos é superior nas mulheres porque sendo elas as principais responsáveis pela provisão da água na família, a disponibilidades das fontes construídas e reabilitadas reduz o seu esforço empreendido nesta actividade básica.

### 2.1.2.2 Indicadores dourados do sub-sector de água e saneamento urbano

Este grupo tem 6 indicadores com 19 definições que incluem aspectos ligados a infra-estruturas, níveis de serviços e impactos na saúde. A principal fonte de dados para a avaliação do desempenho deste subsector são os relatórios anuais ao Governo, do Conselho de Regulação de Águas (CRA), que apresentam dados com um detalhe suficiente para o efeito; porém, com um ano de atraso comparativamente ao RADS. A partir de 2013 o CRA iniciou com o processo gradual de avaliação do desempenho dos sistemas secundários de abastecimento de água (com a inclusão do sistema da Ilha de Moçambique). Entretanto, até 2014, dos 130 sistemas secundários, apenas o sistema da Ilha de Moçambique tem sido reportado. Para que os indicadores avaliados estejam muito próximos da realidade no terreno, é necessário que o regulador do sector, CRA, alargue rapidamente o processo de monitoria do desempenho dos sistemas secundários, sobretudo os que já dispõem de operadores autónomos.

<sup>6</sup> Nota: esta distribuição é padrão baseada nos resultados do censo que estima que em média a população feminina é 52% da população de Moçambique. Portanto, não reflecte exactamente a situação nos locais específicos de implementação dos projectos

O reporte com um ano de atraso comparativamente ao RADS é minimizado através das seguintes medidas: (i) actualização dos dados do CRA com recurso aos dados reportados no balanço do PES pelo FIPAG e pela DNAAS, no ano respectivo; (ii) extrapolação de dados onde é possível e assumindo que os sistemas reportados pelo CRA representam o universo urbano, uma vez que os sistemas secundários estão sendo gradualmente integrados.

Entretanto, a componente de saneamento ainda continua atrasada uma vez que o CRA ainda não iniciou com a regulação no terreno deste serviço e consequentemente, os dados do desempenho dos serviços ainda não começaram a ser produzidos na mesma plataforma que o regulador o faz para o abastecimento de água.

**a) Incidência de doenças de origem hídrica nos centros urbanos**

**Definição:** Número de casos de doenças diarreicas reportadas num determinado período

A recolha dos dados relativos a este indicador iniciou apenas em 2013, estando disponíveis dados de 2013, 2014 e 2015. Apenas os dados de 2015 é que foram mais abrangentes e bem sistematizados, ainda assim são disponíveis por Províncias e não necessariamente dados relativos aos centros urbanos sendo ainda assim difícil fazer-se uma análise comparativa objectiva.

Comparativamente a 2014 ocorreram mais casos de doenças diarreicas em 2015 com um total de 959.862 casos de diarreias contra os 89.839 reportados em 2014; 9.179 casos de cólera conta nenhuma caso registado em 2014 e 139.502 casos de disenteria que não foram reportados em 2014. Apesar de os casos de óbitos serem inferiores a 1% a ocorrência destas doenças mostra a existência de desafios de saúde pública que advém de serviços não melhorados de abastecimento de água e saneamento.

É entretanto importante referir que os casos reportados na tabela 5 podem não constituir a totalidade dos casos de ocorrência destas doenças, uma vez que ainda se está na fase de consolidação do processo de recolha destes dados.

**Tabela 5: Ocorrência de doenças diarreicas em 2015**

Província	DIARREIA						DISENTERIA		CÓLERA	
	0-4 anos		5-14 anos +		15 anos +		Casos	Óbitos	Casos	Óbitos
	Casos	Óbitos	Casos	Óbitos	Casos	Óbitos				
NIASSA	49,241	35	16,961	2	30,924	43	16,358	2	1,081	14
CABO DELGADO	35,416	8	8,219	2	21,539	7	16,178	-	254	2
NAMPULA	59,199	32	18,802	4	25,045	34	16,703	-	1,546	6
ZAMBEZIA	35,130	35	12,915	5	34,482	40	19,497	3	2,615	20
TETE	55,703	39	13,466	12	34,762	41	20,698	-	3,386	22
MANICA	17,764	9	7,074	1	12,907	2	12,900	-	-	-
SOFALA	43,691	7	10,459	2	37,607	32	18,951	-	287	-
INHAMBANE	16,498	4	4,913	4	13,314	6	4,080	-	-	-
GAZA	25,877	1	9,294	-	23,352	1	6,144	-	-	-
MAPUTO PROVINCIA	19,868	3	6,990	-	21,286	1	4,230	-	7	-
MAPUTO CIDADE	22,513	18	6,921	-	15,911	20	2,749	-	3	1
<b>Total</b>	<b>383,286</b>	<b>191</b>	<b>116,523</b>	<b>32</b>	<b>272,143</b>	<b>227</b>	<b>139,502</b>	<b>5</b>	<b>9,179</b>	<b>65</b>

Em 2015 foi também reportada uma grande predominância da malária em ocorrências e em óbitos. Um total de 11.67 milhões de casos e 3.440 óbitos. Metade dos casos de malária foi registada entre crianças e adolescentes até os 14 anos (tabela 6). As províncias com mais ocorrências são: Nampula (22%) dos casos, Zambézia (17%) e Inhambane (10%) e registaram-se mais óbitos em: Nampula (34%) dos óbitos, Zambézia (16%), Tete (12%) e Sofala (11%). Estes dados, mostram que existem graves problemas de saneamento do meio que propiciam o desenvolvimento do mosquito causador da doença, sobretudo nas províncias de Nampula e Zambézia onde se concentra a maior parte da população.

**Tabela 6: Casos de malária registados em 2015**

Província	MALÁRIA					
	0-4 anos		5 - 14 anos +		15+ anos	
	Casos	Óbitos	Casos	Óbitos	Casos	Óbitos
NIASSA	259.194	111	195.986	54	455.180	165
CABO DELGADO	246.793	48	224.589	44	471.382	92
NAMPULA	716.363	338	594.627	244	1.310.990	582
ZAMBEZIA	513.826	117	448.967	163	962.793	280
TETE	188.199	139	179.336	75	367.535	214
MANICA	238.215	25	237.931	7	476.146	32
SOFALA	247.182	75	304.321	106	551.503	181
INHAMBANE	215.729	23	365.647	34	581.376	57
GAZA	127.432	18	298.350	8	425.782	26
MAPUTO PROVINCIA	37.179	3	136.178	6	173.357	9
MAPUTO CIDADE	13.932	28	34.955	53	48.887	81
<b>Total</b>	<b>2.811.797</b>	<b>926</b>	<b>3.028.779</b>	<b>795</b>	<b>5.824.931</b>	<b>1.719</b>

O grau de incidência de doenças de origem hídrica reportado acima aponta para uma necessidade de tomar o saneamento do meio como uma prioridade.

## b) Uso de fontes de água e serviços de saneamento

Definição:	% de pessoas que consomem normalmente água de fonte segura (água canalizada) % de pessoas que usam normalmente infra-estruturas de saneamento seguras
------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Este indicador mede o grau de uso das infra-estruturas de água e de saneamento urbanos pelo inquérito directo aos agregados familiares.

O estudo mais recente realizado neste contexto foi o IOF 2014/2015 (ainda com dados preliminares) que estimou uma taxa média de uso de serviços melhorados de abastecimento de água nas áreas urbanas de 82.5% aplicado ao ano de 2014 (que incluí a revenda da água entre vizinhos, os fornecedores privados na cidade de Maputo, e o acesso através de fontes dispersas). Tendo em conta os resultados alcançados em 2015 baseados nas ligações realizadas estima-se que mais 207.794 pessoas passaram a ser servidas nas grandes cidades (resultado das 34.395 ligações domésticas estabelecidas e 85 Fontanários construídos/reabilitados) e um total de 335.683 pessoas estão sendo servidas pelos sistemas secundários (resultado do total de 27.959 ligações domésticas e 625 fontanários existentes a 31 de Dezembro de 2015). Assim, estima-se que a taxa de cobertura dos serviços esteja nos 85%, dos quais 53% são abastecidos

pelos serviços públicos. A meta do PQG 2015-2019 preconiza o alcance de uma cobertura urbana de 90% a partir do valor base estimado de 85%. Porém, devido ao não alcance da meta de 85% em 2014 (segundo os resultados preliminares do IOF 2014/2015), a meta desejável para 2015 de 86% que havia de garantir uma evolução pontual da cobertura constante ao longo do quinquênio não foi cumprida. Portanto, o alvo deste indicador **não foi atingido**. Para a componente do saneamento urbano, o IOF 2014/2015 estimou uma taxa de uso de serviços melhorados de saneamento urbano de 57% e tendo em conta os desenvolvimentos observados em 2015 (124 novas ligações a redes de esgotos, 10.400 novas fontes sépticas e 7.144 novas latrinas melhoradas), a taxa de uso é projectada para os níveis de 58% nos finais de 2015. Para garantir o alcance da meta do PQG 2015-2019 a uma taxa de crescimento constante, uma taxa de 56% era suficiente; portanto, a o alvo deste indicador foi **atingido**.

Com os desenvolvimentos observados em 2015, acima descritos, ainda existem condições objectivas para o alcance das metas do PGD 2015-2019 que preconiza uma cobertura de 90% para o abastecimento de água urbano (cerca de 8.0 milhões de pessoas servidas) e uma cobertura de 80% para o saneamento urbano (cerca de 7.2 milhões de pessoas cobertas). Para o efeito, deverá se manter a tendência crescente observada nos anos anteriores, apesar de alguma tendência de estagnação verificada nos últimos 4 anos, como ilustrado na figura 8, seguinte.

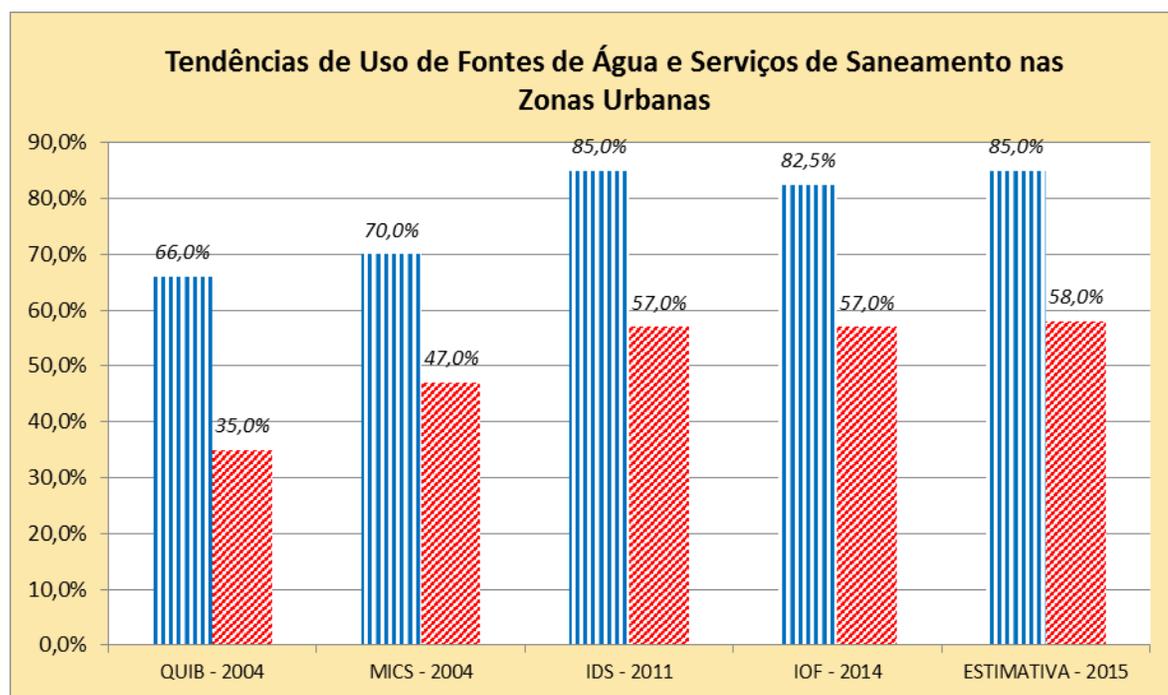


Figura 8: Tendência do Uso de Fontes de Água e Serviços de Saneamento Urbano (2004 - 2015)

c) **Infra-estruturas construídas e reabilitadas**

Definição:	No. de ligações domiciliárias existentes e activas nos sistemas de abastecimento de água; No. de fontanários existentes e activos nos sistemas de abastecimento de água; No. de instalações de latrinas melhoradas construídas num determinado período; No. de fossas sépticas construídas num determinado período; No. de latrinas escolares construídas num determinado período; No. de latrinas sanitários públicos construídos num determinado período; No. de ligações a redes de esgotos estabelecidas num determinado período; Poços e furos com bombas manuais construídos e reabilitados; No. de fontanários construídos e reabilitados durante um certo período; No. de ligações para dentro de casa ou no quintal estabelecidas durante um certo período.
------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

No final de 2015 existiam 513.098 ligações domiciliárias activas contra as 523.703 planificadas, o correspondente a uma realização de 98%. Esta realização falha a meta por dois pontos percentuais no sentido de garantir uma evolução constante e consistente no sentido do alcance da meta do plano quinquenal do governo. Portanto, o alvo deste indicador **não foi atingido**, mas com progresso.

Quanto aos fontanários, 2.788 fontanários estavam activos em 2015 contra os 2.797 inicialmente planificados, o que corresponde a uma realização de 99.7%. A realização de 2015 foi afectada pelo abrandamento na construção de fontanários nos sistemas secundários devido ao número limitado de obras concluídas em 2015. Note que nos sistemas principais já existe uma tendência de abrandamento neste serviço devido a preferência dos utentes por ligações domésticas (nos sistemas por com coberturas dos serviços altas os fontanários são usados por um número muito reduzido de consumidores. Por exemplo: Xai-Xai (12%), Chókwe (12%) e Inhambane (2%)). Portanto, o alvo deste indicador **não foi atingido**, mas com progresso.

Como resultado das campanhas de sensibilização que têm sido levadas a cabo pelo sector, em 2015 foram construídas pelas famílias 7.144 latrinas melhoradas nas zonas urbanas. Esta realização é equivalente a 31% do progresso registado no ano anterior (2014) que situou-se nas 22.991 latrinas. Esta realização muito fraca deveu-se a progressos nulos observados nas em Maputo-Cidade, Sofala, Cabo-Delgado e Niassa e progresso muito baixo observado em Tete. Estes resultados preocupantes podem de certa forma ser associados ao número limitado ou inexistente de campanhas realizadas, para o efeito, como se pode ver na tabela 7, a seguir. Portanto, o alvo deste indicador **não foi atingido**.

Tabela 7: Realizações no Âmbito da Construção de Latrinas nas Zonas Urbanas por Província

Província	Campanhas de Sensibilização		Latrinas Melhoradas Construídas
	Planificadas	Realizadas	
Maputo-Cidade	20	0	0
Maputo-Província	25	0	307
Gaza	15	15	1.293
Inhambane	20	540	1.178
Sofala	40	25	0
Manica	25	22	1.067
Tete	30	30	34
Zambézia	40	205	3.061
Nampula	45	25	204
Cabo-Delgado	35	0	0
Niassa	15	3	0
<b>Totais</b>	<b>310</b>	<b>865</b>	<b>7.144</b>

Para as **fossas sépticas**, apesar de não tem haver metas anuais específicas para a sua construção, o número de unidades construídas em 2015 é 13.3% inferior ao progresso observado em 2014 (foram construídas 10,470 fossas contras as 12,084 observadas em 2014). Este resultado inverte uma tendência crescente que se observava desde 2011, nomeadamente 2011 (290), 2012 (1.920), 2013 (3.623), 2014 (12.084) e 2015 (10.470). Portanto, o alvo deste indicador **não foi atingido**, mas com progresso.

Os dados relativos ao desempenho das **latrinas em escolas e latrinas sanitários públicos** continuam escassos. Depois de terem sido reportadas alguma construções em 2011, 2012, 2013 e 2014 (com realizações muito baixas), não foi reportada qualquer construção destas infra-estruras em 2015. Portanto, o alvo deste indicador **não foi atingido**.

Em 2015 foram estabelecidas 124 ligações a redes de esgotos que é um desempenho ainda que modesto, superior a cifra observada em 2014 em mais de 60%. Ainda assim, parece que ainda persistem desafios na recolha destes dados. Tendo em conta o progresso relativo ao ano anterior observado, o alvo deste indicador foi **atingido**.

Relativamente a construção de fontes dispersas de abastecimento de água nas zonas periurbanas não foi reportada qualquer realização em 2015, o que também denota desafios na recolha de dados, uma vez que existem infra-estruturas que vão sendo construídas anualmente nas zonas per-urbanas por iniciativas locais, que deviam ser devidamente reportadas. Por exemplo, o levantamento realizado pela AIAS com apoio da província do Niassa em 2015 constatou que actualmente a grande maioria dos residentes com acesso a serviços melhorados

de abastecimento de água melhorados nas 14 vilas sedes distritais da Província do Niassa o fazem por fontes dispersas que contribuem em 30% dos 34% actualmente servidos, assegurados pelas 239 fontes registadas na altura do levantamento (AIAS & WSP, 2015).

Quanto aos **fontanários**, em 2015 foram construídos 85 novos fontanários contra os 94 planificados (realização de 90%). O alvo deste indicador **não** foi **atingido**, mas **com progresso** tendo em conta que não foi alcançada a meta que se propôs a realizar e foi por 10 pontos percentuais.

Em termos de ligações domiciliárias, foram estabelecidas 34.395 ligações domésticas contra as 45.000 planificas, uma realização de 76% o planificado. Esta realização é também inferior ao progresso alcançado em 2014 que foi de 47.799 ligações. Portanto, o alvo deste indicador **não** foi **atingido**. Como já havia sido reportado anteriormente, há uma tendência de estagnação dos serviços de abastecimento de água urbanos (nos sistemas principais) desde o pico observado em 2012. Portanto, novos crescimentos acentuados da cobertura dos serviços só serão observados depois de investimentos nas infra-estruturas de produção e distribuição.

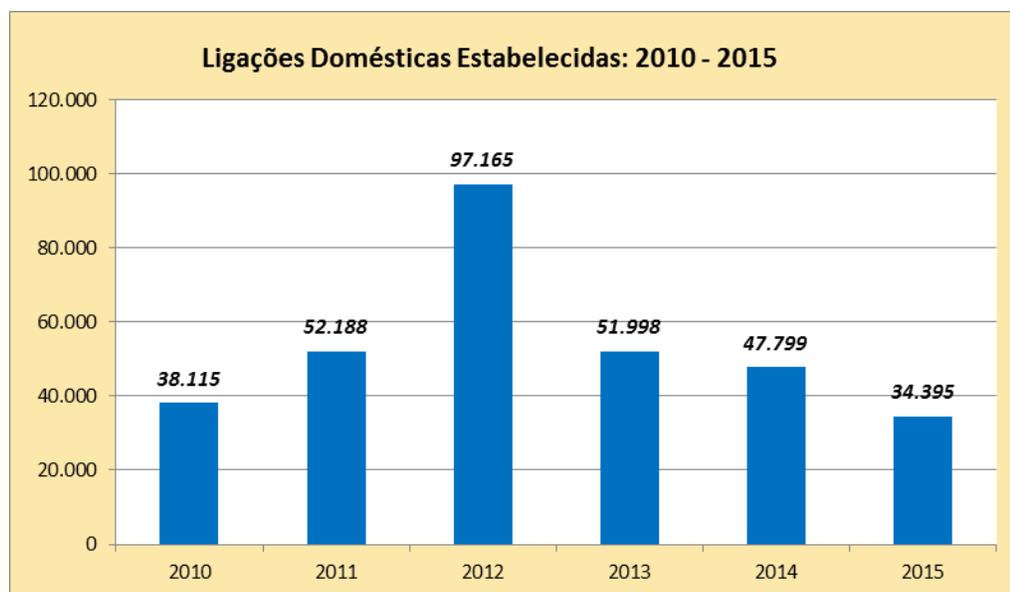


Figura 9: Tendências de estabelecimento de ligações domésticas nas áreas urbanas

#### d) Eficiência

Definição:	Perdas físicas - % da água tratada e distribuída; Perdas comerciais - água não contabilizada; Continuidade do fornecimento - tempo médio de fornecimento de água aos consumidores Tratamento de lamas fecais - % de lamas fecais tratadas
------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Os três primeiros indicadores medem a eficiência operativa dos sistemas de abastecimento de água: a percentagem da água captada que se perde no processo de tratamento, transporte e distribuição (perdas físicas), o valor que tendo sido facturado, não é cobrado (perdas comerciais) e o número de horas por dia em que os consumidores têm água disponível nas suas torneiras ou nos fontanários e com a pressão normal para o efeito. Os dados reportados neste

relatório são relativos ao ano de 2014, pelo facto de a fonte principal dos dados desta componente, o relatório do Conselho de Regulação de Águas ao Governo, ser elaborado com um ano de atraso, comparativamente a avaliação do QAD. Neste relatório são reportados todos os sistemas principais, mais um (1) sistema secundário, Ilha de Moçambique.

De acordo com os dados do Relatório ao Governo do CRA de 2014 nos 16 sistemas reportados observam-se as seguintes tendências: **perdas físicas** - o alvo é de 35% e a média ponderada situou-se nos 39% (não muito diferente da cifra de 2013 que foi de 39.2%); porém, a maior parte dos sistemas encontra-se abaixo do alvo, apenas quatro sistemas estão acima, nomeadamente Nacala (47%), Maputo/Matola/Boane (46%), Ilha de Moçambique (43%) e Angoche (42%). O peso das perdas do sistema de Maputo/Matola/Boane na média final (relativamente alta) é muito significativo porque este sistema é responsável por mais de metade (53%) da produção da água nas áreas urbanas. Portanto, este indicador **não foi atingido**.

**Perdas comerciais** - a meta para as perdas comerciais estabelecida no âmbito do QGD é de 15% e em 2014, a média situou-se nos 9%. Apenas quatro (4) sistemas estão acima do alvo, nomeadamente Ilha de Moçambique (34%), Quelimane (25%), Tete/Moatize (25%) e Chimoio/Manica/Gondola (20%). Portanto, a avaliação deste indicador é: **atingido**. Ainda assim, o desempenho de 2014 apresenta uma degradação quando comparado com 2013 onde a média situou-se nos 7%.

**Continuidade de fornecimento** - em 2014 as populações urbanas tiveram um fornecimento médio de água de 19 horas por dia, valor que está acima do alvo estabelecido no âmbito do QDG que é de 16 horas por dia. Em termos individuais, quase todas as cidades reportadas estão acima deste alvo, com algumas a cidades a reportarem um abastecimento de 24 horas por dia, nomeadamente Xai-Xai, Chokwe, Inhambane e Maxixe. Apenas três centros urbanos estão abaixo do alvo: Pemba (15), Nacala (12) e Ilha de Moçambique (12). A avaliação deste indicador é: **atingido**. Ainda assim, é importante que alguns sistemas regrediram de 2013 para 2014, nomeadamente Beira/Dondo (de 24 hora para 18), Chimoio/Manica/Gondola (de 24 horas para 21) e Pemba (de 18 para 15). Informação relativa ao número de horas de fornecimento por dia encontra-se detalhada na figura 10, seguinte.

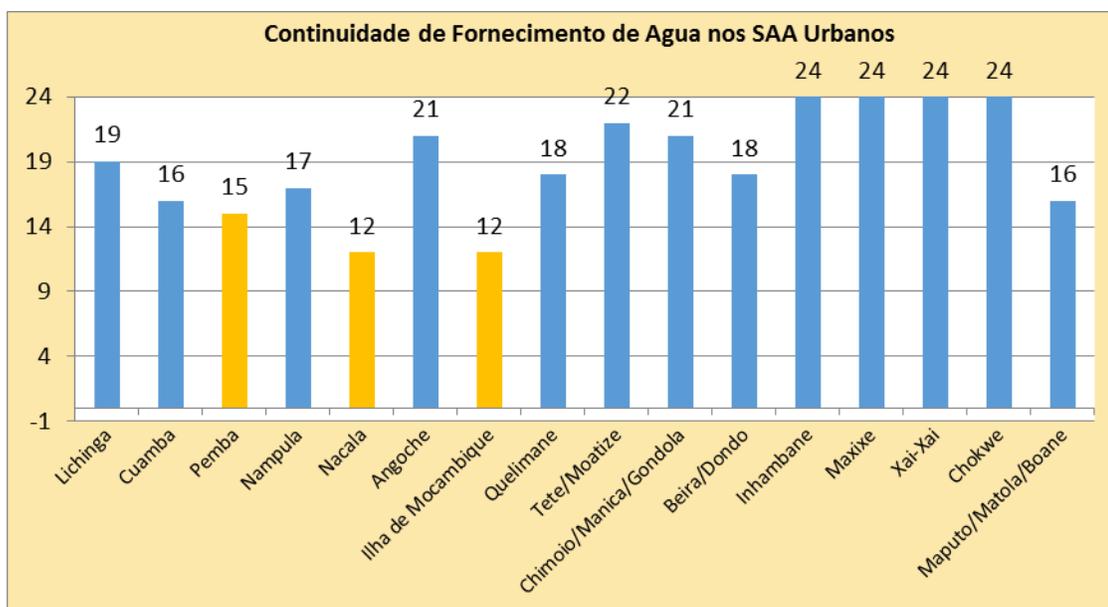


Figura 10: Horas de fornecimento de água por dia, por sistema urbano - 2014

Ainda não estão disponíveis dados relativos ao tratamento de lamas fecais por isso, não é possível avaliar o progresso deste indicador.

#### e) Qualidade da Água

Definição:	% de amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre Qualidade de Água para o Consumo Humano
------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O indicador “Qualidade da Água” é definido como a percentagem de amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre Qualidade de Água para o Consumo Humano, do Ministério da Saúde, sendo 33 parâmetros mandatários distribuídos em microbiológicos (3), físicos e organolépticos (7) e químicos (33). O CRA estabeleceu o limite mínimo de 24 para os sistemas principais.

Este indicador tem dois (2) alvos principais: (i) pelo menos 82% dos parâmetros exigidos deve ser controlado; e (ii) a conformidade dos parâmetros controlados deve ser de 100%. Em 2014 foram controlados em média 83% dos parâmetros exigidos; entretanto, em média apenas 84% dos parâmetros controlados estavam conforme, contra o alvo dos 100%. Apenas 4 sistemas conseguiram a conformidade exigida de 100% (Maputo/Matola/Boane, Xai-Xai, Chokwe e Maxixe). Os casos mais críticos observam-se nos sistemas de Cuamba (12%) e Lichinga (40%) por terem taxas muito baixas (porém, espera-se grandes melhorias no sistema de Cuamba com a conclusão das obras de reabilitação do sistema que incluem um laboratório novo) e os sistemas de Chimoio/Manica/Gondola (59%), Quelimane (60%) e Beira/Dondo (67%) por serem sistemas relativamente grandes e com tempo relativamente longo na gestão delegada. Portanto, o alvo deste indicador **não foi atingido**.

Tabela 8: Amostras e Conformidade dos Parâmetros de Qualidade de Água Controladas por Sistema

	No de Parâmetros Obrigatórios	No de Parâmetros Controlados	No de Parâmetros Conformes
Maputo/Matola	33	33	100%
Xai-Xai	24	24	100%
Chokwe	24	24	100%
Inhambane	24	24	99%
Maxixe	24	24	100%
Beira/Dondo	24	19	67%
Quelimane	24	17	60%
Tete/Moatize	24	22	87%
AR Manica	24	19	59%
Nampula	24	21	74%
Pemba	24	20	83%
Nacala	24	18	75%
Angoche	24	24	99%
Lichinga	24	10	40%
Cuamba	24	6	12%
Ilha de Moçambique	0	0	0%
Totais	369	305	-
Médias	-	83%	84%

## 2.2 Actividades do SINAS

Não há metas específicas para actividades do SINAS apesar de estarem a ser desenvolvidas e direccionadas para a melhoria na recolha, gestão e disseminação da informação do sector de abastecimento de água e saneamento ano após ano. As actividades que a seguir se descrevem, resumem as actividades em 2015 e traz uma perspectiva geral sobre o desempenho geral do SINAS desde a sua institucionalização em 2007.

### a) No abastecimento de água rural

Até Dezembro de 2015, tinham sido **digitalizadas 4.184 fontes** dispersas na base de dados do sector com a seguinte distribuição - Nampula (906), Zambézia (98), Manica (1.538), Sofala (830), Inhambane (20), Gaza (666) e Maputo (126); **codificadas 604 fontes**, sendo Niassa (61), Nampula (300), Zambézia (139), Manica (10) e Sofala (94); **formados 132 técnicos** da Direcções Provinciais e dos SDPIs na operação de base de dados, sendo Cabo-Delgado (36), Zambézia (21), Tete (13), Inhambane (27), Gaza (13) e Maputo (22); **formados 152 chefes** das localidades, chefes dos postos administrativos e técnicos dos SDPIs no modelo de recolha de dados de água e saneamento rural na província de Tete; **Fornecidos 54 computadores** às províncias, nomeadamente Zambézia (21), Tete (13), Inhambane (12) e Maputo (8); **fornecidas 39 sondas** para as províncias de Tete (13) e Zambézia (21); **fornecidos 21 condutivímetros** às províncias de Inhambane (13) e Maputo (8); e **fornecidas 42 motorizadas sendo** Tete (21) e Zambézia (21).

As acções desenvolvidas pelo SINAS em 2015 mostram um esforço e criar capacidade a nível provincial e local para garantir o processo de monitoria das actividades de água e saneamento rural. Porém aparentemente houve em 2015 uma retracção dos esforços que já tinham sido iniciados nos anos anteriores no sentido de estabelecer sistemas funcionais de monitoria das actividades de abastecimento de água e saneamento urbano.

## **2.3 Assuntos Chave e Recomendações**

### **2.3.1 Assuntos chave**

- Os resultados do último estudo do INE, o IOF 2014/2015 conjugados com os estudos anteriores (Censo 2007, IOF 2008/2009 e IDS 2011) mostram que há uma estagnação com tendência a degradação no nível de uso de serviços melhorados de abastecimento de água nas zonas rurais. Apenas 23,9% têm acesso a água por fontes dispersas, contrariando os esforços em investimentos que o sector tem realizado: de 2010 a 2015 foram construídas/reabilitadas 14.546 fontes com 26.174 fontes operacionais em 2015. Aparentemente as fontes estão concentradas nos mesmos locais ou os assentamentos estão muito dispersos resultando num número de utentes por fonte menor que 300 que é usado no processo de planificação.
- Os resultados do IOF 2014/2015 apontam para um número muito baixo de pessoas com acesso a serviços melhorados de saneamento nas zonas rurais (13.2%), com 12.5% delas por latrinas (o equivalente a cerca de 438.660 latrinas), também contrariando o número significativo de latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas que têm sido reportadas como construídas pelas famílias, dentro do processo de monitoria do sector nos últimos seis anos. De 2010 a 2015 o sector (através do seu sistema de monitoria) reportou a construção de cerca de 792.840 latrinas. Aparentemente o sistema de monitoria está a contabilizar mais latrinas melhoradas que o INE não considera como melhoradas.
- Os resultados da água urbana mostram também uma estagnação e com tendências a degradação, quer em termos de cobertura dos serviços (84% segundo o IDS 2011 e 82.5% de acordo com o IOF 2014/2015), quer em termos de novas ligações estabelecidas anualmente que tem estado a decrescer desde 2012 (97.165 em 2012, 51.998 em 2013, 47.799 em 2014 e 34.395 em 2015). A situação é mais preocupante em alguns dos principais sistema que ainda mantêm taxas de coberturas inferiores a 50%, nomeadamente Cuamba - 18%, Lichinga - 25%, Nacala - 33%, Angoche - 39% e Nampula - 46%.
- Na água urbana ainda persistem os problemas de perdas físicas que apesar de terem melhorado de 2013 para 2014 de 39% para 37% ainda continuam em média acima do alvo

(35%) e por outro lado, até 2014 apenas o desempenho de um (1) sistema secundário foi reportado.

### **2.3.2 Recomendações**

- Para água rural é necessário melhorar o processo de planificação das novas fontes relativamente a sua distribuição geográfica de modo a: (i) alcançar mais as comunidades ainda não cobertas; (ii) melhorar o número de pessoas cobertas por fonte.
- Para o saneamento rural recomenda-se: (i) a melhoria do sistema de monitoria do sector de abastecimento de água e saneamento para que a classificação das infra-estruturas esteja alinhada com a do INE; e (ii) considerar a possibilidade de complementar a promoção do saneamento com algum investimento público na construção para cobrir o défice de qualidade das infra-estruturas.
- Para o abastecimento de água urbano é necessária a mobilização de investimentos para a expansão da capacidade de produção dos sistemas para cobrir a demanda crescente que os sistemas já não podem comportar com as mesmas infra-estruturas. Os sistemas com as coberturas mais baixas deverão ser colocados na listagem das prioridades, nomeadamente Nampula, Nacala, Angoche e Lichinga. Cuamba já está na fase conclusiva da reabilitação e expansão do sistema.
- A água urbana deverá continuar com os esforços que tem estado a implementar na gestão de perdas físicas para que estas possam reduzir para níveis inferiores a 35%.
- Recomenda-se também o regulador para acelerar o processo de integração dos sistemas secundários no processo de monitoria formal do seu desempenho, incluído a sua inclusão no relatório do regulador ao governo, para que possam passar a serem reportados na avaliação do desempenho do sector.

### 3. SECTOR DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

#### 3.1 Avaliação dos Indicadores

##### 3.1.1 Matriz de avaliação do Programa Quinquenal do Governo

O Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 para o sector de gestão de recursos hídricos prioriza a expansão sustentável e a melhoria da qualidade das infraestruturas sócio-económicas essenciais e vitais para a promoção da actividade produtiva do sector privado e associativo e para o incremento da capacidade do sector público de promover os serviços sociais básicos a população. Neste quadro o PQG 2015-2019 define os compromissos do Governo relativamente a necessidade de garantir a gestão integrada dos recursos hídricos, gestão integrada das bacias hidrográficas internacionais e expansão da capacidade de armazenamento da água para satisfazer necessidades socioeconómicas e prevenção de desastres naturais, estabelecendo objectivos estratégicos e acções prioritárias indicadas na tabela 9, seguinte:

- O aumento da capacidade de armazenamento da água de 58 Mm<sup>3</sup> em 2014 para 60 Mm<sup>3</sup> em 2019<sup>7</sup>.

A Tabela 9 apresenta a avaliação sumária do progresso do indicador do PQG 2015-2019 para o sector de gestão de recursos hídricos.

Tabela 9: Metas Estratégicas do Plano Quinquenal do Governo (PQG 2015-2019)

Indicador	Meta	Progresso
Capacidade de Armazenamento (Mm <sup>3</sup> )	60 <sup>8</sup>	●
% das principais bacias hidrográficas com planos de gestão de recursos hídricos	41%	●
Volume de água disponível nas bacias hidrográficas partilhadas (Mm <sup>3</sup> )	3.510 <sup>9</sup>	●

Com a conclusão da implementação do PARP II em 2014, os indicadores de avaliação do impacto dos programas de redução da pobreza ficaram incorporados no Programa Quinquenal do Governo. Assim os indicadores de avaliação do desempenho são substituídos por indicadores do PQG para a área de recursos hídricos.

Da tabela 9 constata-se que o progresso da meta de armazenamento em 2015 não foi suficiente, não cumpriu com o incremento anual mínimo necessário de 0.4 Mm<sup>3</sup>, para que a meta do PQG 2015-2019

<sup>7</sup> Nota: No PQG 2015-2019 a meta é de 82 Mm<sup>3</sup>

<sup>8</sup> Nota: No PQG 2015-2019 a meta é de 82 Mm<sup>3</sup>

<sup>9</sup> Considera os valores do acordo IncoMaputo (393 Mm<sup>3</sup> para Incomati e 148 Mm<sup>3</sup> para o Maputo), já assinado e o acordo do Pungué (2.970 Mm<sup>3</sup>), ainda por assinar

de alcance dos 60 Mm<sup>3</sup> de capacidade de armazenamento possa ser alcançada, uma vez que não foi concluída a construção ou reabilitação de qualquer barragem em 2015 que resultaria em um aumento da capacidade de armazenamento.

**Tabela 10: Matriz Estratégica do PQG 2015-2019 - Gestão de Recursos Hídricos**

Sector	Objectivo do PQG 2015-2019	Programa do CFMP	Indicador de Resultado (Fonte de verificação)	Base 2014	Progresso 2015	Indicador de Produto (Fonte de verificação)	Meta 2015	Real 2015	Meta 2016
<b>Gestão de Recursos Hídricos</b>	Construir e expandir de armazenamento de água e irrigação	Gestão de Recursos Hídricos	Capacidade de armazenamento da água (Milhões de m3)	<b>58.0</b>	<b>58.0</b>	Número de barragens construídas e reabilitadas	<b>58.0</b>	<b>58.0</b>	<b>58.0</b>
			% das principais bacias hidrográficas com planos de gestão de recursos hídricos	<b>14%</b>	<b>14%</b>	Número de planos de bacias elaborados por ano	<b>14%</b>	<b>14%</b>	<b>14%</b>
			Volume de água disponível nas bacias hidrográficas partilhadas (Mm3).	<b>540</b>	<b>540</b>	Número de acordos de partilhas assinados por ano	<b>540</b>	<b>540</b>	<b>3.510</b>

### 3.1.2 Indicadores dourados do sector de gestão de recursos hídricos

Para o quinquénio 2015-2019 existem três indicadores de resultados suportados por 13 indicadores de produtos para avaliar o seu desempenho neste período. Os indicadores de resultados propostos são: (i) **Capacidade de armazenamento instalada** (que tem como objectivo, medir o incremento da capacidade de armazenamento de água superficial com vista a responder aos desafios do desenvolvimento social e económico do país, bem como a redução da vulnerabilidade a secas e cheias); (ii) **Volume de água disponível nas bacias hidrográficas partilhadas** (que mede o volume de água das bacias partilhadas disponível para ser usado por Moçambique, tendo em conta os acordos de cooperação de partilha da água assinados com os países a montante); e (iii) **Percentagem das principais bacias com planos elaborados** (que mede o progresso na elaboração dos planos das 15 bacias consideradas principais, nomeadamente Umbeluzi, Maputo, Incomáti, Limpopo, Save, Búzi, Pungwe, Zambeze, Licungo, Ligonha, Melule, Monapo, Lúrio, Messalo e Rovuma).

A avaliação dos indicadores acima é feita tomando em conta os seguintes pressupostos: (i) o país dispõe no total de 104 bacias das quais; (i) 9 bacias são internacionais; (ii) 15 bacias são consideradas principais; e (iii) 35 bacias são consideradas estratégicas, de acordo com os dados apresentados na tabela 11.

**Tabela 11: Classificação das bacias hidrográficas**

Região	Bacias Internacionais	Bacias Principais	Bacias Estratégicas <sup>10</sup>
Sul	Umbelize	Umbeluzi	Umbelizi, Maputo, Incomáti, Limpopo, Mutamba, Guiua, Inhanombe, Inharrime e Govuro
	Maputo	Maputo	
	Incomáti	Incomáti	
	Limpopo	Limpopo	
Centro	Save	Save	Save, Búzi, Pungoé, Ucarranga e Gorongose
	Búzi	Búzi	
	Pungoé	Pungoé	
Zambeze	Zambeze	Zambeze	Zambeze
Centro-Norte	-	Licungo	Licungo, Ligonha, Meluli, Monapo, Lúrio, Raraga, Malela, Molocué, Malato, Mecuburi, Namacurra e Mongicual
		Ligonha	
		Lúrio	
Norte	Rovuma	Messalo	Messalo, Rovuma, Montepuez, Megaruma, Calundi, Meronvi, Macanga e Quibanga
		Rovuma	
Total	9	13	35

<sup>10</sup> Bacias que o sector está a priorizar na elaboração do seu plano estratégico devido a sua pertinência estratégica para o uso primário e na vulnerabilidade a cheias

## a) Capacidade de armazenamento

Definição: Capacidade instalada no país para armazenar escoamentos superficiais para o seu uso no desenvolvimento socioeconómico e na prevenção de desastres (cheias e secas)<sup>11</sup>

O país dispõe de uma capacidade de armazenamento total estimada em 58,0 mil milhões de m<sup>3</sup> nas 13 principais bacias e outras, nomeadamente Umbeluzi, Maputo, Incomáti, Limpopo, Save, Búzi, Pungue, Zambeze, Licungo, Ligonha, Melule, Monapo, Lúrio, Messalo e Rovuma (Tabela 12). A meta do sector para o quinquénio é alcançar uma capacidade de armazenamento de 60 Mm<sup>3</sup> e para 2015 não estava prevista a conclusão de qualquer obra de reabilitação/construção de qualquer barragem, mas actividades preparatórias para este fim. Assim, foram realizadas as seguintes actividades: iniciadas as obras da barragem de Moamba-Major, iniciadas e realizadas em 75%, as obras de construção da barragem de Gorongosa, em Sofala, mobilizado o empreiteiro para a construção da barragem de Metuchira, em Sofala, realizada em 80% a elaboração do projecto para a conclusão da barragem de Corrumana, iniciado o “procurement” para a contratação de consultores para os estudos da barragem de Mapai e está também em curso também o estudo de pre-viabilidade da barragem de Mugeba numa iniciativa de parceria público privada (PPP). Assim, apesar de não ter havido um aumento da capacidade de armazenamento em 2015, prevê-se a conclusão da reabilitação da barragem de Corrumana e construção da barragem de Moamba-Major em 2019 cujas capacidades adicionais projectadas vão aumentar a capacidade global em aproximadamente 2,0 Mm<sup>3</sup>. Portanto, tendo em conta as actividades iniciadas em 2015, a **avaliação do progresso deste objectivo é satisfatória**. Porém, o sector ainda não dispõe de informação sistemática dos níveis reais de armazenamentos nestas bacias que havia de permitir a avaliação do nível de uso destas infra-estruturas.

Tabela 12: Capacidade e Nível Médio de Armazenamento das Principais Bacias - 2015

Região	Capacidade de armazenamento por região (Mm <sup>3</sup> )	Bacia	Capacidade de armazenamento por bacia (Mm <sup>3</sup> )	Nível de armazenamento médio em 2015 (Mm <sup>3</sup> )
Sul	3.507,60	Umbeluzi	360	NR
		Maputo	0,0	NR
		Incomáti	884	NR
		Limpopo	2.263,6	NR
Centro	1.908,80	Save	0,0	NR
		Búzi	1.821,2	NR
		Pungwe	87,6	NR
Zambeze	52.423,00	Zambeze	52.423	NR
Centro-Norte	68,55	Licungo	0,0	NR
		Ligonha	0,0	NR
		Lúrio	2,6	NR
		Outras	6,6	NR
Norte	57,90	Messalo	0,0	NR
		Rovuma	1,90	NR
		Outras	115,35	NR
Total	57.965,8		57.965,8	NR

<sup>11</sup> Nota: São contabilizadas apenas as infraestruturas com capacidade de armazenamento superior a 1.0 Mm<sup>3</sup>

## b) **Volume de água disponível nas bacias hidrográficas partilhadas**

Definição:	Volume de água das bacias partilhadas disponível para ser usado por Moçambique, tendo em conta os acordos de cooperação de partilha da água assinados com os países a montante
------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Moçambique conta com nove (9) bacias partilhadas como indicado na tabela 11 nas quais em cumprimento dos seus interesses, das normas internacionais e particularmente do protocolo da SADC sobre os cursos de água partilhados é necessário garantir a partilha sustentável dos recursos que inclui a assinatura e implementação de acordo de partilhas. O objectivo dos sector para o presente quinquénio é alcançar um volume estipulado nos acordos de partilha de 3.510 Mm<sup>3</sup> em 2019, partindo de uma base de 531 Mm<sup>3</sup> em 2014 referentes ao único acordo assinado até a data, o Inco-Maputo. Durante o ano de 2015 deu-se continuidade ao processo preparatório para a assinatura do acordo de partilha da água da bacia do Pungwe, que incluiu a produção da versão preliminar do acordo e a respectiva discussão com os “stakeholders” dos dois países envolvidos (Moçambique e Zimbabwe) e projecta-se a sua assinatura para 2016. Portanto, tendo em conta que com a assinatura do acordo do Pungwe o sector vai alcançar o seu objectivo traçado para o quinquénio, considera-se que a avaliação do progresso deste objectivo é satisfatória.

## c) **Percentagem de bacias principais com plano de gestão de recursos hídricos**

Definição:	Percentagem de bacias com plano de gestão de recursos hídricos tomando como base as 15 bacias classificadas como principais
------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O valor base (2014) deste indicador é 32% (o equivalente a 7 bacias que já têm planos elaborados, nomeadamente Maputo, Umbeluzi, Incomáti, Save, Buzi, Pungoe e Rovuma) e a meta para o presente quinquénio é de alcançar uma taxa de 59 %, o equivalente a um total de 13 bacias com mais 6 planos a serem elaborados no quinquénio, sendo 4 prioritárias (Limpopo, Zambeze, Licungo e Lúrio) e 2 que já tem os planos na fase de elaboração (Inhanombe e Govuro). Para o PES 2015 não estava prevista a conclusão de qualquer plano, devendo os primeiros dois planos programados para este quinquénio serem concluídos em 2017. Entretanto, já se está na fase muito avançada de elaboração dos planos das bacias de Inhanombe e Govuro, projectando-se a sua conclusão para 2017. Portanto, tendo em conta o progresso feito no sentido de garantir a conclusão dos 2 primeiros planos de bacias dentro do período programado (2017), considera-se a avaliação do progresso deste objectivo satisfatória.

#### d) População afectada por eventos extremos

Definição: Número de pessoas afectadas pelas cheias e secas num determinado período

Considera-se população afectada por eventos extremos no contexto do Sector de Águas, aquela que experimenta num determinado ano os impactos negativos das cheias ou da seca. Muito pela sua localização geográfica, a jusante de muitos rios internacionais e algumas zonas em áreas semiáridas, Moçambique é vulnerável tanto as cheias como a secas, tendo as piores desde 1977 sido observadas em 2000 com 3,0 milhões de afectados.

Não estão disponíveis dados relativos ao número de pessoas afectadas pelas secas e cheias em 2015. Os únicos dados disponíveis para o quinquénio em avaliação são relativos à avaliação da situação hidrológica e hidráulica das cheias em Moçambique no período 1977-2013 elaborado pelo consórcio Consultec/Solomon que aponta para 350 mil pessoas afectadas pelas cheias em 2013.

#### e) Estações hidro-climatológicas

Definição: Número de estações hidroclimatológicas construídas e reabilitadas por ano

As estações hidroclimatológicas são todo o conjunto constituído pelos instrumentos de medição dos parâmetros com influência no comportamento dos recursos hídricos, nomeadamente, escoamento dos rios, precipitação, evapotranspiração, temperatura, sentidos dos ventos, entre outros. As estações hidro-climatológicas podem ser manuais ou telemétricas (automatizadas).

No PES de 2015 foi planificada a construção de 30 estações hidro-climatológicas manuais, a construção de 4 estações telemétricas. Foram construídas 43 estações manuais (143%) e 5 estações telemétricas (125%). A distribuição das realizações por região está apresentada no quadro 3, seguinte. Com estas realizações, o alvo deste indicador pode ser considerado como **atingido**.

Quadro 3: Lista da Estações Cosntruídas				
Região	Estações Manuais		Estações Telemétricas	
	Planificadas	Realizadas	Planificadas	Realizadas
Sul	6	9	-	-
Centro	6	10	-	-
Zambeze	6	8	-	5
Centro- Norte	6	10	-	-
Norte	6	6	4	-
<b>Total</b>	<b>30</b>	<b>43</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

A construção de estações manuais apesar de ter sido realizada em mais de 100% resulta de uma planificação muito conservadora, sendo a mais baixa desde 2005 quando iniciou o registo sistemático destas realizações, como se pode observar no gráfico de tendências na construção de estações hidrométricas (Figura 11) há uma queda muito significativa

comparativamente a realização de 2014. Com esta realização, a meta que havia sido estabelecida de alcançar um acumulado de 666 estações em 2015 não foi também alcançada por um diferencial de 48 estações. As 4 estações telemétricas (que estavam previstas para a bacia do Rovuma) não foram realizadas por insuficiência de fundos para o efeito e foram construídas 5 na bacia do Zambeze fora do PES (Quadro 3).



Figura 11: Tendências de Construção de Estações Hidrométricas

No PES 2015 estava também planificada a construção 7 furos piezómetros e foram entretanto contruídos apenas 6 (86%), nas regiões sul, centro e do Zambeze como detalhado no quadro 4 seguinte. Com esta realização o alvo deste indicador **não foi atingido**, mas com progresso.

Quadro 4: Lista da Piezómetros Cosntruídos				
Região	Estação	Localização		
		Bacia	Província	Distrito
Sul	Ponta de Ouro	Maputo	Maputo	Namaacha
	Jangamo	Guiua	Inhambane	Jangamo
Centro	Vila do Buzi	Buzi	Sofala	Buzi
	Vila do Buzi	Bizi	Sofala	Buzi
Zambeze	P1: Revúbue	Zambeze/Revúbue	Tete	Cidade de Tete
	P2: Revúbue	Zambeze/Revúbue	tete	Cidade de Tete

#### f) Infra-estruturas de retenção construídas e reabilitadas

Definição: Número de barragens grandes em construção e concluídas por ano;  
 Número de barragens médias construídas por ano;  
 Número de barragens pequenas construídas e reabilitadas por ano; e  
 Número de represas construídas e reabilitadas por ano.

As metas estabelecidas no PES 2015 para as infra-estruturas de retenção eram: construção de uma barragem pequena (Gorongosa), iniciar a construção de mais uma (1) barragem

pequena (Metuchira - 30%), reabilitar duas (2) barragens grandes (Massingir e Macarratane), construir uma represa (Marara) e construir três (3) reservatórios escavados (em Nhamatanda - 1 e Machaze -2). As realizações neste âmbito foram as seguintes: as obras de construção da barragem de Gorongosa foram realizadas em 75% do planificado, as obras de construção da barragem de Metuchira foram realizadas em 10% (o correspondente a 33% do planificado), as obras de reabilitação das barragens grandes não foram também concluídas (Macarretane - 90% e Massingir - 10%). Foi construída a represa de Marrara e foi iniciada e realizada em 10% a construção de uma represa em Nicanda, Cabo-Delgado. Nenhum reservatório escavado foi construído. As principais razões para as realizações parciais e a não realização de algumas actividades são: atrasos nos desembolsos dos fundos, para as actividades com financiamento externo e a exiguidade dos valores realmente alocados, para as actividades com financiamento interno. Portanto, o alvo deste **não foi atingido**.

### 3.2 Outras Realizações

O sector ainda realizou as seguintes actividades não inscritas no PES 2015.

- ❖ Realizadas sessões dos Comités de Bacias do Zambeze, Licungo, Maputo, Umbelúzi, Incomáti, Limpopo, Govuro, Inhanombe, Mutamba, Save, Búzi, Púngwe, Rovuma, Messalo e Montepuez, para a preparação da época chuvosa e disponibilidade de água;
- ❖ Elaboradas e divulgadas 4 monografias das bacias internas de Cabo Delgado (Messalo, Montepuez, Megaruma e bacias costeiras);
- ❖ Iniciado Estudo Detalhado do Sistema do Aquífero do Vale de Nhartanda – Bacia do Zambeze para estabelecimento da rede de monitoria e definição do perímetro da zona de protecção;
- ❖ Efectuado o levantamento dos rios sem estações hidro-climatológicas que drenam directamente na albufeira de Cahora-Bassa;
- ❖ Concluída a reabilitação das represas Marien Nguabi em Boane e Majangue em Magude, na Província de Maputo;
- ❖ Foi concluída a construção do reservatório escavado de Cocane, no Distrito de Chibuto, na Província de Gaza;
- ❖ Elaborada a proposta do Diploma Ministerial e Memorando de Entendimento para a partilha de Dados e Informação Hidrometeorológica entre a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e o Instituto Nacional de Meteorologia, no âmbito das reformas das Políticas Operacionais de Desenvolvimento apoiadas pelo Banco Mundial;

- ❖ Em curso o levantamento topográfico de Alta Resolução para elaboração de mapas de risco de inundação, bem como estabelecimento de modelos hidrológicos e hidráulicos para a Gestão de Risco de Cheias;
- ❖ Foi concluída a construção do descarregador auxiliar da barragem de Massingir na Província de Gaza;
- ❖ Com relação a barragem de Moamba Major, foi mobilizado o empreiteiro e está em curso a escavação no local onde será construído o descarregador de cheias;
- ❖ Elaborada a proposta do Regulamento de Segurança de Barragens de Moçambique e o draft de proposta de barragem rejeitados;
- ❖ Elaborado o regulamento de taxas de água bruta;
- ❖ Iniciada a elaboração do regulamento de uso e aproveitamento de lagos naturais e albufeiras;
- ❖ Iniciada a elaboração da legislação sobre diques de protecção contra cheias;
- ❖ Estabelecida a Unidade de Gestão da Bacia Hidrográfica Costeiras de Cabo Delgado;
- ❖ Realizados projectos comunitários sendo maioritariamente de irrigação que beneficiaram 174 famílias em Barué, Gorongosa e Nhamatanda no âmbito do Programa Integrada de Gestão de Recursos Hídricos da bacia do rio Pungué (Programa Pungué II), bem como Projecto de Mitigação do garimpo artesanal sobre o Rio Nyazonia beneficiando um grupo de mineradores artesanais.

### **3.3 Assuntos Chave e Recomendações**

#### **3.3.1 Assuntos chave**

- Este subsector ainda apresenta deficiências na recolha de alguns dados, como por exemplo os relativos a gestão de infra-estruturas de armazenamento de água, o que dificulta a avaliação do nível de preparação do país para eventos extremos, como a seca.
- As infra-estruturas de armazenamento de água planificadas pelo sector para o presente quinquénio não cobrem todas as necessidades primárias urgentes como são os casos das necessidades de fontes para o abastecimento de água a Nampula, Nacala, Pemba e Lichinga. No caso de Lichinga está prevista para o quinquénio apenas a reabilitação da barragem de Locumue que entretanto tem limitações na sua capacidade para a demanda da cidade (a limitação da capacidade de Locumue resultou na inviabilização da componente de Lichinga do projecto de abastecimento de água e saneamento à Lichinga e Cuamba). Portanto, uma nova barragem é necessária, potencialmente Luatize e/ou Mussengue.

- O orçamento do sector ainda é muito baixo. Em 2015 o valor global do orçamento revisto (interno e externo) foi equivalente a cerca de 52,4 Milhões de Dólares Americanos e o valor executado foi de cerca de 33,0 Milhões de Dólares Americanos.

### **3.3.2 Recomendações**

- Recomenda-se o estabelecimento de um sistema de monitoria das actividades de gestão de recursos hídricos incluindo a monitoria dos níveis de armazenamentos nas principais albufeiras de barragens a partir das Administrações Regionais de Água e globalizado no departamento de gestão de bacias hidrográficas e no departamento de planificação.
- Recomenda-se também que o sector priorize para os próximos anos a planificação e busca de financiamentos para as barragens com finalidades primárias para as cidades que já se encontram em situação crítica, com particular destaque para Nampula, Nacala, Pemba e Lichinga.
- Para os desafios que se projectam para os próximos anos, sobretudo da necessidade de garantir fontes de água para centros urbanos recomenda-se que sector de gestão de recursos hídricos desenvolva esforços adicionais para mobilizar mais financiamentos.

## 4. QUADRO INSTITUCIONAL DO SECTOR DE ÁGUAS

Com a nova estrutura orgânica ministerial estabelecida pelo novo Governo saído das eleições de 2014, que foi aprovada pelo Decreto 19/2015 de 17 Julho, o Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) é o organismo do Governo que superintende a área de águas através da Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS) e da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH). De acordo com as propostas dos regulamentos internos ainda em fase de aprovação a DNAAS vai comportar quatro (4) departamentos e a DNGRH cinco (5) departamentos, como ilustrado na figura 12. As outras instituições do sector (Administrações Regionais de Águas, Fundo de Investimento e Património de Água, Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento e o Conselho de Regulação de Águas) foram mantidas como previsto no quadro orgânico anterior.

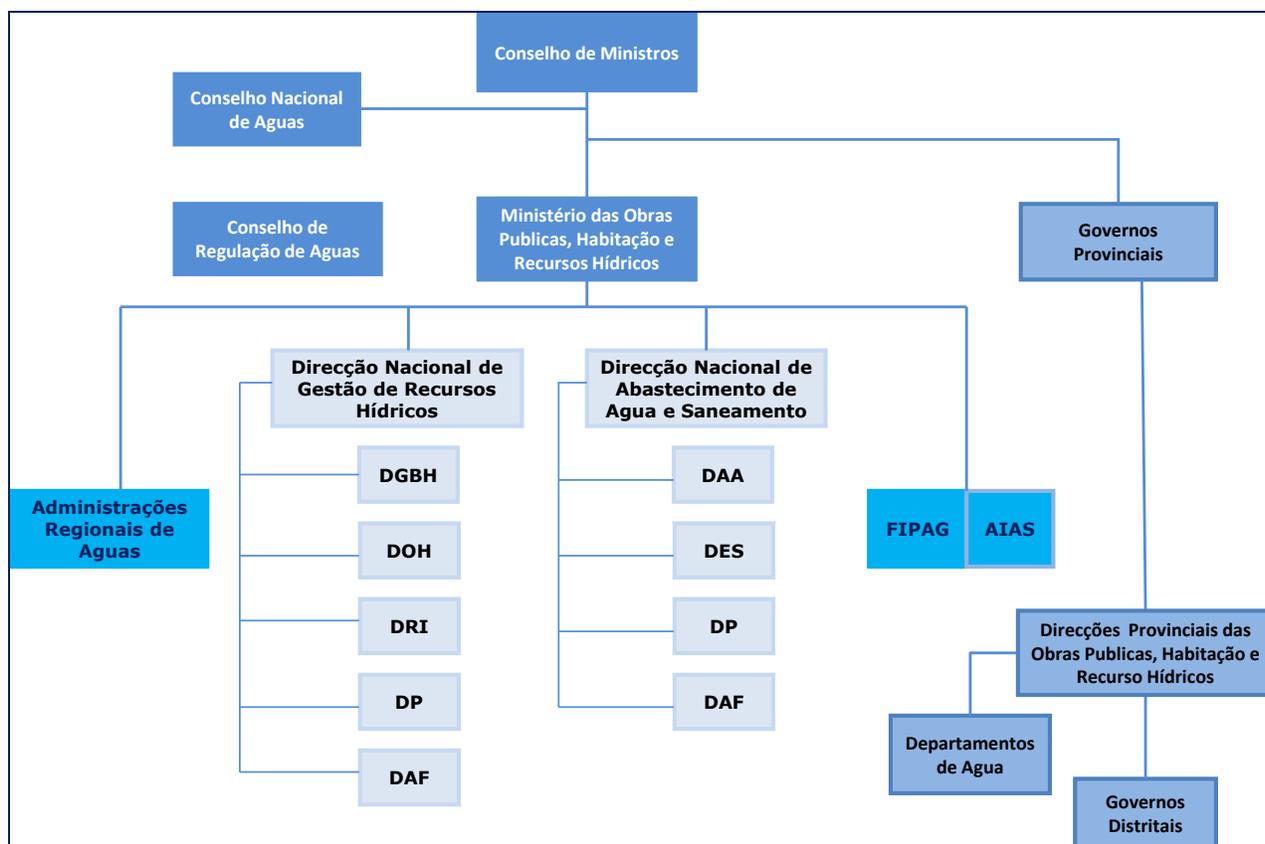


Figura 12: Quadro Institucional Actual do Sector de Água de Moçambique

Espera-se com o novo quadro que separa as áreas do abastecimento de água e saneamento da área de gestão de recursos hídricos, que se observe uma eficácia e eficiência acrescidas na área de recursos hídricos, tendo em conta os desafios crescentes da necessidade de garantia dos recursos hídricos em quantidade e qualidade para fazer face as necessidades primárias (abastecimento de água doméstico e ecossistemas aquáticos) e as demandas para o desenvolvimento socioeconómico (agricultura, pecuária, produção de energia e indústria).

Com o quadro orgânico do Ministério de Obras Públicas, Habitação e Recursos hídricos 19/2015 de 17 Julho o sector de água passou a dispor de duas (2) instituições de nível central cuja descrição sumária das suas atribuições se segue:

### **Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento**

São entre outras as principais funções da Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento: Propor e assegurar a implementação de políticas, normas, regulamentos e especificações técnicas para o abastecimento de água e saneamento; promover o investimento para a construção e manutenção e expansão de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento; harmonizar os planos e as acções com vista a assegurar o acesso universal aos serviços de abastecimento de água e saneamento; assegurar o equilíbrio no acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento; incentivar a participação do sector privado na provisão dos serviços de abastecimento de água e saneamento, incluindo a parceria público-privada; e prestar apoio técnico e metodológico aos órgãos locais do Estado e autárquicos no domínio do abastecimento de água e saneamento.

A nível funcional interno, os quatro (4) Departamentos da Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento têm as seguintes funções:

#### ***Departamento de Abastecimento de Água - DAA***

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos do sector de abastecimento de água e saneamento: Garantir e promover a provisão sustentável dos serviços de abastecimento de água de qualidade e quantidade de acordo com os padrões estabelecidos; propor a definição de políticas, estratégias e modelos de gestão sustentável do abastecimento de água; propor a realização de investigação de técnicas afins de abastecimento de água potável para diferentes tipos de aglomerados populacionais; desenvolver instrumentos para o envolvimento do sector privado e das organizações da sociedade civil nas actividades de abastecimento de água; monitorar o desenvolvimento do quadro da gestão delegada dos sistemas de abastecimento de água; e propor a definição de normas e regulamentos do abastecimento de água e monitorar a sua implementação.

#### ***Departamento de Saneamento - DES***

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos do sector de abastecimento de água e saneamento: Promover a provisão de serviços de saneamento; planear, proceder a supervisão e monitorar acções do saneamento; contribuir na definição de políticas, estratégias e normas de saneamento; contribuir na definição de modelos de gestão sustentável do saneamento; contribuir na realização de investigação de técnicas de saneamento adequado para diferentes tipos de aglomerados populacionais; identificar e conceber projectos e programas de investimentos para a construção, manutenção e expansão de infra-estruturas de drenagem e saneamento; desenvolver instrumentos para o

envolvimento do sector privado e das organizações da sociedade civil nas actividades de saneamento; monitorar o desenvolvimento do quadro da gestão delegada dos sistemas de drenagem e saneamento; propor a definição de normas e regulamentos do saneamento e monitorar a sua implementação.

#### ***Departamento de Planificação - DP***

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos da componente de planificação do sector de abastecimento de água e saneamento: Preparar, coordenar e monitorar o processo de planificação do sector de abastecimento de água e saneamento; elaborar programas e planos da área de abastecimento de água e saneamento e sua implementação; monitorar a execução dos planos de investimentos na área de abastecimento de água e saneamento e propor medidas correctivas; monitorar a execução orçamental da área do abastecimento e água e saneamento; recolher e tratar dados estatísticos relativos a área do abastecimento de água e saneamento aos programas de investimentos; assegurar o funcionamento do sistema de informação nacional de abastecimento de água e saneamento; elaborar os relatórios de desempenho da área de abastecimento água e saneamento; e coordenar acções de mobilização de investimentos para o sector.

#### ***Departamento de Administração e Finanças - DAF***

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos da componente financeira do sector de abastecimento de água e saneamento: Executar e controlar o Orçamento e fundos alocados a instituição, de acordo com as normas; assegurar e participar na elaboração da proposta do orçamento da instituição; gerir e garantir a segurança, manutenção, utilização e conservação do património móvel e imóvel da instituição; elaborar os balancetes e relatórios de prestação de contas sobre a execução financeira e patrimonial da instituição; assegurar a participação e coordenar a preparação da conta de gerência; orientar as acções de resposta das auditorias externas; assegurar a aplicação das normas do sistema nacional do arquivo do Estado; e assegurar a elaboração e actualização do inventário patrimonial.

#### **Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos**

São entre outras as principais funções da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos: Propor políticas de desenvolvimento, conservação, uso e aproveitamento dos recursos hídricos das bacias hidrográficas; assegurar a disponibilidade da água em quantidade e qualidade para os diferentes usos; coordenar as acções de cooperação no domínio dos recursos hídricos partilhados, assegurando a participação nos organismos de cooperação no domínio de águas, avaliar o cumprimento dos acordos internacionais sobre a utilização conjunta dos recursos hídricos; avaliar periodicamente os recursos hídricos das bacias hidrográficas e as necessidades de água a nível nacional e regional; elaborar e monitorar a implementação dos planos de bacias; promover investimentos para a

construção e manutenção dos aproveitamentos estratégicos de gestão, armazenamento e protecção da água; assegurar o planeamento estratégico integrado da gestão dos recursos hídricos; elaborar, actualizar e monitorar a implementação do plano nacional de construção de infra-estruturas hidráulicas; e assegurar o estabelecimento de sistemas de aviso prévio de cheias.

A nível funcional interno, os cinco (5) Departamentos da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos têm as seguintes funções:

#### ***Departamento de Gestão de Bacias Hidrográficas - DGBH***

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos do sector de gestão de recursos hídricos: Coordenar a realização de estudos e planos nacionais de desenvolvimento de recursos hídricos nas bacias hidrográficas; propor a definição de normas de conservação, zonas de protecção dos aquíferos e regulamentos de uso e aproveitamento de recursos hídricos, assim como garantir o seu cumprimento; manter actualizada a informação hidrológica e hidráulica e outra relevante para a correcta gestão dos recursos hídricos; assegurar o estabelecimento de redes hidro-climatológicas; assegurar a gestão do sistema de informação de Recursos Hídricos; assegurar a consolidação das Administrações Regionais de Águas; e mobilizar financiamentos para a gestão de recursos hídricos.

#### ***Departamento de Obras Hidráulicas - DOH***

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos do sector de gestão de recursos hídricos: Promover e realizar estudos de viabilidade dos projectos de infra-estruturas hidráulicas; elaborar e manter actualizado o plano nacional de infra-estruturas hidráulicas; elaborar e manter actualizado, o cadastro nacional de obras hidráulicas; definir padrões de operação e manutenção de obras hidráulicas; elaborar e garantir a implementação de normas sobre projectos, construção e segurança de infra-estruturas hidráulicas; elaborar a estratégia para construção de pequenas barragens e reservatórios escavados e monitorar a sua implementação; e mobilizar financiamentos para as obras hidráulicas.

#### ***Departamento de Rios Internacionais - DRI***

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos do sector de gestão de recursos hídricos: Propor a definição das linhas gerais a adoptar na defesa do interesse nacional, regional e global sobre a gestão dos rios internacionais; Coordenar as acções de planeamento conjunto e harmonização com os países a montante; Promover o estabelecimento e implementação dos acordos de cooperação na protecção e uso sustentável das bacias hidrográficas compartilhadas; assegurar que os acordos e outros instrumentos legais relativos as bacias internacionais estejam em harmonia com os

objectivos do país e da região; e garantir o acesso a informação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas compartilhadas.

#### ***Departamento de Planificação - DP***

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos da componente de planificação do sector de gestão de recursos hídricos: Coordenar e monitorar o processo de planificação do sector de recursos hídricos; elaborar, os planos de médio e longos prazos do sector de Recursos Hídricos e monitorar a sua implementação; monitorar a execução dos planos de investimentos da Direcção Nacional de Recursos Hídricos e das instituições tuteladas e autónomas e propor medidas correctivas em caso de necessidade; monitorar a execução orçamental da Direcção Nacional de Recursos Hídricos e das instituições tuteladas e autónomas; liderar o estabelecimento e o funcionamento do sistema nacional de informação de Recursos Hídricos; elaborar os relatórios de desempenho das actividades da área de Recursos Hídricos; elaborar planos estratégicos para o desenvolvimento dos recursos hídricos, incluindo os instrumentos necessários a sua gestão sustentável; e coordenar acções de mobilização de investimentos para a área de Recursos Hídricos.

#### ***Departamento de Administração e Finanças - DAF***

É responsável por entre outros os seguintes aspectos estratégicos da componente financeira do sector de abastecimento de água e saneamento: Executar e controlar o Orçamento e fundos alocados a instituição, de acordo com as normas; assegurar e participar na elaboração da proposta do orçamento da instituição; gerir e garantir a segurança, manutenção, utilização e conservação do património móvel e imóvel da instituição; elaborar os balancetes e relatórios de prestação de contas sobre a execução financeira e patrimonial da instituição; assegurar a participação e coordenar a preparação da conta de gerência; orientar as acções de resposta das auditorias externas; assegurar a aplicação das normas do sistema nacional do arquivo do Estado; e assegurar a elaboração e actualização do inventário patrimonial.

#### **Instituições descentralizadas - nível provincial**

A nível das províncias as **Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação e Recursos Hídricos (DPOPH)** através dos seus **Departamentos de Água e Saneamento (DAS)** são os braços do Sector de Águas, sobretudo na implementação de programas de investimentos de abastecimento de água e saneamento rurais. A nível distrital o braço da Direcção Nacional de Águas nos programas de poços/furos, pequenos sistemas de abastecimento de água, construção de latrinas e monitoria do desempenho do sector são os Serviços Distritais de Planificação Infra-estruturas (**SDPIs**).

Para o caso específico do sector de gestão de recursos hídricos há uma representação regional através de instituições autónomas regionais, Administrações Regionais de Águas e a nível de bacia hidrográfica, pelas Unidades de Gestão de Bacias e pelos Comitês de Bacias.

## **Comunidades**

As comunidades são as beneficiárias finais do Sector de Águas quer no acesso aos serviços melhorados de abastecimento de água e saneamento, quer em termos de recursos hídricos em quantidade e qualidade desejada para o desenvolvimento das suas actividades socioeconómicas. Nos desenvolvimentos dos programas de água, sobretudo nas zonas rurais, estes são feitos com o envolvimento máximo destas, devendo contribuir quer no investimento quer na operação e manutenção das infra-estruturas. No caso de abastecimento de água as comunidades organizam-se em comités de água, operadores privados de fontanários, entre outros.

## 5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SECTOR EM 2015

Este capítulo debruça-se sobre o desempenho financeiro geral do Sector de Águas e o exercício financeiro de 2015. Apresenta no geral as dotações orçamentais, os fundos libertados e os gastos na execução das actividades do sector. Sempre que possível, faz-se uma avaliação do desempenho financeiro comparativo com os anos anteriores.

### 5.1 Gestão das Finanças Públicas

A planificação, orçamentação e gestão financeira no sector público em Moçambique é feita de acordo com o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), estabelecido pela Lei 2/2002 de 12 de Fevereiro e do Regulamento do SISTAFE, aprovado pelo Decreto No. 23/2004, de 20 de Agosto. O sistema de planificação e orçamentação do Estado é unificado, através da inserção das actividades de nível Distrital, Provincial e Central no Plano Económico e Social (PES) e no respectivo Orçamento do Estado (OE). O PES constitui assim, uma versão consolidada dos planos sectoriais que são, onde é possível, elaborados com base nos planos distritais. No Sector de Águas, a planificação dos subsectores de abastecimento de água e saneamento rurais parte dos Distritos, mas a planificação da gestão dos recursos hídricos, parte de níveis mais altos (de bacia hidrográfica).

Para melhorar a exactidão e inclusão nos planos Distritais, Provinciais ou doutro nível, as actividades relevantes das ONGs, sector privado e outros actores, são captadas e inclusas nos planos, orçamentos, na monitoria e no processo de prestação de contas. Isto requer um sistema funcional e eficaz de recolha de dados e fluxo de informação a partir das Comunidades, Distritos, Províncias, até as DNAAS e outras instituições do Sector, Governo e outros actores.

O PES e o OE são instrumentos de planificação que se complementam e são materializadores do PQG para cada um dos sectores, e devem também estar alinhados com a planificação de médio prazo (cenários fiscais de médio prazos - CFMP), que constituem a programação financeira de todos os programas do Governo.

### 5.2 Execução Orçamental

Comportando dois sectores (abastecimento de água e saneamento e gestão de recursos hídricos) a partir do ano fiscal de 2015, a análise da execução financeira é feita tomando em conta esta divisão por sectores. Para cada sector a execução financeira é dividida por fonte de recursos, forma de execução e por nível institucional. Os fundos internos financiam o funcionamento e uma parte do investimento; enquanto os fundos externos financiam apenas a componente de investimento.

A componente externa inclui orçamento de investimento financiados por projectos “*On Budget ON CUT*” (*Conta Única do Tesouro*) e “*On Budget off CUT*” ligado ao sector apenas através dos planos de implementação anuais. A tabela 13 apresenta resumidamente os mecanismos de financiamento do funcionamento e investimentos do Sector de Águas.

Tabela 13: Resumo dos Mecanismos de Financiamento do Sector de Águas

Orçamento	Financiamento	Método de Execução	Observações
Funcionamento	Interno	<i>On Budget on Cut</i>	No Orçamento e Executado Através da Conta Única do Tesouro
Investimento	Interno	<i>On Budget on Cut</i>	
	Externo	<i>On Budget on CUT</i>	No Orçamento e Executado fora da Conta Única do Tesouro
		<i>On Budget off CUT</i>	
		<i>Off Budget off CUT</i>	Fora do Orçamento e Fora da Conta Única do Tesouro

Nota: os fundos “*Off Budget Off CUT*”, que provém de projectos financiados pelos parceiros de cooperação sem que estejam inscritos no orçamento do Estado, é que constituem o maior desafio de serem contabilizados e reportados pelo Sector.

### 5.3 Execução Orçamental do Sector de Abastecimento de Água e Saneamento

O Orçamento total do Sector de Abastecimento de Água e Saneamento de 2015 teve a **dotação actualizada** de **6.798.871,61 mil Meticais**, dos quais cerca de **1%** para funcionamento<sup>12</sup> e **99%** para investimento. Em termos orçamentais o balanço entre o funcionamento e o investimento é muito positivo e deveria ser encorajado, mas a percentagem reduzido dos fundos alocados ao funcionamento pode ser um indicador de que reflecte de alguma forma as dificuldades existentes de monitoria e assistência técnica do nível central ao nível provincial e deste ao nível distrital. Mas mais análises são necessárias, incluindo as de execução financeira, para melhor percepção da dinâmica e o impacto real do orçamento de investimento na melhoria dos serviços às populações.

Tabela 14: Execução do Orçamental do Sector de Abastecimento de Água e Saneamento - 10<sup>3</sup> MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Funcionamento - Interno	62.356,17	63.701,27	62.056,08	97%	1%
Investimento - Interno	1.378.510,62	1.498.380,03	1.435.479,40	96%	30%
Investimento - Externo	3.716.646,64	5.236.790,61	3.302.077,25	63%	69%
<b>TOTAL</b>	<b>5.157.513,43</b>	<b>6.798.871,91</b>	<b>4.799.612,73</b>	<b>71%</b>	<b>100%</b>

Como pode-se constatar a partir da Tabela 14, fundos externos continuam a contribuir de forma significativa para o sector de abastecimento de água e saneamento. Em 2015 cerca de 77% dos fundos inscritos no Orçamento do Estado (dotação actualizada) foram do financiamento externo e 23% de financiamento interno.

Historicamente, os níveis execução dos fundos internos são sempre maiores que os da execução dos fundos externos. A mesma tendência foi observada em 2015, onde os níveis de execução dos fundos internos atingiu os 97%. Entretanto, no que diz respeito ao peso

<sup>12</sup> Este valor inclui apenas despesas com salários porque outras despesas são suportadas pelos programas em implementação e consequentemente classificadas como investimentos.

relativo dos montantes realmente executados, a proporção dos fundos externos representou 69% contra os 31% da componente interna. Esta contribuição mais do que o dobro no investimento total realizado prova que os fundos externos continuam a ser muito importantes na materialização dos investimentos do sector de águas.

Os valores apresentados na Tabela 15 incluem os fundos *Off Cut*, que constituem uma proporção mais elevada do valor do orçamento revisto na ordem de **4.074.488,44 mil Meticais** (60%) e do valor executados (61%). Estiveram na origem desta proporção os investimentos de projectos financiados através do mecanismo *On Budget – Off Cut*, implementados pelo nível central (DNAAS, FIPAG e AIAS).

**Tabela 15: Despesas do sector de abastecimento de água e saneamento com discriminação dos fundos externos - 10<sup>3</sup> MZN**

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Funcionamento - Interno	62.356,17	63.701,27	62.056,08	97%	1%
Investimento - Interno	1.378.510,62	1.498.380,03	1.435.479,40	96%	31%
Investimento - Externo On Cut	1.032.405,04	1.162.302,17	334.879,32	29%	7%
Investimento - Externo Off Cut	2.684.241,60	4.074.488,44	2.967.197,93	73%	61%
<b>TOTAL</b>	<b>5.157.513,43</b>	<b>6.798.871,91</b>	<b>4.799.612,74</b>	<b>71%</b>	<b>100%</b>

### 5.3.1 Orçamento de funcionamento

O orçamento de funcionamento do Sector de Abastecimento de Água e Saneamento, no ano de 2015 teve a **dotação inicial de 62.356,17 mil Meticais** e a dotação **actualizada de 63.701,25 mil Meticais** sendo a **execução de 62.056,08 mil Meticais** correspondentes a 97%. Cerca de 81% do valor total do Orçamento actualizado foi alocado às instituições do nível Central (DNA, AIAS e CRA) e apenas 19% foi descentralizado para as direcções provinciais e governos distritais, como ilustrado na Tabela 16.

**Tabela 16: Despesas totais de funcionamento do abastecimento de água e saneamento - 10<sup>3</sup> MZN**

Nível	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso	
						Por Instituição	Por Nível
Central	DNAAS	9,734.53	9,734.53	9,734.53	100%	16%	81%
	FIPAG	0.00	0.00	0.00	0%	0%	
	CRA	29,382.42	34,501.43	32,856.26	95%	53%	
	AIAS	11,331.59	7,557.67	7,557.67	100%	12%	
Provincial	DPOPHRHs e Distritos	11,907.63	11,907.63	11,907.63	100%	19%	19%
<b>TOTAL</b>		<b>62,356.17</b>	<b>63,701.25</b>	<b>62,056.08</b>	<b>97%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Comparativamente ao orçamento de 2014 houve um crescimento de 9.6% relativamente ao valor do orçamento actualizado e o valor executado registou um crescimento de cerca de 64% e foi executado em 97%. Porém é importante notar-se que em 2014 o sector não conseguiu reportar os valores relativos ao orçamento descentralizado (a nível provincial e distrital), mas em 2015 apresentam-se valores descentralizados de cerca de 19% do total do orçamento de funcionamento. Aparentemente, o CRA absorveu a maior fatia do orçamento de funcionamento (53%). Como ficou dito no ponto 5.3, as despesas de funcionamento referem-se fundamentalmente aos salários, mas o tamanho reduzido do pessoal do CRA quando comparado com o da DNAAS (16%), FIPAG (0%) e da AIAS (12%) que têm maior número de funcionários, não permite explicar na totalidade as razões desta tendência. Isto sugere que, a outra parte das despesas de funcionamento da DNAAS, FIPAG e AIAS devem estar a ser cobertas por fundos de projectos de investimentos (tal como se reporta nos distritos do PRONASAR), reflectindo-se como investimentos nos relatórios de execução orçamental.

### *Orçamento de funcionamento - Nível das Direcções Provinciais e Distritos*

O orçamento total de funcionamento descentralizado reportado teve uma dotação inicial igual a **11.907,63 mil Meticais**, uma **dotação actualizada** no mesmo valor e uma **execução de 100%**. De um modo geral, a distribuição do orçamento de funcionamento parece equilibrada entre as províncias, 13% em média, mas os critérios de alocação utilizados necessitam de aperfeiçoamento. Ao contrário do que seria de esperar, a província da Zambézia, a segunda mais populosa do país e com baixa coberturas (47%) , teve o menor valor global (6%) e a província de Gaza, a menos populosa também com baixa cobertura de abastecimento de água (47%), teve o valor máximo de 20%. As províncias de Niassa e de Maputo não reportaram os montantes alocados. Ainda assim, considera-se um passo muito significativo por ter sido o primeiro ano em que as Direcções Provinciais reportam estes dados e tendo sido possível para oito (8) delas.

Pelo facto de não existirem dados dos anos anteriores, não é possível fazer-se uma análise das tendências de evolução desta despesa.

**Tabela 17: Distribuição do orçamento de funcionamento descentralizado por província - 10<sup>3</sup> MZN**

Descrição	Dot. Inicial	Dot. Actual	Realização	% Realização	% Peso
Niassa <sup>a)</sup>	-	-	-	-	-
C.Delgado	1.717,95	1.717,95	1.717,95	100%	14%
Nampula	1.395,66	1.395,66	1.395,66	100%	12%
Zambézia	678,46	678,46	678,46	100%	6%
Tete	1.518,45	1.518,45	1.518,45	100%	13%
Manica	1.004,58	1.004,58	1.004,58	100%	8%
Sofala	1.753,13	1.753,13	1.753,13	100%	15%
Inhambane	1.469,41	1.469,41	1.469,41	100%	12%
Gaza	2.370,00	2.370,00	2.370,00	100%	20%
Maputo a)	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>11.907,63</b>	<b>11.907,63</b>	<b>11.907,63</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

a) Sem informação

### 5.3.2 Orçamento de investimento

O orçamento de investimento do Subsector de Abastecimento de Água e Saneamento em 2015 teve como **dotação inicial 5.095.157,26 mil Meticais**, uma dotação actualizada de **6.735.170,64 mil Meticais** e o valor executado foi de **4.737.556,64 mil Meticais** correspondentes a uma taxa de execução 70%. A correlação de pesos foi de 30% para fundos internos e 70% dos fundos externos (Tabela 18).

Comparativamente aos fundos de investimento alocados para o abastecimento de água e saneamento no último quinquénio, constata-se que o valor executado em 2015 é 13% superior a média da execução observada no quinquénio 2010-2014, que foi de **4.241.647,80 mil Meticais** e superior em mais de 100% que o valor executado em 2014, que situou-se nos **2.391.508,06 mil Meticais**.

Tabela 18: Detalhes de discriminação do orçamento de investimento por origem dos fundos - 10<sup>3</sup> MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Investimento - Fundos Internos	1.378.510,62	1.498.380,04	1.435.479,40	96%	30%
Investimento - Fundos Externos	3.716.646,64	5.236.790,61	3.302.077,25	63%	70%
Total	5.095.157,26	6.735.170,65	4.737.556,65	70%	100%

A boa execução global do orçamento de investimento deveu-se a boa execução dos fundos de investimento internos (96%) alocados às DPOPHRH's e dos fundos externos *On Budget* – *Off Cut* sob responsabilidade do nível central (63%).

#### *Orçamento de investimento - fundos internos*

A componente interna do orçamento de investimento do sector de abastecimento de água e saneamento em 2015 teve uma **dotação inicial de 1.378.510,62 mil Meticais**, uma dotação **actualizada de 1.498.380,04 mil Meticais** e uma **realização de 1.435.479,40 mil Meticais** correspondentes a uma taxa de realização de **96%** em relação a dotação actualizada. Do total do orçamento de investimento alocado ao sector, 71% foram geridos a nível Central (DNA, FIPAG, CRA e AIAS) e os restantes 29% a nível das Províncias (DPOPHRH e SDPI). Entretanto, no que diz respeito ao valor executado a distribuição dos pesos foi de 72% a nível central e 28% a nível provincial e distrital. O peso alto do nível central no orçamento de investimento interno deve-se aos projectos do FIPAG e da AIAS que são na maioria geridos a partir do nível central, apenas o abastecimento de água rural que já avançou significativamente com o processo de descentralização do orçamento.

Tabela 19: Despesas da Componente Interna do Investimento - 10<sup>3</sup> MZN

Nível	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
						P/Instituição	P/ Nível
Central	DNAAS	455.593,88	378.503,61	370.662,29	98%	26%	72%
	FIPAG	378.204,00	340.383,60	338.820,34	100%	24%	
	CRA	7.830,00	7.830,00	7.829,20	100%	1%	
	AIAS	371.100,00	339.254,00	310.546,96	92%	22%	
Provincial	DPOPHRH & Distritos	165.782,74	432.408,82	407.620,60	94%	28%	28%
TOTAL		1.378.510,62	1.498.380,04	1.435.479,40	96%	100%	100%

#### *Orçamento de investimento interno - nível central*

O total de fundos internos de investimento alocados ao Sector de Abastecimento de Água e Saneamento, o nível central teve a **dotação inicial de 1.212.727,88 mil Meticaís**, com dotação **actualizada de 1.065.971,21 mil Meticaís** e uma **execução de 1.027.858,79 mil Meticaís**, correspondente a 96%. Do valor total para orçamento de investimento actualizado a distribuição entre as instituições de nível central foi: DNA (36%), FIPAG (32%), AIAS (32%) e CRA (1%).

O nível de execução do orçamento de investimento foi muito bom em 2015 (acima de 90% em todas as 4 instituições) e foi de 100% no FIPAG e CRA, enquanto a DNA (98%) e AIAS (92%) registaram as execuções mais baixas.

#### *Orçamento de investimento interno - nível das DPOPHRHs*

Os fundos de investimento internos alocados às províncias tiveram a **dotação inicial de 165.782,74 mil Meticaís**, dotação actualizada de **432.408,82 mil Meticaís**, com uma execução de **407.620,60 mil Meticaís** correspondentes a 94% de execução.

O grau de execução foi muito bom, todas as províncias ultrapassaram a cifra dos 90%, excepto Tete que teve uma execução de 61% e os distritos do fundo comum do PRONASAR com 87%. Este desempenho é particularmente positivo porque o valor executado em 2015 é 28% superior ao valor executado no ano anterior, 2014.

A distribuição do valor alocado por províncias está ilustrado na Tabela 20, o destaque vai para as Províncias de Nampula (28%), Inhambane (17%) e Zambézia (15%). Os 14 Distritos do FC-PRONASAR têm o peso de 1% dado que são alocados fundos apenas para efeitos de despesas correntes, como combustível, ajudas de custos, salários, reparação de viaturas e consumíveis.

Tabela 20: Despesas do Investimento Interno a Nível das DPOPHRs - 10<sup>3</sup> MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	% Peso
DPOPH Niassa	16.932,88	17.339,87	17.286,28	100%	4%
DPOPH C. Delgado	9.630,00	24.322,92	24.243,72	100%	6%
DPOPH Nampula	35.748,84	122.079,51	122.056,24	100%	28%
DPOPH Zambézia	52.925,31	66.937,30	63.434,50	95%	15%
DPOPH Tete	4.644,00	47.911,34	29.021,52	61%	11%
DPOPH Manica	7.084,22	19.142,33	19.142,33	100%	4%
DPOPH Sofala	6.300,00	17.948,25	17.945,70	100%	4%
DPOPH Inhambane	16.280,00	71.683,81	69.794,74	97%	17%
DPOPH Gaza	594,00	6.480,88	6.480,88	100%	1%
DPOPH Maputo	15.643,49	36.023,22	36.023,22	100%	8%
14 Distritos (FCP_Int)	0,00	2.529,39	2.191,47	87%	1%
<b>TOTAL</b>	<b>165.782,74</b>	<b>432.408,82</b>	<b>407.620,60</b>	<b>94%</b>	<b>100%</b>

### *Orçamento de investimento - fundos externos*

A componente externa do orçamento de investimento em 2015 teve uma **dotação inicial de 3.716.646,64 mil Meticais**, uma dotação **actualizada de 5.236.790,62 mil Meticais** e uma **realização de 3.302.077,25 mil Meticais** correspondentes a uma taxa de execução de **63%** em relação a dotação actualizada. A maior parte do orçamento externo de investimento em 2015 foi executada em “*Off Cut*” (90%).

Do total do orçamento de investimento externo alocado ao sector em 2015, 98% foram geridos ao nível central (DNA, FIPAG, AIAS e CRA) e 2% a nível das províncias (DPOPH e SDPI), como ilustrado na Tabela 21.

Tabela 21: Despesas do Investimento Externo - 10<sup>3</sup> MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
					Por Instituição	Por Níveis
DNAAS	1.002.635,26	2.164.505,62	1.778.430,93	82%	54%	98%
FIPAG	1.354.849,31	1.619.965,90	1.048.901,90	65%	32%	
CRA	35.720,94	56.728,20	46.993,00	83%	1%	
AIAS	1.290.480,07	1.290.480,07	358.078,03	28%	11%	
DPOPHRs	32.961,06	105.110,83	69.673,38	66%	2%	2%
<b>TOTAL</b>	<b>3.716.646,64</b>	<b>5.236.790,62</b>	<b>3.302.077,25</b>	<b>63%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

### *Orçamento de investimento externo - nível central*

Os fundos do investimento externo alocados ao nível central tiveram a **dotação inicial de 3.683.685,58 mil Meticais**, com dotação **actualizada de 5.131.6790,79 mil Meticais** e uma **execução de 3.232.403,87 mil Meticais**, correspondente a um grau de execução de 63%. Este orçamento e a sua execução incluem ambos fundos, *On* e *Off Cut*.

Do ponto de vista do valor atribuído ao nível central (orçamento actualizado) 41% foi inscrito no Orçamento do Estado adstrito a DNAAS e grande parte desses fundos foram executados pelos parceiros através das unidades de implementação de projectos. Os

seguintes graus de execução foram observados: fundos que passaram pela *CUT* (21%) e fundos que não passaram pela *CUT* (79%).

A distribuição do orçamento de investimento externo alocado ao nível central foi a seguinte: DNAAS (42%), FIPAG (32%), AIAS (25%) e CRA (1%). O destaque vai para a redução da proporção dos fundos externos alocados a DNAAS e ao FIPAG e a subida da proporção da AIAS de 15% em 2014 para 25% em 2015, que pode ser justificada pelo início de desembolsos substanciais dos projectos de saneamento da Beira e da drenagem do rio Chiveve, na mesma cidade.

### ***Orçamento de investimento externo - nível das DPOPHRHs***

A **dotação inicial** do orçamento externo descentralizado para o nível provincial foi de **32.961,06 mil Meticais**, teve uma **dotação actualizada de 105.110,83 mil Meticais** e uma **execução de 69.673,38 mil Meticais**, correspondes a 66% da dotação actualizada.

Os valores de investimento externo alocados às DPOPHRHs têm flutuado desde 2013, com tendência geral decrescente. O orçamento disponibilizado para as DPOPHRHs em 2015 representou um crescimento 1,4 vezes em relação ao disponibilizado em 2014, mas uma redução de cerca de metade quando comparado ao orçamento de 2013. Ou seja, que a relativa boa execução verificada em 2015 reporta-se a montantes que em termos absolutos foram os mais baixos observados nos três anos consecutivos. A alocação mais significativa de recursos descentralizados foi para Niassa com 57% e Nampula com 23% do valor global (Tabela 22).

**Tabela 22: Despesas do Orçamento de Investimento Externo a Nível das DPOPHRHs e Distritos - 10<sup>3</sup> MZN**

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	% Peso
DPOPH Niassa	32.252,06	60.196,60	33.081,42	55%	57%
DPOPH C.Delgado	459,00	459,00	427,84	93%	0%
DPOPH Nampula	250,00	250,00	249,97	100%	0%
DPOPH Zambézia	0,00	23.273,72	23.472,22	99%	23%
DPOPH Tete	0,00	0,00	0,00	0%	0%
DPOPH Manica	0,00	0,00	0,00	0%	0%
DPOPH Sofala	0,00	0,00	0,00	0%	0%
DPOPH I'bane	0,00	0,00	0,00	0%	0%
DPOPH Gaza	0,00	7.109,00	3.456,14	49%	7%
DPOPH Maputo	0,00	7.109,00	5.410,00	76%	7%
14 Distritos (FCP_Ext)	0,00	6.273,00	3.574,93	57%	6%
<b>TOTAL</b>	<b>32.961,06</b>	<b>105.110,83</b>	<b>69.673,38</b>	<b>66%</b>	<b>100%</b>

Os fundo externos descentralizados foram executados na totalidade “*ON CUT*”.

### ***Orçamento de investimento externo - fundos “ON CUT”***

Apenas 22% do orçamento de investimento externo do sector de abastecimento de água foi alocado através da conta única do tesouro (*ON CUT*) em 2015. A sua **dotação inicial** foi de **1.032.405,04 mil Meticais**, a **dotação actualizada** foi de **1.162.302,17 mil Meticais** e a

respectiva **execução** foi de **334.879,32 mil Meticais**, o equivalente a 29% da dotação actualizada.

Cerca de 91% dos fundos On Cut foram geridos a nível central, enquanto apenas 9% foram geridos a nível das províncias abrangidas pelo fundo comum do PRONASAR e as províncias do Niassa, Cabo-Delgado e Nampula (Tabela 23).

**Tabela 23: Despesas do Orçamento de Investimento Externo “ON CUT” - 10<sup>3</sup> MZN**

Nível	Instituição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Execução	% Execução	% Peso
Central	DNAAS	159.464,25	217.211,62	109.855,16	51%	91%
	FIPAG	10.600,26	10.600,26	10.600,26	100%	
	CRA	0,00	0,00	0,00	0%	
	AIAS	829.379,47	829.379,47	144.750,52	17%	
	DPOPHRHs	32.191,06	105.110,82	6.673,38	66%	9%
<b>Total</b>		<b>1.032.405,04</b>	<b>1.162.302,17</b>	<b>334.879,32</b>	<b>29%</b>	<b>100%</b>

Como todos os fundos externos descentralizados foram executados “ON CUT” o detalhe da sua execução por província é o apresentado na Tabela 22, relativa aos valores globais.

#### ***Orçamento de investimento externo - fundos “OFF CUT”***

A maior parte do orçamento externo de investimento para o sector de abastecimento de água e saneamento em 2015 foi canalizada através de fundos OFF CUT (78%). A dotação inicial desta componente de investimento foi de 2.684.241,60 mil Meticais, a dotação actualizada foi de 4.074.488,44 mil Meticais e a respectiva execução foi de 2.967.197,93 mil Meticais, o equivalente a 73% da dotação actualizada.

A totalidade dos fundos “OFF CUT” foi gerida a nível central nos projectos de investimentos geridos pela DNAAS, FIPAG, AIAS e CRA.

**Tabela 24: Despesas do Orçamento de Investimento Externo “OFF CUT” - 10<sup>3</sup> MZN**

Nível	Instituição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Execução	% Execução	% Peso
Central	DNAAS	843.171,01	1.947.294,00	1.668.575,78	86%	100%
	FIPAG	1.344.249,05	1.609.365,64	1.038.301,64	65%	
	CRA	35.720,94	56.728,20	46.993,00	83%	
	AIAS	461.100,60	461.100,60	213.327,51	46%	
Provincial	DPOPHRHs	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
<b>Total</b>		<b>2.684.241,60</b>	<b>4.074.488,44</b>	<b>2.967.197,93</b>	<b>73%</b>	<b>100%</b>

Cerca de 80% do valor orçado e 83% do valor executado do orçamento externo em 2015 provém dos créditos concedidos para a implementação de grandes projectos por parte dos seguintes parceiros: Banco Mundial (Abastecimento de água nas grandes cidades e vilas e saneamento da Beira), Banco Africano de Desenvolvimento (abastecimento de água a e saneamento de Lichinga e Cuamba), Banco Islâmico de Desenvolvimento (PRONASAR Cabo-Delgado e Gaza) e Governo da Índia (Programa de Desenvolvimento de Água a Sofala, Zambézia e Nampula).

### 5.3.3 Dívida do sector

Em 2015 a dívida do sector de abastecimento de água e saneamento situou-se nos **274.868,81 mil Meticais** dos quais 80% provém do projecto de drenagem do Bairro de Macurrungo na cidade da Beira (com 58% proveniente da fase II deste projecto). O detalhe da distribuição da dívida do sector por nível de implementação e instituições encontra-se na Tabela 25.

Tabela 25: Detalhe da dívida do sector de abastecimento de água e saneamento

Nível	Instituição	Dotação Inicial	Valor	% Peso
Central	DNAAS	Drenagem de Macurrungo_fase I	61.802,15	22%
		Drenagem de Macurrungo_fase II	158.811,35	58%
		Abastecimento de água a Chidenguele	6.898,85	3%
		Construção de furos em Inhambane, Gaza e Maputo	6.897,07	3%
Provincial	DPOPHRH_Zambézia	19.584,68	7%	
	DPOPHRH_Sofala	7.010,88	3%	
	DPOPHRH_Inhambane	10.869,18	0%	
	DPOPHRH_Maputo	3.194,64	1%	
Total			<b>274.868,81</b>	<b>100%</b>

Constata-se da tabela 25 que a dívida do sector é recente e na maior parte contraída em 2015. Denota-se que o sector fez um esforço para regularizar as dívidas anteriores o que permite focalizar-se em novos investimentos.

### 5.4 Execução Orçamental do Sector de Gestão de Recursos Hídricos

O Orçamento total do subsector de Gestão de Recursos Hídricos em 2015 teve a **dotação actualizada** de **2.438.278,85 mil Meticais**, dos quais cerca de **2%** para funcionamento e **88%** para investimento. Em termos orçamentais o balanço entre o funcionamento e o investimento é muito positivo. Mas mais análises são necessárias, incluindo as de execução financeira, para melhor percepção da dinâmica e o impacto real do orçamento na população.

Tabela 26: Execução do orçamental do sector de gestão de recursos hídricos - 10<sup>3</sup> MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Funcionamento - Interno	57.477,48	57.477,48	55.632,90	97%	2%
Investimento - Interno	504.068,90	504.068,90	489.181,00	97%	21%
Investimento - Externo	1.875.714,69	1.875.714,69	1.021.874,98	54%	77%
TOTAL	<b>2.437.261,07</b>	<b>2.437.261,07</b>	<b>1.566.688,88</b>	<b>64%</b>	<b>100%</b>

Da tabela 26, pode-se constatar que a semelhança do subsector do abastecimento de água e saneamento, os fundos externos também contribuem de forma significativa para a implementação das actividades do subsector de gestão dos recursos hídricos. Em 2015

cerca de 77% dos fundos inscritos no Orçamento do Estado foram do financiamento externo e 23% de financiamento interno.

No que diz respeito aos valores realmente executados, os fundos externos tiveram menor execução (54%) em relação aos internos (97%), ainda assim, a proporção dos fundos externos executados representou 65% do total dos fundos executados contra os 35% da componente interna.

Os fundos externos foram implementados na totalidade “*Off CUT*” (tabela 27). Isto deveu-se ao facto dos financiamentos externos realizados em 2015 provirem na totalidade, de projectos implementados “*Off CUT*”, nomeadamente do programa nacional de desenvolvimento dos recursos hídricos - PNDRH financiado pelo Banco Mundial, a componente de estudos da barragem de Mapai, financiada pelo Banco Africano de Desenvolvimento, o programa de capacitação institucional da bacia do Pungwe (PP II), financiado pela ASDI e o programa de capacitação institucional para ARA-Zambeze, financiado pelo governo da Holanda.

**Tabela 27: Despesas do sector de gestão dos recursos hídricos com discriminação dos fundos externos - 10<sup>3</sup> MZN**

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Funcionamento - Interno	57.477,48	57.477,48	55.632,90	97%	2%
Investimento - Interno	504.068,91	504.068,91	489.181,01	97%	21%
Investimento - Externo On Cut	0,00	0,00	0,00	0%	0%
Investimento - Externo Off Cut	1.875.714,69	1.875.714,69	1.021.874,98	54%	77%
<b>TOTAL</b>	<b>2.437.261,07</b>	<b>2.437.261,07</b>	<b>1.566.688,88</b>	<b>64%</b>	<b>100%</b>

#### 5.4.1 Orçamento de funcionamento

O orçamento de funcionamento do subsector de gestão de recursos hídricos no ano de 2015 teve a **dotação inicial** de **58.497,25 mil Meticais** e a mesma dotação **actualizada** sendo a **execução** de **56.650,67 mil Meticais** correspondentes a 97%. Cerca de 29% do valor total do orçamento actualizado foi alocado ao nível central (DNDRH) e a maior parte (71%) foi descentralizado para as Administrações Regionais de Água (ARAs), como ilustrado na Tabela 28. Esta grande proporção no orçamento de funcionamento descentralizado explica-se pelas seguintes razões: (i) As ARAs sendo instituições autónomas têm a facilidade de desagregar e reportar integralmente as suas despesas; e (ii) a componente do orçamento de funcionamento do nível central é apenas referente às despesas com salários porque outros custos com o funcionamento são suportados pelos programas em implementação e são consequentemente classificadas na categoria de investimento.

Tabela 28: Despesas totais de funcionamento do sector de gestão de recursos hídricos - 10<sup>3</sup> MZN

Nível	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso	
						Por Instituição	Por Nível
Central	DNGRH	16.693,64	16.693,64	16.693,64	100%	29%	29%
Provincial	ARA-Sul	9.128,34	9.128,34	7.697,10	84%	16%	71%
	ARA-Centro	18.115,69	18.115,69	17.837,73	98%	31%	
	ARA-Zambeze	8.524,78	8.524,78	8.501,16	1000%	15%	
	ARA-Centro Norte	4.752,50	4.752,50	4.676,58	98%	8%	
	ARA-Norte	1.280,30	1.280,30	1.244,46	97%	2%	
<b>TOTAL</b>		<b>58.495,25</b>	<b>58.495,25</b>	<b>56.650,67</b>	<b>97%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

A distribuição do orçamento de funcionamento por regiões que reportaram mostra que a foi a ARA-Centro, com 31% de toda a dotação do sector, foi a região que mais recursos teve (chegando a ser superior a dotação do nível central, 29%) e a dotação mais baixa da ARA-Norte com apenas 2%, por ser uma ARA ainda na fase de consolidação e com o quadro técnico mais reduzido. No ano de 2014 a ARA-Centro apresentou também a proporção mais alta do orçamento de funcionamento descentralizado.

#### 5.4.2 Orçamento de investimento

O orçamento de investimento do subsector de gestão de recursos hídricos em 2015 teve como **dotação inicial 2.379.783,60 mil Meticais**, a mesma dotação actualizada e o valor executado foi de **1.511.055,99 mil Meticais** correspondentes a uma taxa de execução 63% do orçamento actualizado. A correlação de pesos foi de 21% para fundos internos e 79% dos fundos externos, sinalizando a sua forte dependência dos parceiros (Tabela 29). Não foi possível fazer-se uma comparação com as dotações dos anos anteriores pelo facto de a componente central ter vindo a ser agregada com a do abastecimento de água e saneamento.

Tabela 29: Detalhes de discriminação do orçamento de investimento por origem dos fundos - 10<sup>3</sup> MZN

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actualizada	Realização	% Realização	% Peso
Investimento - Fundos Internos	504.068,91	504.068,91	489.181,01	97%	21%
Investimento - Fundos Externos	1.875.714,69	1.875.714,69	1.021.874,98	54%	79%
<b>Total</b>	<b>2.379.783,60</b>	<b>2.379.783,60</b>	<b>1.511.055,99</b>	<b>63%</b>	<b>100%</b>

#### *Orçamento de Investimento - fundos internos*

A componente interna do orçamento de investimento interno do sector de recursos hídricos em 2015 teve uma **dotação inicial de 504.068,91 mil Meticais**, a mesma dotação **actualizada** e uma **realização de 489.181,01 mil Meticais** correspondentes a uma taxa de realização de **97%** em relação a dotação actualizada. Do total do orçamento de investimento alocado ao sector, 13% foram geridos a nível Central (DNGRH) e a maior

parte (87%) a nível das ARAs. A mesma distribuição de pesos observou-se nos valores realmente executados.

A proporção elevada no orçamento de investimento descentralizado deve-se ao facto a natureza das atribuições das ARAs que lhes responsabiliza pela reabilitação da rede hidroclimatológica e pelas pequenas obras hidráulicas (sistemas de captação das chuvas, especificamente reservatórios escavados).

**Tabela 30: Despesas da Componente Interna do Investimento - 10<sup>3</sup> MZN**

Nível	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
						P/Instituição	P/ Nível
Central	DNGRH	63.372,70	63.372,70	61.850,28	98%	13%	13%
Provincial	ARA-Sul	380.100,05	380.200,05	367.312,11	97%	75%	87%
	ARA-Centro	18.115,69	18.115,69	17.837,73	99%	4%	
	ARA-Zambeze	11.529,88	11.529,88	11.494,40	100%	2%	
	ARA-Centro Norte	22.054,10	22.052,10	21.978,18	100%	4%	
	ARA-Norte	8.896,49	8.896,49	8.708,31	98%	2%	
<b>TOTAL</b>		<b>504.068,91</b>	<b>504.068,91</b>	<b>489.181,01</b>	<b>97%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

A tabela 30 mostra que a maior parte do investimento interno foi realizado pela ARA-Sul, como tem ocorrido nos anos anteriores com 75% de todo o orçamento de investimento interno do sector (superior ao do nível central). Esta proporção elevada do orçamento do investimento interno explica-se pelo facto de a ARA-Sul estar a implementar muito mais actividades que as suas homólogas, que incluem entre outras: a construção de uma represa em Marien Nguabi e um reservatório escavado na província de Gaza, a construção de 2 furos piezómetros, 3 estações hidrométricas fora do PES, manutenção de pequena escala na barragem dos pequenos Libombos, realização das reuniões regulares dos comités das bacias do Maputo, Umbeluzi, Incomati, Limpopo, Guvuro, Inhanombe e Matamba e a elaboração dos planos de bacias de Guia, Mautamba e Inhanombe.

#### ***Orçamento de investimento - fundos externos***

A componente externa do orçamento de investimento do subsector de gestão dos recursos hídricos em 2015 teve uma **dotação inicial** de **1.875.714,69 mil Meticais**, a mesma dotação **actualizada** e uma **realização** de **1.021.874,98 mil Meticais** correspondentes a uma taxa de execução de **54%** em relação a dotação actualizada. O orçamento externo de investimento em 2015 foi executado na totalidade em “*Off CUT*”.

Do total do orçamento de investimento externo alocado ao sector em 2015, foi quase na totalidade (93%) repartido entre o nível central (46%) e a ARA-Sul (47%), como ilustrado na tabela 31. A ARA-Centro-Norte e a ARA-Norte têm dotações do orçamento externo iguais a zero porque não esteve em implementação qualquer projecto, deste âmbito, em 2015 nestas regiões.

**Tabela 31: Despesas do Investimento Externo - 10<sup>3</sup> MZN**

Nível	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Actual	Realização	% Realização	Peso - %	
						P/Instituição	P/ Nível
Central	DNGRH	869.599,88	869.599,88	470.391,22	54%	46%	46%
Provincial	ARA-Sul	885.797,03	885.797,03	491.620,72	56%	47%	54%
	ARA-Centro	27.941,58	27.941,58	21.780,44	79%	1%	
	ARA-Zambeze	92.376,20	92.376,20	37.882,60	41%	5%	
	ARA-Centro Norte	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
	ARA-Norte	0,00	0,00	0,00	0%	0%	
<b>TOTAL</b>		<b>1.875.714,69</b>	<b>1.875.714,69</b>	<b>1.021.874,98</b>	<b>54%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

A concentração do orçamento de investimento externo no nível central e na ARA-Sul é devido ao facto de a maior parte dos fundos externos serem do PNDRH gerido a nível central e com as suas principais componentes direccionadas a bacias sob jurisdição da ARA-Sul, nomeadamente o projecto de levantamento de dados espaciais do Limpopo, projecto-piloto de resiliência climática no Limpopo e projecto de emergência de reconstrução pós-cheias do Limpopo financiados pelo Banco Mundial e o projecto da barragem de Moamba Major e o estudo da barragem de Mapai financiados pelo governo do Brasil e pelo Banco Africano de Desenvolvimento, respectivamente.

#### 5.4.3 Dívida do sector

A dívida do subsector de gestão dos recursos hídricos situava-se nos 94.459,81 mil Meticais a 31 de Dezembro de 2015 e provém maioritariamente (97%) de compromissos de investimentos assumidos em 2015 e que não tiveram a devida cobertura orçamental. O valor mais elevado é relativo as obras de construção da barragem de Gorongosa (tabela 32) que contribui com 51% de toda a dívida do sector (39% do empreiteiro e 12% do fiscal) e que já resultou na paralisação das obras. O segundo valor mais alto é relativo as obras de reabilitação dos diques de Mutamba (Chókwè) e de Nante (Maganja da Costa) que contribui com 29% e também já resultou na paralisação das obras.

**Tabela 32: Relação das dívidas do sector de gestão de recursos hídricos - x10<sup>3</sup> MZN**

Nível	Instituição	Dotação Inicial	Valor	% Peso
Central	Empreitada de construção da barragem de Gorongosa		35.776,37	39%
	Fiscalização das obras da barragem de Gorongosa		10.876,28	12%
	Obras de construção de diques de Matuba (Chokwe) e de Nante (Maganja da Costa)		26.096,62	29%
	Fiscalização das obras dos diques de Matuba e de Nante		1.368,81	1%
	Obras da construção da barragem de Metuchira		7.054,93	8%
	Assistência Técnica estratégica para prestação de serviços na área de recursos hídricos		5.523,73	6%
	Elaboração do manual de Implementação do RPEAS		1.571,10	2%
	Diversas despesas de funcionamento a nível central		3.191,97	3%
<b>Total</b>			<b>94.459,81</b>	<b>100%</b>

## **6. Estágio de Implementação das Recomendações de 2014**

A situação das recomendações feitas pela RAC 2014 é conforme se apresenta na tabela a seguir:

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2015

MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO ANUAL CONJUNTA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - 2014

Nº	Tópico	Recomendação	Ações a implementar	Impacto da Acção	Ponto de situação	Prazo	Nível de Cumprimento	Novo prazo	Responsável	Observações		
1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA RURAL	Mobilizar recursos financeiros para garantir uma planificação mais ambiciosa e alinhada com os objectivos estratégicos do sector para o abastecimento de água rural.	Ataír parceiros para o financiamento do abastecimento de água rural	Contribuir para a expansão do acesso e cobertura dos serviços sustentáveis de abastecimento de água rural	Negociados fundos com o DFID no valor de 30 Milhões de Libras para o período de 2015-2019. Assinados acordos bilaterais com acordados parceiros do Fundo Comum a extensão dos acordos bilaterais para 2016	Dez/15	100%		DNAAS			
2	ABASTECIMENTO DE ÁGUA URBANA	Desenvolver, implementar e monitorar programas de redução de fugas em ambos, sistemas principais e secundários.	Capacitar 85 técnicos do operadores privados dos sistemas secundários em técnicas de gestão, operação e manutenção nas áreas de canalização, Redes de distribuição de água; Reparação de Conduitas de Água, Monitoria e Noções do Balanço Hídrico.	Redução das perdas físicas e comerciais.	(i) Capacitados 92 Técnicos e Operadores em matéria de Operação do Software ETICADATA: 10 (1 AIAS e 9 operadores); Gestão financeira: 29 (4 AIAS e 25 operadores); Produção e distribuição: 21 técnicos (3 AIAS e 18 operadores) e Gestão de projectos: 10 técnicos e Plano de Negócios: 22 (2 AIAS e 20 operadores)	Dez/15	100%		AIAS			
3			Formação de 78 técnicos (canalizadores e gestores de zonas de fornecimento) em técnicas de detecção de fugas e procedimentos de manutenção.		Realizado (Enquadra - se no âmbito de implementação de acções contínuas de capacitação em formato de On job trainings)		100%					
4			Introduzir programas Piloto na cidade da Beira, para redução de perdas e proceder a réplica para todas áreas operacionais, substituir rede e válvulas obsoletas.	(i) Melhorada redução de perdas (comerciais, financeiras e técnicas); (ii) Melhorado o processo de facturação e cobrança e; (iii) Garantia a sustentabilidade dos activos.	(i) Concebido o Projecto detalhado para Cidade da Beira, planificando-se o arranque dos trabalhos em 2016 que inclui a extensão da rede; remoção da rede espartague; substituição de linhas de rede secundárias; criação de Zonas de Medição e Controlo (incluindo medidores de caudais, válvulas e substituição de ventosas); e Definição de modalidades de pagamento de água; Operacionalizadas as acções de substituição de parte da rede e válvulas obsoletas em todas as Cidades; Por mobilização recursos financeiros com vista a réplica do piloto	Dez/15	80%		FIPAG			
5			Desenvolver campanhas de sensibilização para combater a perda; instalar Piquete e call center para report e comunicação de Fugas.		Ação realizada de forma contínua nas AOs, criadas equipas específicas ligadas a combater a fugas e redução de perdas nas AOs)		100%					
6			Capacitar os Operadores privados dos sistemas secundários de 15 em técnicas sobre o tratamento e controle de qualidade da água.	Melhoria da qualidade de água e evitar doenças de origem hídrica	Formados operadores de 15 Vilas/Cidade dos sistemas secundários. Fornecidos Kits para testes de qualidade de água.	Dez/15	100%		AIAS			
7	Prestar mais atenção para a componente de qualidade da água dos sistemas urbanos principais de abastecimento de água.	Capacitar/formar os Técnicos em Qualidade de Água (49); Proceder ao mapeamento de processos técnicos e sua padronização em todas áreas operacionais; equipar laboratórios regionais (Norte, Centro e Sul) para análise de qualidade de água; Aquisição de KITS para laboratórios de análises de qualidade (56 Kits); criação de uma base de dados para registo e Monitoria dos parâmetros de qualidade de água; realização de estudos/programas pilotos para remoção de ferro, sal, cal, lama em sistemas de maior vulnerabilidade; Actualização do procedimento de recolha e testagem de qualidade da água;	Melhoria a qualidade de serviços prestados; melhora a qualidade e potabilidade da água para o consumo Humano; melhora o bem estar e saúde dos consumidores; continuidade da melhoria dos serviços de abastecimento de água com elevado padrão de qualidade e potabilidade.	Em curso acções de capacitação e formação em QA; Mapeados e padronizados os processos de gestão técnica nas AOs; Adquirido parte de equipamento laboratorial; Em curso a efectivação de estudos/pesquisas para redução de Ferro em fontes de água.	Dez/15	75%		FIPAG				
8	SANEAMENTO RURAL	Capacitar tecnicamente as comunidades rurais, incluindo o sector privado na construção de latrinas de padrão elevado.	Contratação de Empresas de Áreas Social para a formação de artesãos e activistas locais na construção e promoção do uso da latrina junto das comunidades.	(i) Seguração das latrinas construídas e; (ii) Melhoria das condições ambientais e de saúde nas comunidades.	Formados 164 artesãos e 492 activistas em todas as Províncias que apoiam as comunidades na construção de infraestruturas seguras de saneamento.	Dez/15	90%		DPOPHRH e SDPI			
9			Construídas 21948 latrinas em comunidades candidatas ao estatuto de Livres de Fecalismo a Cúu Aberto.									
10	SANEAMENTO URBANO	Reforçar a capacidade das instituições governamentais a todos os níveis, para que as acções de promoção de saneamento e boas práticas de higiene façam parte dos seus termos de referência.	Capacitar 30 técnicos em planificação para os grupos de saneamento.	Melhorar o processo de planificação e implementação das actividades	Formados 566 técnicos de saneamento de 19 Vilas	Dec-15	100%		AIAS			
11			Capacitar 60 artesãos para o saneamento a baixo custo.	Melhorar as técnicas de construção de infra-estruturas de saneamento (latrinas melhoradas e fossas sépticas).	Formados 199 artesãos e distribuídos 8 Kits;		13%					
11	PLANIFICAÇÃO, MONITORIA E AVALIAÇÃO	Desenvolver planos quinquenais e anuais de implementação das actividades do SINAS.	Elaborar o plano quinquenal e anual de implementação do SINAS	Melhorar o processo de planificação das actividades e definir as metas anuais	Elaborado o plano quinquenal e anual	Dec-15	100%		DNAAS			
12			Continuar com a capacitação já iniciada dos técnicos dos Conselhos Municipais e SDPIs das Vilas municipalizadas e alargar esta abordagem para o sector de recursos hídricos, incluindo as ARAs.	Capacitar os técnicos dos Municípios, das Vilas e dos SDPI em planificação "Abordagem do Quadro Lógico" e usos de instrumentos de recolha de dados/informações sobre Abastecimento de Água e Saneamento Urbano, das Províncias de Manica, Sofala, Tete, Zambézia, Nampuli, Niassa e Cabo Delgado.	Melhoria a planificação, monitoria e avaliação dos Municípios	Actualizado o modelo de relatório sobre o Abastecimento de Água e Saneamento Urbano.	Dec-15	0%		DNAAS	Recomendação reprogramada para 2016.	
13			Realizar acções de advocacia do SINAS junto dos governos provinciais e Distritais.	Apresentar o SINAS ao nível dos Governos Provinciais (Sessões Alargadas aos Administradores Distritais).	Divulgar o SINAS e obter o engajamento dos Governos Provinciais e Distritais para o melhoramento do desempenho dos actores chave	Ação não executada. Porém, a sua realização foi aprovada por Sexa o MOPHRH	Dec-15	0%	Dec-16		DNAAS	
14			Expandir o SINAS para o nível Municipal, Urbano e consolidar as acções em curso nas áreas rurais.	Treinar os Chefes de Localidades no Uso de Instrumentos de Recolha de Dados e Informações sobre o Abastecimento de Água e Saneamento Rural nas províncias de Inhambane, Sofala, Tete e Zambézia.	Melhoria a planificação, monitoria e avaliação das Províncias e Municípios.	Formados 523 Chefes de Localidades, Chefes de Postos Administrativos e técnicos dos SDPI no uso de modelo de recolha de dados e informações sobre água e saneamento rural nas Províncias de Zambézia(71) e Tete(152).	Dec-15	50%			DNAAS	
15			Integrar gradualmente o reporting dos sistemas secundários de água e de saneamento urbano no relatório do CRA ao Governo.	Assinar os Quadros Regulatórios dos sistemas secundários de Ribaué, Nameit, Praia de Bãne, Mocimboa da Praia, Ulongue, Moamba.	Melhoria da avaliação do desempenho dos sistemas secundários, cuja operação é feita ao abrigo de contratos de cessão de exploração a operadores privados.	O CRA está reportar ao Governo o desempenho do sistema secundário de água e de saneamento que abastece Iha de Moçambique. Está em curso avançado a integração também dos sistemas de: Ribaué, Nameit, Praia de Bãne, Mocimboa da Praia, Ulongue, Moamba.		90%			CRA	

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2015

MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA REUNIÃO ANUAL CONJUNTA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO - 2014

Tópico	Recomendação	Ações a implementar	Impacto da Acção	Ponto de situação	Prazo	Nível de Cumprimento	Novo prazo	Responsável	Observações
RECURSOS HÍDRICOS	Estabelecer metas estratégicas e anuais para o sector de recursos hídricos.	Elaborar um Plano Director de Recursos Hídricos o qual de entre varios resultados irá indicar acções prioritárias, o período da sua realização, metas incluindo fontes de financiamento.	Existencia de um documento orientador para Gestao e Desenvolvimento Sustentavel de Recursos Hídricos no País	Elaborados de Termos de Referencia preliminar.	Dez/15	20%			
	Melhorar a recolha de dados, capitalizando as ferramentas existentes no SINAS.	Estabelecer uma Base de Dados Nacional de Recursos Hídricos	Melhorar os mecanismo de Gestao de Informacao de Dados de Recursos Hídricos	Elaborado Termos de Referência para Base de Dados de Agua Subterranea, Cadastro de Utentes	Dez/15	10%		DNA/DRH	
	Introduzir planificação integrada entre a gestão Recursos Hídricos e o uso da terra.	Realizar estudos estratégicos de desenvolvimento de recursos hídricos (Planos de Bacia) nos quais deverá se destacar rigorosamente aspectos de integração em materias de ordenamento territorial.	Melhoradas as formas de ocupação e aproveitamento de planícies de inundação na bacia hidrográfica.	<b>Plano de Bacia do Zambeze</b> - Submetido em processo de selecao do consultor.	Dez/15	40%	DNA/ARAs		
				<b>Plano de Bacia do Licungo</b> - Lançado o concurso para selecção do consultor para realização do estudos.	Dez/15	40%			
				<b>Plano de Bacia do Limpopo</b> - Lançado o concurso para selecção do consultor para realização do estudos.	Dez/15	40%			
			<b>Plano de Bacia do Lurio</b> - Avaliadas as propostas técnicas e relatório submetido ao financiador para aprovação.	Dez/15	40%				
			<b>Planos das Bacias de Guiúia-Mutamba e Inhanombe</b> - Elaborado o relatório de início.	Dez/15	25%				
	Desenvolver planos de negócios das ARAs e tornar as Unidades de Gestão de Bacias em Unidades Gestoras e Beneficiárias.	Elaboração de Planos de Negócio e melhoramento do Quadro Regulamentar em materia de cobrança de taxas de utilizacao de água.	Sustentabilidade das ARAs e criação de condições para o cumprimento do seu mandato institucional.	Elaborado o estudo sobre Regulamento de Fixação de Taxas de Água Bruta e Regularizado e Não Regularizada e de momento em fase de harmonização do comentários apos na sequência da realização do Conselho Técnico do Conselho Nacional de Águas.	Nov-15	50%		DNA/DRH	Recomendação da RAC 2014, não cumprida integralmente..

## 7. ANEXOS

### Anexo 1 - Indicadores Dourados para o Abastecimento de Água e Saneamento Rural 2015

Indicador	Definição	Resultados										M	
		06	07	08	09	10	11	12	13	14	15		16
Tempo para Buscar água	% de agregados familiares que gastam menos de 30 minutos a ir buscar água para beber.			52,7	85,9		40,3			a)			
Acesso	% da população rural com acesso a abastecimento de água melhorada dentro de 500 metros.	43,2	48,5	51,8	54,0	57,4	60,8	64,2	50%	52%			
Uso	% da população rural que usa fontes melhoradas*.	26,5	28,3	30,6 <sup>1</sup>	33,0 <sup>2</sup>	35,4 <sup>2</sup>	37,8 <sup>3</sup>	37,2 <sup>2</sup>	36,7 <sup>2</sup>	36,1 <sup>4</sup>	38 <sup>5</sup>		
	% da pop. que usa instalações sanitárias melhoradas*.	5,0	5,5	5,5 <sup>1</sup>	8,5 <sup>2</sup>	11,4 <sup>2</sup>	14,4 <sup>3</sup>	14,0 <sup>2</sup>	13,6 <sup>2</sup>	13,2 <sup>4</sup>	18,1 <sup>5</sup>		
Operacionalidade	% de fontes de água em funcionamento.	72,4	74,9	79,3	83,2	88,5	80	80	80	91,5	91,3		
Infra-estruturas construídas e reabilitadas	Nº de fontes de água novas e reabilitadas/ano.	1.563	2.442	2.604	2.135	2.433	2.665	2.378	2.212	2.511	2,366		
	Nº de PSAA novos e reabilitados por ano.	6	38	6	4	52	41	35	33	30	7		
	Nº de escolas com novas fontes de água e instalações sanitárias por ano.				507	316	6					381 <sup>6</sup>	
	Nº de latrinas melhoradas construídas por ano.				16.406	34.083	26.440	21.467	37.490	26.915		32,277	
	Nº de latrinas tradicionais construídas por ano.					175.299	134.415	99.521	286.935	232.915		397,604	
	Nº de latrinas tradicionais melhoradas construídas por ano.					69.195	92.311	48.436	82.922	87.806		150,227	
Sustentabilidade	Nº de aldeias livres de feccalismo a céu aberto certificadas por ano.			38	151	280	392	419	428	841	915		
	Nº de distritos com fornecimento de peças sobressalentes à venda com assistência às comunidades por ano.					18	26	31	49	27	6		
Investimento	Fundos disponíveis para alcançar as metas dos ODMs com estruturas de apoio <i>in loco</i> a funcionarem ( <i>em Milhões de Mts</i> ).					330,3	445,5	573,2	425,4	SI	SI		
	Rácio da redução das actividades do AASR fora do plano/fora do orçamento no PESOD.	1,1	1,3	1,7	-	1,4	0,6			SI	SI		
	% dos fluxos de ajuda ao subsector do AASR reportados no relatório da execução orçamental.									SI	SI		
	% da ajuda ao subsector do AASR que usa os sistemas do <i>procurement</i> público.					31				SI	SI		
Género	% de comités de água com mulheres em posição de chefia.							45		SI	SI		
Equidade	% de agregados familiares e áreas pobres com acesso à água e ao saneamento.			13			37,5			SI	32,7/2,3		
	% de fontes de água mantidas e reparadas pelas comunidades com as normas e os regulamentos para a gestão pro-pobre.									SI	SI		

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2015

Anexo 2 - Indicadores Dourados para o Abastecimento de Água e Saneamento Urbano 2014

Indicador	Definição	Resultados										Metas	
		06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	
Incidência de doenças de origem hídrica.	Número de casos de doenças diarreicas reportadas num determinado período												
Uso de fontes de água.	% de pessoas que consomem habitualmente água de fontes seguras (água canalizada)	67.3	68.7	70 <sup>7</sup>	74.9 <sup>2</sup>	79.7 <sup>2</sup>	84.6 <sup>3</sup>	83.9 <sup>2</sup>	83.2 <sup>2</sup>	82.5 <sup>4</sup>	85.0 <sup>5</sup>		
Usos de serviços de saneamento.	% de pessoas que usam habitualmente infra-estruturas de saneamento segura (latrina melhorada, retrete ligada a fossa séptica ou a rede de esgotos).	38.3	42.7	41.6 <sup>1</sup>	46.7 <sup>2</sup>	51.9 <sup>2</sup>	57.0 <sup>3</sup>	56.3 <sup>2</sup>	57.5 <sup>2</sup>	57.8 <sup>5</sup>	58.1 <sup>5</sup>		
Infra-estruturas construídas e reabilitadas	Número de ligações domiciliárias existentes e activas no Sistema de Abastecimento de Água.	132,712	138,840	187,119	218,316	262,567	316,512	382,924	430,904	478,703	513,098 <sup>8</sup>		
	Número de fontanários existentes e activos no Sistema de Abastecimento de Água.	881	1,338	1,722	2,040	2,585	2,548	2,413	2,509	2,703	2,788 <sup>8</sup>		
	Nº de instalações de latrina melhoradas construídas.				6,793	3,373	11,902	15,340	15,411	22,991	7,144		
	Nº de fossas sépticas construídas num determinado período.						290	1,920	3,623	12,084	10,470		
	Número de latrinas escolares construídas em um determinado período.						351		362	52			
	Número de latrinas sanitários públicos construídos num determinado período.							NR	NR	3	-		
	Nº de ligações a rede de esgotos estabelecidas num determinado período de tempo.					1,368	1,784=	1,800	NR	77	124		
	Poços e furos equipados com bombas manuais construídos e reabilitados								NR	NR	NR		
	Número de fontanários construídos durante um certo período.	184	271	191	380	214	93	112	-	174	85		
	Número de fontanários reabilitados durante um certo período.								96	20	-		
	Nº de ligações para dentro da casa ou no quintal estabelecidas durante um certo período.	11.300	12.660	13.307	35.144	38.115	82.188	97.165	51.998	47.799	34,395		
	Eficiência	Perdas de águas físicas - % de água tratada e não facturada.	50	45	40	35	31	32	41.7	39.2	38.7	NR	
Perdas de águas comerciais (ou água não cobrada)							11.7%	15.8%	6.9%	11.3%	NR		
Continuidade do fornecimento de água – Tempo médio de fornecimento de água aos consumidores		17	18	19	18	20	16.6	19.6	19	16	NR		
Tratamento de lamas fecais -% de lamas fecais tratadas.								NR	NR	NR			
Qualidade da água	% das amostras dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Regulamento sobre a Qualidade de Água para Consumo Humano.						85.7%	92%	69%	84%			

NR - Não Reportado

### Anexo 3 - Indicadores Dourados para a Gestão dos Recursos Hídricos 2015

Indicador	Definição	Resultados										Meta	
		06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	
População afectada por eventos extremos	Número de pessoas afectadas pelas cheias e secas em um determinado período			800.000			50.000		350.000				-
Nível de armazenamento	Quantidade de água armazenada num dado período versus a capacidade instalada.											NR	
Estações hidro-climatológicas construídas e reabilitadas	Número de estações hidro-climatológicas construídas e reabilitadas por ano.	37	62	75	54	42	80	50	55	90	30	666	
Infra-estruturas de retenção construídas e reabilitadas	Número de barragens grandes em construção e concluídas por ano								0	2	2 <sup>9</sup>		
	Número de barragens médias construídas por ano								0	0	0		
	Número de barragens pequenas construídas e reabilitadas por ano.									0	0		
	Número de represas construídas e reabilitadas por ano.				3	5	3	12	3	0	1		
	Número de grandes barragens construídas/reabilitadas por ano.								1	1	1		

#### Legenda as fontes da informação constante nas tabelas dos anexos

<sup>1</sup> Fonte: IOF 2008/2009

<sup>2</sup> Projecções tendo em conta valores extremos de inquéritos, conhecidos

<sup>3</sup> Fonte: IDS 2011

<sup>4</sup> Fonte: IOF 2014/2015

<sup>5</sup> Projecções tendo em conta os desenvolvimentos em 2015, partindo do valor do IOF 2014/2015

<sup>6</sup> Apenas LIFECA

<sup>7</sup> Média de MICS 2008 e IOF 2008/2009

<sup>8</sup> Soma aritmética do existente em 2014 e o realizado em 2015. Não considerou desactivações que podem ter ocorrido

<sup>9</sup> Confirmar: considerou-se a barragem de Metuchira e de Moamba Major

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO SECTOR DE ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE 2015

Anexo 4: Características das Barragens em Construção e Reabilitadas						
Nome da Barragem	Localização			Capacidade de armazenamento (Mm <sup>3</sup> )	Principal uso	População beneficiária
	Bacia Hidrográfica	Província	Distrito			
Corumana	Incomati	Maputo	Moamba	1200	Irrigação/ Produção de energia, controlo de cheias e mitigação de seca	1.500.000
Nhacangara	Púngue	Manica	Barué	125	Irrigação/regulação do caudal e produção de energia.	150.000
Mapai	Limpopo	Gaza	Mapai	6.000	Irrigação/Controle de cheias.	7.000.000
Macarretane	Limpopo	Gaza	Chókwe	4	Irrigação.	700.000
Gorongosa	Púngue	Sofala	Gorongosa	0.026	Abastecimento de Água.	250.000
Metuchira	Púngue	Sofala	Nhamatanda	0.185	Abastecimento de Água.	170.000
Massingir	Limpopo	Gaza	Massingir	2.837	Irrigação.	1.200.000
Nampula	Monapo	Nampula	Cidade Nampula	6	Abastecimento de Água.	700000
Nacala	Sanhute	Nampula	Nacala Velha	4	Abastecimento de Água.	750.000
Pequenos Libombos	Umbeluzi	Maputo	Boane	400	Abastecimento de Água/Irrigação.	2.500.000
Revubué I						
Revubué II						
Revubué III						
Capoche						
Luia-Kapoge						
Mavudzi						

**Anexo 5: Características das Represas e Reservatórios Escavados Construídos**

Nome do reservatório escavado / represo	Localização da Bacia			Capacidade de armazenamento (m <sup>3</sup> )	Principal uso	População beneficiária
	Hidrográfica	Província	Distrito			
<b>Changara</b>	Zambeze	Tete	Marara	30.500	Abastecimento público, irrigação e abeberamento do gado	600
<b>Marien Nguabi</b>	Umbeluzi	Maputo	Boane			1.200
<b>Magude</b>	Incomati	Maputo	Magude			1.500

## 8. REFERÊNCIAS

- BALANÇO ANUAL QAD 2014, Direcção Nacional de Águas, Maputo, 2015.
- BALANÇO ANUAL QAD 2013, Direcção Nacional de Águas, Maputo, 2014.
- CONSULTEC & SALOMON (2013) Avaliação Hidrológica e Hidráulica das Cheias em Moçambique 1977-2013: Relatório Final da Etapa I, Abril de 2013, Maputo, Moçambique.
- CRA (2014) Relatório ao Governo 2013, Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, Junho de 2014, Maputo, Moçambique.
- CRA (2013) Relatório ao Governo 2012, Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, Julho de 2013, Maputo, Moçambique.
- CRA (2012) Relatório ao Governo 2011, Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, Outubro de 2012, Maputo, Moçambique.
- CRA (2011) Relatório ao Governo 2010, Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, Outubro de 2011, Maputo, Moçambique.
- DNA (2015) Balanço do PES 2014 - Draft, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Moçambique.
- DNA (2014) Balanço do PES 2013 - Draft, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Moçambique.
- DNA (2013) Balanço do PES 2012 - Relatório Final, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Moçambique.
- DNA (2012) PRONASAR - Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural, Inquérito de Base 2011, Agregados Familiares e Fontes de Água, Relatório Final, Maio de 2012.
- DNA (2012) Balanço do PES 2011 - Relatório Final, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Moçambique.
- DNA (2011) Balanço do PES 2010 - Relatório Final, Direcção Nacional de Águas, Maputo, Moçambique.
- LEI DE ÁGUAS (1991) Lei No. 16/91, de 3 de Agosto, Suplemento 2, Sábado, 3 de Agosto de 1991, Maputo, Moçambique.
- MISAU/DNS (2004) Regulamento sobre a Qualidade da Água para o Consumo Humano, Diploma Ministerial No. 180/2004, 15 de Setembro de 2004, Maputo, Moçambique.
- IDS (2011) Inquérito Demográfico de Saúde, Measure DHS/ICF International, INE & MISAU, Março de 2013.
- IOF (2014/2015) Relatório Final do Inquérito ao Orçamento Familiar - IOF-2014/2015. Instituto Nacional de Estatística, Maputo, Moçambique, Dezembro de 2014.
- Inguane, R, Gallego-Ayala, J & Juízo, D (2014) ecentralized water resources management in Mozambique: Challenges of implementation at the river basin level, *Physics and Chemistry of the Earth*, 67–69 (2014) 214–225.

- PEMConsult (2014) Sistema de Informação de Água e Saneamento de Moçambique (SINAS), Documentação das Lições da Fase Piloto para Facilitar a Implementação Nacional, Relatório Final, DNA & WSP, Julho de 2014, Maputo, Moçambique.
- PES 2014, Proposta do Plano Económico e Social para 2014, Governo de Moçambique, Dezembro de 2013, Maputo, Moçambique.
- PESA-ASR (2006 - 2015) Plano Estratégico de Água e Saneamento Rural, Documento Final, Direcção Nacional de Águas, 2005.
- PQG 2010-2014, Programa Quinquenal do Governo Para 2010-2014, Governo de Moçambique, Abril de 2010.
- POLÍTICA DE ÁGUAS (2007) BR No. 43/1ª Série, 5º Suplemento, 30 de Outubro de 2007, Maputo, Moçambique.
- PRONASAR (2012) Avaliação de Médio Termo do Programa Nacional de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), - Relatório Final, Agosto de 2013, Salomon, Maputo, Moçambique.
- RADS (2013) Draft - Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2013, Direcção Nacional de Águas, Julho de 2014, Maputo, Moçambique.
- RADS (2012) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2012, Direcção Nacional de Águas, Março de 2013, Maputo, Moçambique.
- RADS (2011) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2011, Direcção Nacional de Águas, Abril de 2012, Maputo, Moçambique.
- RADS (2010) Relatório Anual de Avaliação do Sector de Águas - 2010, Direcção Nacional de Águas, Março de 2011, Maputo, Moçambique.
- REGULAMENTO INTERNO DA DIRECÇÃO NACIONAL DE ÁGUAS (2012), Diploma Ministerial No. 142/2012, de 11 de Julho. I SÉRIE, No 28.
- REO - DNA (2014) Relatório de Execução Orçamental da Direcção Nacional de Águas - 2014, DNA, 2014.
- (RP-QAD 2013), Relatório da Reunião de Planificação do Quadro de Avaliação de Desempenho de Grupo Sectorial de Água e Saneamento, Maputo, Moçambique.
- VFM-WASF (2014) Evaluating the VFM of DFID's Contribution to PRONASAR Common Fund in Mozambique, Draft Report, 17<sup>th</sup> January 2014.
- WASHCost (2011) Custos das Fontes Dispersas em Moçambique, Análise dos Custos Unitários dos Contratos até Julho 2011, Júlia Zita & Arjen Naafs, Julho de 2011.
- WASHCost (2010) Custos das Fontes Dispersas em Moçambique, Análise dos Custos Unitários dos Contratos 2010, Júlia Zita & Arjen Naafs, Março de 2011.
- WASHCost (2009) Custos das Fontes Dispersas em Moçambique, Análise dos Custos Unitários dos Contratos 2009, Júlia Zita & Arjen Naafs, Dezembro de 2010.
- AIAS & WSP (2015) Relatório do Levantamento de Dados da Situação do Abastecimento de Água e Saneamento nas Cidades e Vilas da AIAS da Província de Niassa. Relatório não Público, Maputo, Moçambique, 2015.